



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVI - Nº 122

TERÇA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1991

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 150ª SESSÃO, EM 9 DE SETEMBRO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nºs 222 e 225/91 (nºs 454 e 462/91, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

— Nºs 223 e 224/91 (nºs 455 e 456/91, na origem), de agradecimento de comunicações.

1.2.2 — Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

— Nº 449/91, encaminhando ao Senado o inteiro teor do decidido por aquela Corte de Contas ao apreciar o processo de Inspeção Extraordinária realizada para atender a Requerimento de Informações do Senado Federal sobre causas e prejuízos decorrentes das operações de importação de alimentos efetuadas pela Interbrás, no período de 1º-1-86 a 31-3-87.

1.2.3 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Projeto de Lei da Câmara nº 37/90, que dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 5.584, de 26-6-70, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho.

1.2.4 — Expediente recebido

— Lista nº 2/91.

1.2.5 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 317/91, que dispõe sobre concessão de licença nos casos de adoção.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 593/91, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando licença para afastar-se dos trabalhos da Casa no dia 9 do corrente mês. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.7 — Comunicações da Presidência

— Recebimento da Mensagem nº 219/91 (nº 450/91, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 7 a 14 de setembro de 1991, para realizar visita de estado a Angola, Zimbábue, Moçambique e Namíbia.

— Recebimento da Mensagem nº 220/91 (nº 451/91, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita a rerratificação da Resolução nº 85/90, do Senado Federal, que aprovou a contratação de operação de crédito externo da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. — EMBRATEL, no valor global de até US\$286,424,673.00, para os fins que especifica.

— Recebimento da Mensagem nº 221/91 (nº 453/91, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, solicita que seja autorizada a celebração dos aditivos contratuais de assunção das obrigações externas existentes de responsabilidade da Siderbrás (em liquidação), no montante equivalente a US\$2,850,000,000.00.

— Recebimento do Ofício nº S/41/91 (nº 4.818/91, na origem), através do qual o Presidente do Banco Central, solicita autorização para que a Prefeitura Municipal de

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÔRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

Brusque (SC), possa contratar operação de crédito no valor de Cr\$982.356.113,76, para os fins que especifica.

— Abertura de prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 37/90.

1.2.8 — Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPPLY — Importância da visita do Presidente Fernando Collor a países africanos. Agradecimentos a gestões do Presidente do Senado, Sr. Mauro Benevides, junto ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento visando garantir a S. Ex^a acesso aos computadores do Siafi. Informações recebidas do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento sobre fundos de previdência privada.

SENADOR MAGNO BACELAR — 379º aniversário da cidade de São Luís, capital do Maranhão.

SENADOR AFFONSO CAMARGO — Artigo de hoje do jornal *Folha de S. Paulo*, intitulado "Ingovernável ou desgovernado".

SENADOR ODACIR SOARES — Nova tentativa de entendimento nacional promovida pelo Presidente Fernando Collor.

1.2.9 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 318/91 — Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV, 49, inciso II e 84, inciso XXII, da Constituição Federal.

1.3 — ORDEM DO DIA

Parecer nº 296/91, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre Questão de Ordem formulada pelo

Senador Maurício Corrêa sobre a possibilidade regimental de ser adiada a discussão de proposta de emenda à Constituição, nos termos dos arts. 274 e 279 do Regimento Interno, concluindo pela procedência da Questão de Ordem. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada nos termos do art. 168 do Regimento Interno.

Proposta de Emenda à Constituição nº 13/91 de autoria do Senador Ney Maranhão e outros Srs. Senadores, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição Federal. **Em fase de discussão** (4ª sessão).

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MARCO MACIEL — Apoio à solicitação da Facepe, no sentido da instalação, em suas dependências, de um escritório regional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Dia do Administrador.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Lentidão do Processo Legislativo.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — RETIFICAÇÃO**

— Ata da 67ª Sessão, realizada em 22-5-91

3 — ATOS DO PRESIDENTE

— N.ºs 670 a 675/91.

4 — MESA DIRETORA**5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 150ª Sessão, em 9 de setembro de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Dirceu Carneiro

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargó — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Bení Veras — Dirceu Carneiro — Elcio Álvares — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Hugo Napoleão — Irapuan Costa Júnior — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maja — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Ronaldo Aragão — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGENS

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 222/91 (nº 454/91, na origem), de 5 de setembro corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1991 (nº 5.992/90, na Casa de origem), que cria o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

(Projeto que se transformou na Lei nº 8.221, de 5 de setembro de 1991.)

Nº 225/91 (nº 462/91, na origem), de 5 de setembro corrente, restituindo novos autógrafos da Lei nº 8.202, de 1991, republicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 1991.

De agradecimento de comunicações:

Nº 223/91 (nº 455/91, na origem), de 5 do corrente, referente à escolha dos Senhores Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Panamá; Carlos Augusto de Proença Rosa, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda; e Marcio Paulo de Oliveira Dias, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito.

Nº 224/91 (nº 456/91, na origem), de 5 do corrente, referente à promulgação das Resoluções nºs 37 e 38, de 1991.

AVISO

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 499, de 5-9-91, encaminhando ao Senado o inteiro teor do decidido por aquela Corte de Contas ao apreciar o processo de Inspeção Extraordinária realizada para atender a Requerimento de Informações do Senado Federal sobre causas e prejuízos decorrentes das operações de importação

de alimentos efetuadas pela Interbrás, no período de 1º-1-86 a 31-3-87.

(Encaminhe-se cópia ao requerente.)

PARECER

PARECER Nº 321, DE 1991

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1990, que "Dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho".

Relator: Senador Maurício Corrêa

De autoria da nobre Deputada Rita Camata, o projeto de lei em exame visa alterar a forma de fixação do limite de alçada em dissídios individuais nos processos perante a Justiça do Trabalho que, pela legislação em vigor, é feita com base no salário mínimo atualmente considerada inconstitucional.

Ao mesmo tempo, propõe a elevação desse limite de dois salários mínimos, hoje equivalente a Cr\$34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros) para 800 (oitocentos) BTN (Bônus do Tesouro Nacional), equivalente hoje a aproximadamente Cr\$83.000,00 (oitenta e três mil cruzeiros).

Ocorre que, posteriormente à apresentação desse projeto, foi editada a Lei nº 8.177, de 1º de março do corrente ano, que extinguiu, em seu art. 3º, inciso II, o Bônus do Tesouro Nacional, fixando-lhe um valor que se destina exclusivamente à conversão para cruzeiros dos contratos existentes na data da publicação da Medida Provisória que deu origem à supracitada lei.

Isto posto, faz-se necessária a alteração do projeto de lei em referência visando sanar impropriedade apontada, escoimando-o do vício de injuridicidade que comprometeria a sua eficácia.

Propomos, assim, a seguinte emenda modificativa, cujo valor nela existente foi obtido a partir da multiplicação dos 800 BTN objeto da proposta da ilustre autora do projeto, pelo último valor do BTN fiscal divulgado pelo Governo em fevereiro p. passado, resultando no valor aproximado de Cr\$83.000,00 (oitenta e três mil cruzeiros) e arredondado para Cr\$100.000,00 (cem mil cruzeiros).

A fim de evitar a sua defasagem em face da situação econômica brasileira, propomos ainda a sua periódica atualização pelo Tribunal Superior do Trabalho, procedimento já adotado no § 2º do art. 40 da citada Lei nº 8.177/91 ao tratar do depósito recursal.

EMENDA Nº 1 — CCJ

(Substitutivo)

Emenda modificativa ao Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1990, que "Dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que "Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho".

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1990, a seguinte redação:

“Art. 1º O § 3º do art. 1º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de § 5º no mesmo artigo:

Art. 1º

§ 3º Quando o valor fixado para a causa, na forma deste artigo, não exceder a Cr\$100.000,00 (cem mil cruzeiros), será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato.

§ 5º O valor previsto no § 3º deste artigo poderá ser periodicamente atualizado pelo Tribunal Superior do Trabalho.”

Sala das Comissões, 4 de setembro de 1991. — Nelson Carneiro, Presidente — Maurício Corrêa, Relator — Jutahy Magalhães — Josaphat Marinho — Francisco Rollemberg — Antonio Mariz — José Fogaça — Valmir Campelo — José Eduardo — Oziel Carneiro — José Paulo Bisol — Mansueto de Lavor — Chagas Rodrigues — Magno Baceilar.

VOTO EM SEPARADO, VENCIDO, DO SR. SENADOR AUREO MELLO, NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1990 (nº 3.650-B), de 1989, na origem, que “Dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho”.

Relator: Senador Áureo Mello

Trata-se de Projeto de Lei originário da Câmara dos Deputados, de autoria da ilustre Deputada Rita Camata, que tem por objetivo “Dar nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho.”

A legislação citada estabelece, *in verbis* (Lei nº 5.584/70):

“Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho observar-se-ão os princípios estabelecidos nesta lei.

Art. 2º Nos dissídios individuais, proposta a conciliação, e não havendo acordo, o Presidente da Junta ou o Juiz, antes de passar à instrução da causa, fixar-lhe-á o valor para a determinação da alçada, se este for indeterminado no pedido.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Quando o valor fixado para a causa, na forma deste artigo, não exceder de 2 (duas) vezes o salário mínimo vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato.

§ 4º Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso (CLT, art. 893) caberá das sentenças proferidas aos dissídios da alçada a que se refere o parágrafo anterior.”

O Projeto de Lei em exame foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 6-6-90, com emenda oferecida pela Comissão de Constituição e de Justiça e Redação daquela

Casa do Congresso Nacional, tendo sua Redação Final vazada nos seguintes termos:

“Art. 1º O § 3º do art. 1º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

§ 3º Quando o valor fixado para a causa, na forma deste artigo, não exceder a oitocentos Bônus do Tesouro Nacional, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.”

Ao apresentar as justificativas para a iniciativa do Projeto de Lei, a ilustre Deputada alegou que o valor fixado pelo dispositivo legal, por ser insuficiente, não surtiu, ao longo dos anos, os efeitos desejados. Alega, ainda, a necessidade de sua revisão, pelo fato de que, constitucionalmente, não mais é permitido utilizar-se o salário mínimo como referência.

Propõe, desta forma, a majoração do valor em questão para 800 (oitocentos) Bônus do Tesouro Nacional, o que acarretará, seguramente, “uma apreciável dinamização dos trabalhos da Justiça do Trabalho, ensejando maior brevidade na solução dos feitos”, uma vez que só haverá revisão das sentenças proferidas nos dissídios de alçada se de valores superiores ao fixado, ou, como explicita o § 4º, se versarem sobre matéria constitucional.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados opinou, unanimemente, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda de redação, do Projeto de Lei referenciado, nos termos do parecer do Relator.

De acordo com a Comissão, trata-se de alteração de lei federal, sendo evidente a competência da União para dispor sobre a matéria, bem como o direito à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Considerou, ainda, o Projeto de transparente juridicidade, concebido dentro da Técnica Legislativa e, no mérito, oportuno e válido.

A única ressalva feita ao Projeto, do que originou a emenda de redação, diz respeito ao fato de que o número de BTN foi citado pela autora em algarismos e repetido em extenso, quando na redação das normas legais esta praxe comercial e bancária não é tolerada.

Nestes termos, através do Ofício PS-GSE-99, de 15 de junho de 1990, da Câmara dos Deputados, foi o Projeto de Lei encaminhado para ser submetido à consideração do Senado Federal.

Entendemos que os argumentos apresentados pela ilustre Parlamentar, signatária da Proposição, são inteiramente pertinentes, inclusive no que se reporta ao aspecto constitucional.

De fato, a Constituição Federal, no inciso IV do art. 7º, ao tratar do salário mínimo, veda “sua vinculação para qualquer fim”.

Também, no mérito, aplaudimos a iniciativa da digna Deputada, por entendermos ser ínfimo o valor de dois salários mínimos para a dispensa dos resumos dos depoimentos. A majoração proposta, bastante razoável em seu montante — 800 BTN — ensejará, como alegado pela autora, uma maior celeridade às atividades da Justiça do Trabalho, permitindo

uma maior rapidez na solução dos dissídios trabalhistas, em benefício do órgão e das próprias partes.

Entretanto, padece o Projeto de Lei encaminhado a esta Casa de erro de redação, pois que menciona em seu art. 1º, e também em sua Ementa, que se dará nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, quando, na realidade, o § 3º que se pretende alterar encontra-se inserido no art. 2º da citada lei, e não em seu art. 1º, que, inclusive, não contém parágrafos.

Desta forma, e considerando a inexistência de qualquer vício de inconstitucionalidade ou de injuridicidade que possam prejudicar a aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 3.650-B, de 1989, opinamos favoravelmente ao seu acolhimento, adotada a seguinte Emenda de Redação, com vista à correção a que nos referimos no parágrafo anterior.

EMENDA

Dê-se a seguinte redação à Ementa e ao artigo 1º do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 3.650-B, de 1989:

Dá nova redação ao § 3º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que "Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho".

"Art. 1º O § 3º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:"

Sala das Comissões, 4 de setembro de 1991. — Senador Aureo Mello.

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA Nº 2, DE 1991 EM 6 DE SETEMBRO DE 1991

Correspondências recebidas e respondidas pelo Senhor Presidente do Senado Federal:

Diversos:

— Taba Corretora de Seguros — RS, solicitando a extinção da participação de empresas financeiras no ramo de seguros;

— Deputado Reinaldo de Lima — Belo Horizonte — MG, solicitando mudanças na Constituição em seu art. 5º, item XLII;

— Câmara Municipal de Iboraí — RJ, contrária à aprovação do projeto referente à liberação do jogo em território nacional;

— Câmara Municipal de Caçapava — SP, solicitando o desbloqueio de cruzados novos para o pagamento do Imposto de Renda;

— Câmara Municipal de Joanópolis — SP, solicitando a legalização dos cassinos no Brasil;

— Câmara Municipal de Novo Hamburgo — RS, solicitando providências quanto às campanhas de desmoralização do Parlamento;

— Presidente da Comissão do Narcotráfico da Argentina — apresentando a esta Casa votos de solidariedade na luta contra as drogas;

— Câmara Municipal de Guaratinguetá — SP, protestando contra o veto à Mensagem nº 10 do Governo Federal;

— Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público Oficial — Bauru — SP, contrária ao Projeto de Reconstrução Nacional;

— Câmara Municipal de Elói Mendes — MG, solicitando providências urgentes junto ao Banco Central no sentido de revogar o ato que liquidou a Minas-Caixa;

— Câmara Municipal de Jundiá — SP, favorável ao projeto do Senador Eduardo Suplicy, instituindo o Programa de Renda Mínima Garantida;

— Câmara Municipal de Vera Cruz — SP, solicitando que seja mantida a aposentadoria dos professores;

— Câmara Municipal de São Borja — RS, solicitando que o Governo Federal destine verbas para recuperação do solo, conservação e manutenção do maquinário agrícola;

— Câmara Municipal de Casa Branca — SP, solicitando ao Governo a implantação do Parlamentarismo;

— Doutor Ernani Faria — Belo Horizonte — MG, enviando pré-estudo de viabilidade do setor ferroviário;

— Câmara Municipal de Alecrim — RS, solicitando criação de novas leis para que as autoridades policiais possam efetuar prisões também quando não estão em flagrante delito;

— Câmara Municipal de Cosmópolis — SP, solicitando que os valores recebidos em horas extras, não sofram descontos previdenciários;

— Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações de Santa Catarina — SC, solicitando implantação de uma nova política salarial;

— Associação dos Micro e Pequenos Empresários de Crates — CE, solicitando agilizar aprovação do Projeto "Central Serviços";

— Prefeitura Municipal de Fortaleza — CE, solicitando aprovação do projeto que isenta do IPI, as máquinas e equipamentos para construção e manutenção rodoviária;

— Câmara Municipal de Santo Amaro — BA, encaminhando Moção de Congratulação, ao Senador Josaphat Marinho pela honrosa visita àquela cidade;

— Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, encaminhando Moção de Congratulação ao Senador Josaphat Marinho, por ter conseguido em votação unânime, autorização para rolagem da dívida, conforme solicitação ao Governador do Estado;

— Câmara Municipal de Guarujá — SP, instalação da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, em Santos;

— Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lobato — PR, protestando contra a grave situação que a categoria atravessa, diante dos sucessivos fracassos econômicos;

— Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda — RJ, solicitando solidariedade junto a diversos ministérios diante do comportamento antidemocrático em relação aos trabalhadores;

— Câmara Municipal de Uruguaiana — RS, solicitando que seja mantido o projeto inicial do gasoduto;

— Unafisco Regional de São Paulo — SP, contrária à Medida Provisória nº 296;

— Câmara Municipal de Santiago — RS, encaminhando voto de congratulação ao Senado Federal por terem sido extintos 400 cargos;

— Embaixada da Argentina — informando aprovação do Tratado de Empresas Binacional Argentina-Brasileiro;

— Associação do Magistério de Tupi Paulista — SP, propondo discriminação entre os ativos e inativos do magistério;

— Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, solicitando a extinção da prática das Medidas Provisórias;

— Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul — MS, contrária à Medida Provisória nº 296;

— APAE/CTBA — Conselho Comunitário do Deficiente — Curitiba — PR, solicitando aprovação do Projeto nº 896/91;
 — Federação do Comércio do Rio Grande do Norte, solicitando aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 516;

— Organização Brasileira de Cultura e Educação — Rio de Janeiro — RJ, solicitando modificações nas propagandas eleitorais;

— Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — Regional II — Recife — PE, solicitando providências à atual onda de violência e criminalidade e encaminhando assinaturas;

— Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande — PB, solicitando direitos iguais aos trabalhadores rurais e urbanos;

— Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto — SP, solicitando isonomia salarial entre Previdência Social e Ministério do Trabalho;

— Sindicato dos Profissionais da Dança — Rio de Janeiro — RJ, solicitando melhoria salarial e maior valorização do artista brasileiro;

— Sindicato dos Contabilistas de Uberlândia — MG, expressando indignação ao tratamento dado à classe;

— Câmara Municipal de Itatiba — SP, solicitando providências urgentes no sentido de que seja criado um imposto único;

— Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão — PR, solicitando a suspensão da exigência de certificado de regularidade junto ao INSS, FGTS, PIS e PASEP para obtenção de financiamentos;

— Câmara Municipal de Novo Horizonte — SP, solicitando providências urgentes no sentido de que seja regulamentado o inciso V do art. 203 da Constituição;

— Associação Paulista de Municípios de São Paulo — SP, encaminhando teses para apreciação, aprovadas no 35º Congresso Estadual de Municípios;

— Senhor Everardo Costa Santos — Salvador — BA, solicitando aprovação do Projeto de Lei nº 4.953/90;

— Comissão Organizadora sobre a Destinação do Lixo Tóxico — Toledo — PR, encaminhando carta do 1º Seminário Regional sobre a Destinação do Lixo Tóxico;

— Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, favorável a Constituição da CPI na apuração de envolvimento de Deputados em em Tráfico de drogas e punição dos culpados;

— Corregedoria-Geral da Justiça — Rio de Janeiro — RJ, encaminhando cópia do relatório preliminar da Comissão Especial de Inspeção de Entidades de atendimento às Crianças e Adolescentes;

— Câmara Municipal de Nova Andradina — MS, encaminhando moção de repúdio pela agressão feita à Deputada Raquel Cândido;

— Ordem dos Advogados do Brasil — São Paulo — SP, enviando emendas à nova Lei do Inquilinato;

— Câmara Municipal de Santa Gertrudes — SP, encaminhando moção de apoio ao jornalista José Hamilton Ribeiro;

— Câmara Municipal de Belo Horizonte — MG, encaminhando moção de protesto ao BNDES, gestor do processo de privatização da Usiminas;

— Câmara Municipal de São José dos Campos — SP, apelando na absolvição dos vereadores Romildo Raposo, Manoel Boni e do líder comunitário José do Carmo por apoiarem a luta dos sem-teto;

— Câmara Municipal de Ariquemes — RO, encaminhando propostas para mudanças no contexto do desenvolvimento nacional;

— Câmara Municipal de Santo André — SP, encaminhando moção de apoio à iniciativa do Presidente da República pelo projeto para construção de escolas de ensino básico;

— Câmara Municipal de Santo Amaro — SP, encaminhando Moção de Júbilo pelo magnífico trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário de Santo Amaro;

— Câmara Municipal de Cascavel — PR, solicitando a votação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação;

— Assembleia Legislativa de Goiânia — GO, solicitando movimento em defesa da universidade pública e gratuita de nosso País;

— Assembleia Legislativa de Palmas — TO, comunicando eleição do Líder do Movimento de Salvação do Tocantins;

— Câmara Municipal de São José dos Campos — SP, solicitando informações à Embraer sobre possível acidente ocorrido com o avião Seneca, de sua fabricação;

— Associação de Defesa Comunitária — Rio de Janeiro — RJ, solicitando regulamentação da Lei de Custeio e Benefícios da Previdência Social;

— Câmara Municipal de São José dos Campos — SP, registrando em ata o pronunciamento do Deputado Federal Ary Kara, em defesa dos interesses da Embraer;

— Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, solicitando aprovação da Lei de Diretrizes e Bases;

— Câmara Municipal de Bauru — SP, encaminhando moção de apoio aos Senhores Senadores que votaram pela rejeição ao veto apostado pelo Presidente da República ao Projeto de Lei dos Servidores da Rede Ferroviária Federal;

— Câmara Municipal de Ribeirão Preto — SP, solicitando urgentes providências para realização de plebiscito sobre o Parlamentarismo;

— Câmara Municipal de São Pedro do Sul — RS, solicitando imediata liberação de recursos destinados à extensão rural em nosso País.

Manifestações sobre a pena de morte:

— Recebidas 740 correspondências de diversos países;

Manifestações sobre a extinção dos hospitais psiquiátricos:

— Câmara Municipal de Paracambi — RJ; e
 — do Conselho Federal de Medicina — RJ.

Manifestações sobre a prorrogação de mandatos de prefeitos municipais e vereadores:

— Câmara Municipal de Penápolis — SP;
 — Câmara Municipal de Botucatu — SP;
 — Câmara Municipal de Espinosa — MG; e
 — Câmara Municipal de Cabrobó — PE.

Manifestações contrárias à extinção da aposentadoria por tempo de serviço:

— Câmara Municipal de Pradópolis — SP;
 — Câmara Municipal de Grão Mogol — MG;
 — Câmara Municipal de Cotia — SP;
 — Câmara Municipal de Andradina — SP;
 — Câmara Municipal de Itapeva — SP;
 — Câmara Municipal de Barueri — SP;
 — Câmara Municipal da Estância Socorro — SP; e
 — Câmara Municipal de Cubatão — SP.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O expediente vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 1991

Dispõe sobre concessão de licença nos casos de adoção.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos casos de adoção será concedida à mãe adotiva, empregada ou servidora pública, licença de 120 (cento e vinte) dias durante o primeiro ano de vida da criança.

§ 1º Se a criança tiver mais de um ano de idade, a licença será de 60 (sessenta) dias, contados da data da efetiva adoção.

§ 2º Na hipótese de falecimento da mãe adotiva nos primeiros seis meses de vida da criança, o pai adotivo terá direito a 30 (trinta) dias de licença.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Reconhece-se como necessário um período de adaptação para a convivência mãe adotiva e filho. Assim o projeto estabelece licenças diferenciadas de 120 (cento e vinte) dias nos casos de crianças com até um ano de idade, e de 60 (sessenta) dias, nos demais casos.

Finalmente, o projeto estabelece o direito à licença-paternidade de 30 (trinta) dias para o caso de falecimento da mãe adotiva nos primeiros seis meses de vida da criança. Consideramos o prazo de 30 (trinta) dias razoável, nesse caso, para guarda e cuidados que a criação de um filho está a exigir na condição de recém-nascido quando, em virtude de uma dedicação quase exclusiva, exige uma ocupação de tempo quase integral.

São essas as razões que justificam a apresentação do projeto de lei que espero seja aprovado pelos meus ilustres Pares.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1991. — Senador **Francisco Rollemberg**.

(À Comissão de Assuntos Sociais — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 593, DE 1991

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 56, II, da Constituição e do art. 43, II, do Regimento Interno, requeiro licença para me afastar dos trabalhos da Casa, a fim de atender convite da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, para participar de uma Sessão Solene cujo tema principal é intitulado "Amazônia, a Lei e a Reforma Constitucional", no dia 9 do corrente mês.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 1991. — Senador **Espírito Santo**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 219, de 1991 (nº 450/91, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 7 a 14 de setembro de 1991, para realizar visita de Estado a Angola, Zimbábue, Moçambique e Namíbia, atendendo a convite formulado pelos chefes de Estado daqueles países.

(É a seguinte a mensagem recebida.)

MENSAGEM Nº 219, DE 1991

(Nº 450/91, na origem)

— Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Tenho a honra de dirigir-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 7 a 14 de setembro de 1991 para realizar visita de Estado a Angola, Zimbábue, Moçambique e Namíbia, atendendo a convite formulado pelos Chefes de Estado daqueles países.

O propósito da visita é o de manter entendimentos com vistas a consolidar e aprofundar os laços de amizade com aquelas nações e o de explorar novas formas de cooperação bilateral e regional.

Brasília, 4 de setembro de 1991. — **Fernando Collor**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 220, de 1991 (nº 451/91, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita a ratificação da Resolução nº 85, de 18 de dezembro de 1990, do Senado Federal, que aprovou a contratação de operação de crédito externo da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. — EMBRATEL, no valor global de até US\$286,424,673.00 (duzentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e três dólares norte-americanos), para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 221, de 1991 (nº 453/91, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição, seja autorizada a celebração dos aditivos contratuais de assunção das obrigações externas existentes de responsabilidade da Siderbrás (em liquidação), no montante equivalente a US\$2,850,000,000.00 (dois bilhões, oitocentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos).

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu o Ofício nº S/41, de 1991 (nº 4.818/91, na origem), através do qual o Presidente do Banco Central, nos termos da Resolução nº 58, de 1990, solicita autorização para que a Prefeitura Municipal de Brusque (SC), possa contratar operação de crédito no valor de Cr\$982.356.113,76 (novecentos e oitenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, cento e treze cruzeiros e setenta e seis centavos), para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Foi encaminhado à publicação o parecer da Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania, que conclui favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1990.

A Proposição ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, item II, alínea d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência informa aos Srs. Senadores que, de conformidade com o entendimento estabelecido entre o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara dos Deputados, na próxima quinta-feira, às 14h30min poderá ser realizada no plenário da Câmara dos Deputados sessão do Congresso Nacional, para que nessa ocasião diligenciemos a apreciação dos vetos do Senhor Presidente da República, apostos a numerosos autógrafos de lei.

A Presidência esclarece que as Lideranças do Senado e da Câmara serão previamente notificadas, e far-se-á a distribuição dos avulsos com as matérias que serão incluídas na pauta da Ordem do Dia. Naturalmente, a Mesa vai encarecer a presença de todos os Srs. Senadores, da mesma forma como o Presidente da Câmara dos Deputados vai instar os integrantes daquela Casa a garantir o *quorum* para apreciação dessas importantes proposições.

Destaco, por outro lado, que, ao mesmo tempo em que se apreciarão os vetos constantes da Ordem do Dia, outros já começam a chegar à Secretaria-Geral da Mesa, e serão, depois da manifestação da Comissão Mista respectiva, submetidos ao exame do Congresso Nacional.

Era esta a comunicação que a Presidência desejava fazer aos Srs. Senadores, para solicitar a todos eles que garantam presença, além dos trabalhos do Senado, na próxima quinta-feira, a partir das 14h30min na sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de me manifestar contrariamente às opiniões do ex-Senador e Deputado Federal, Roberto Campos, e do Deputado Federal, Antônio Delfim Netto, pois ambos têm feito declarações irônicas sobre a visita do Presidente Fernando Collor à África. Considero da maior importância que o Governo brasileiro se aproxime das nações do Terceiro Mundo. Que se aproxime de nações tais como Angola, Moçambique, Namíbia, Zimbábue. Tantas vezes foram aquelas em que os nossos governantes, inclusive o próprio Presidente Fernando Collor, realizaram viagens ao Primeiro Mundo — Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra, Itália e outros países — que seria importante que o Brasil aumentasse os seus entendimentos com as nações do Terceiro Mundo. Inclusive, sugeri à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que convidasse o Ministro Francisco Rezek para expor ao Senado Federal o resultado dessa visita logo após o encerramento de sua viagem.

Sr. Presidente, mais uma vez agradeço a postura de V.Exª junto ao Ministro Márcilio Marques Moreira, insistindo para que S.Exª desse uma solução no sentido de que o Senado Federal possa ter pleno acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI, pois até a manhã de hoje tal ligação não havia sido efetuada.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V.Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muita honra, nobre Presidente Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Eduardo Suplicy, V.Exª já ofereceu seu testemunho à Casa das providências que a Mesa adotou com vistas a restabelecimento do acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira, e que, genericamente, deverá alcançar todos os Srs. Senadores, para permitir aquilo que se insere entre as prerrogativas do Congresso Nacional, exatamente a de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo e dos órgãos integrantes da administração indireta. V.Exª me honrou com sua presença no gabinete, no instante em que, numa ligação telefônica para Tóquio, onde se encontrava o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, a S. Exª dei ciência da nossa reclamação, instando-o a, naturalmente, diligenciar o restabelecimento do acesso aos computadores do SIAFI. Evidentemente, se hoje ao País retorna o Sr. Ministro Márcilio Marques Moreira, nós estamos absolutamente convencidos de que S. Exª adotará as medidas reclamadas e, conseqüentemente, permitirá não apenas a V.Exª, mas aos demais Senadores, a oportunidade de conhecer de perto a execução orçamentária feita por aqueles órgãos que, a juízo de cada Senador, devem ter o crivo de uma fiscalização mais vigilante e mais severa.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço o empenho de V.Exª, como Presidente desta Casa, na defesa daquilo que define a Constituição, em seus arts. 49 e 70 que colocam, com clareza, que cabe ao Congresso Nacional fiscalizar os atos do Poder Executivo. Seria importante que nós pudéssemos ter o pleno acesso a tudo que faz cada organismo governamental, da forma mais rápida possível.

É pena que o Sr. João Alvinio Malta Filho não tenha tido a informação mais clara possível sobre a maneira como pôde o jornalista Mario Rosa do *Jornal do Brasil*, obter as informações sobre como eram despendidos recursos da LBA, em Alagoas. Não foi o Prefeito Mauro Fernandes, de Canapi, quem obteve as informações. As informações foram obtidas graças exatamente ao terminal de computador que teve acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira, do meu gabinete, onde o jornalista Mário Rosa trabalhou durante uma semana, assim como será importante obter todas as informações concernentes ao que faz o Governo. Estranhamente, na sexta-feira última, o Departamento do Tesouro Nacional, dirigido pelo Sr. Roberto Guimarães, anunciou que iria punir três funcionários cujas senhas teriam permitido o acesso ao SIAFI, para obter informações sobre a Secretaria de Assuntos Estratégicos, sobre os gastos da LBA, sobre os gastos do Palácio do Planalto.

Ora, é preciso salientar que causa estranheza a velocidade com que o Governo quer punir aqueles que pudessem eventualmente ter colaborado para que se soubesse aquilo que deveria ser público e que constitui medida do interesse público — a revelação dos gastos do Governo, de como o Governo despende recursos — e a falta de velocidade na apuração dos desvios. Inclusive, a maneira como o Governo tem procurado evitar o desvendar da verdade.

Ainda nesse sábado último, pude constatar que, de fato, foi o Palácio do Planalto — e isto a Justiça já tem em mãos — quem pagou as despesas da festa de aniversário que a Sra. Rosane Malta Collor ofereceu à sua secretária, no Palácio do Planalto, gastando pouco mais de 5 milhões de cruzeiros para homenageá-la.

É natural que a Primeira-Dama queira até organizar uma festa de aniversário para a sua secretária, mas com recursos do povo? Sua atitude contradiz, completamente, tudo aquilo

que o Sr. Fernando Collor, enquanto candidato à Presidência da República, pregava principalmente sobre a austeridade, que caracterizaria seus atos governamentais e de combate à corrupção.

E grave neste episódio foi não apenas o ato, mas também a própria palavra da Primeira-Dama, quando declarou à imprensa que havia pago aquelas despesas com o seu próprio cheque. Não sabíamos que o seu próprio cheque era do Palácio do Planalto!

Através do SIAFI, teremos condição de acompanhar cada unidade governamental, de procurar esclarecimentos sempre que estivermos detectando problemas.

E por falar em problemas relativamente à administração de recursos públicos por parte das autoridades do Governo Fernando Collor de Mello, lembro que o Tribunal de Contas da União chamou a atenção para o pouco controle sobre as fundações de previdência fechada, relacionada às diversas entidades públicas deste País, pois as direções dessas fundações, dessas entidades de previdência fechada administram recursos extraordinários, conforme apontou o próprio Tribunal de Contas.

Com base nessa informação, apresentei requerimento de informação, pedindo ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento que esclarecesse qual o patrimônio dos cinco maiores fundos de previdência estatal ao longo de 1990 e durante o primeiro semestre de 1991; que explicasse quais as aplicações, em dezembro de 1990 e no final do primeiro semestre de 1991, no mercado de capitais, no mercado financeiro, bem como no mercado imobiliário, e solicitarei informações sobre as transações imobiliárias realizadas por esses fundos de previdência. Por que razão? Porque têm sido muitos os rumores; muitas as notícias de que autoridades, no âmbito do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no âmbito do Palácio do Planalto, no âmbito de instituições, tais como o Banco do Brasil, cuja diretoria administra a PREVI, a Caixa Econômica Federal, a FUNCEF, a PETROBRÁS, a PETROS, o Banco Central, cuja diretoria administra a entidade fechada correspondente e a Caixa Econômica Federal, que administra a antiga instituição de previdência fechada do BNH, que passou para a sua alçada, também, juntamente com o próprio BNH. Enfim, tem havido muitas notícias de que volta e meia essas autoridades são solicitadas a realizar operações que possam coincidir com os interesses de grupos privados. Como o volume de recursos é extraordinário, esses fundos têm condições de movimentar, no mercado de capitais somas simplesmente fantásticas. E já há até — acredito — regulamentação a respeito, mas não o suficiente. A regulamentação que há não é suficiente. Avalio que já é hora de o Congresso Nacional pensar sobre como fazer uma regulamentação que possa coibir eventuais abusos.

Lembro-me de que quando investigava o caso Coroa-Brastel, que foi uma operação realizada no interesse do Governo, que queria que esse grupo salvasse a Correfora Laureano do naufrágio, e convidou o Sr. Assis Paim Cunha para colaborar com a operação. Como ele não tinha recursos suficientes, foram, então, as autoridades que disseram a ele: "Vamos adquirir letras, que você pode emitir através da FUNCEF", ou seja, a FUNCEF adquiriu letras emitidas pelo Grupo Coroa-Brastel e isso foi a origem de todos os problemas que mais tarde aconteceram. Mas continua a haver problemas, pelo que podemos averiguar.

Hoje, vou registrar a resposta ao requerimento de informações que solicitei, indagando a respeito dos fundos da PREVI, da FUNCEF, da PREVHAB, da CAPEF, enfim, das cinco maiores entidades privadas, uma vez que o Tribunal de Contas havia chamado a atenção para isso. Agora, o que, por exemplo, precisa ser averiguado?

O jornalista Luís Nassif na segunda-feira, da semana passada, dia 2 de setembro, no caderno Dinheiro, da **Folha de S. Paulo**, escreveu o seguinte artigo sobre as rendas de Zélia Cardoso de Mello:

"AS RENDAS DE ZÉLIA

Na entrevista concedida a **O Globo**, neste domingo, a ex-ministra Zélia Cardoso de Mello tacha de "levianas" as colocações de que seu salário de ministra não seria suficiente para sustentar seu atual padrão de vida. Diz a ex-ministra: "O outro lado da levandade é que as pessoas ignoram as rendas, o patrimônio que tenho e que herdei de minha família. Meu Imposto de Renda está absolutamente à disposição para mostrar que meus gastos são consistentes com o que eu recebo".

A coluna louva a atitude da ex-ministra e, pronta a reparar eventuais injustiças cometidas, aceita sua oferta. Nesta segunda-feira, a ex-ministra receberá um ofício do colunista, com os seguintes pedidos de esclarecimentos que, se consistentes, ajudarão a limpá-la das suspeitas que a perseguem:

1) Relação dos gastos totais efetuados com a reforma de sua casa, as instalações do Instituto Brasil, a turnê européia, a viagem aos Estados Unidos, e com sua própria manutenção em cinco meses sem emprego — época em que, como se sabe, nenhum profissional liberal conseguiu sustentar semelhante padrão de gastos, em virtude do bloqueio dos cruzados decretado pela ex-ministra.

2) Comparação dessas despesas com os custos de mercado e explicações para eventuais discrepâncias (por exemplo: se os gastos indicados são inferiores aos valores de mercado, informações sobre como a diferença foi preenchida, ou por quem ela foi bancada).

3) Relação dos rendimentos obtidos desde que o Plano Collor I bloqueou os ativos financeiros. Incluem-se aí salários de ministra e rendas decorrentes de patrimônio acumulado antes do plano. A comparação é importante para desmentir aqueles que teimam em afirmar que ou a ex-ministra acumulou patrimônio indevidamente enquanto ministra — e portanto prevaricou — ou manteve suas aplicações longe do bloqueio de cruzados por ela decretado — e portanto beneficiou-se de medidas que penalizaram todo o País, não poupando viúvas, órfãos e aposentados.

4) Seu Imposto de Renda dos últimos três anos. Em contrapartida à oferta da ex-ministra, desde que os dados apresentados tenham consistência, a coluna dispõe-se a avaliar a lisura de seu comportamento e a desculpar-se publicamente por falsas suspeitas que possa ter levantado."

Ora, o jornalista Luís Nassif levantou, aqui, algo que merece a atenção do Congresso Nacional. E a revista **IstoÉ**, desta semana, coloca que uma das questões que o jornalista Luís Nassif gostaria de saber, com clareza, é se houve ou não pressão por parte da Ministra Zélia Cardoso de Mello, para que essas entidades de previdência fechada adquirissem

fundos da SADE — Sul-Americana de Engenharia — bem como outras eventuais operações.

Nesse demonstrativo das instituições fechadas, há aqui, de fato, ações da SADE, como parte do patrimônio de entidades, como a PREVI e outras que vou anexar ao meu pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaríamos ainda de um esclarecimento a respeito da maneira pela qual essas entidades têm realizado algumas das maiores operações de compra e venda no mercado imobiliário. Por exemplo: a PREVI fez uma operação de compra junto à Companhia Brasileira de Distribuição, do grupo Pão de Açúcar, no valor de 10 bilhões, 268 milhões, 613 mil e 150 cruzeiros, à vista, ao adquirir o imóvel na Av. Engenheiro Luís Carlos Berlim, 106, em São Paulo, no dia 15 de janeiro de 1991. Perguntamos no requerimento de informações se houve corretagens pagas pela PREVI, e fui informado oficialmente: *nihil* ou seja, nenhuma. No entanto aqui diz que a corretagem foi a cargo dos vendedores, ou seja, neste caso, por exemplo a Companhia Brasileira de Distribuição teria pago a comissão.

Acredito ser importante ao Congresso Nacional avaliar ou levantar as informações sobre como foram pagas tais comissões. Quem se beneficiou das mesmas? Porque se, porventura, houver qualquer autoridade que tenha se beneficiado dessas comissões, que caso tenha participado da decisão, então, aqui há algo que precisamos examinar com extrema seriedade.

E assim, Sr. Presidente, diante destas informações, gostaria de fazer uma sugestão à Comissão de Assuntos Econômicos: que convidasse a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello para expor, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, a respeito de como se deu a coordenação de decisões relativas à maneira pela qual foram administrados os recursos dessas entidades de Previdência. E que a ela se perguntasse, nessa oportunidade, que sugestões teria a ex-Ministra no sentido de evitar que eventuais abusos possam ocorrer em situações como esta. Por que — imaginem os Senhores — instituições tal qual a PREVI, a FUNCEP, a PETROS, ou qualquer uma dessas, têm condição, através da diretoria das entidades a elas anexas, como o Banco do Brasil, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, de interferir com muito peso no mercado de capitais e no mercado imobiliário. Será que não há formas de controlar um pouco essa questão? E o Tribunal de Contas da União nos chamou a atenção para o fato de que o Congresso Nacional não examina, não controla e não há quem esteja controlando o que é feito nessas entidades, e também para o fato de estarem elas continuamente interagindo com os grandes grupos econômicos. Como garantir que as suas operações sejam saudáveis? Como garantir que não haja interesse pessoal de autoridades, eventualmente, aí, sendo colocado em questão?

O Sr. Odacir Soares — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLCY — Com muito prazer, Senador Odacir Soares.

O Sr. Odacir Soares — Sinto certa dificuldade em abordar os diversos temas do discurso de V. Ex^a, pela variedade dos assuntos tratados. Penso até que V. Ex^a se está preparando, já se preparou, ou já assumiu a função de Primeiro-Ministro do Governo alternativo do PT, uma vez que está abordando os assuntos mais variados; presumo deva ser isso consequência da atuação dos Ministros alternativos do PT, que devem levar

a V. Ex^a essa série de informações. Estava observando, já no final, além de outros assuntos que V. Ex^a abordou, questão da ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello que, segundo V. Ex^a, não trabalha há seis meses, consegue viajar para o exterior, continuamente, reformou a casa e parece que ainda tem saldo na poupança, dentre os recursos que foram congelados pelo Plano Collor. Parece-me até salvo erro de minha parte, que essas questões teriam sido levantadas por um jornal, não sei se a *Folha de S. Paulo*. Sugeriria que pudessem ser acrescentados aí outros nomes que, pelo menos aparentemente, desfrutam desses privilégios que V. Ex^a condena na ex-Ministra. Parece-me que poderia ser incluído o ex-candidato à Presidência da República, do PT, Luís Inácio Lula da Silva, que, sem ter emprego, goza também dos mesmos privilégios; aliás, já os tinha, inclusive, durante a campanha eleitoral, quando viajava nos jatinhos acompanhado dos seus assessores, fato que terminou não se condenando, porque a apuração das despesas de campanha eleitoral caberia, no caso, ao Superior Tribunal Eleitoral. Mas são coisas do Brasil e não sei se seria pertinente acrescentar outros nomes, conforme estou sugerindo a V. Ex^a. Mas, disse inicialmente que fica difícil, de certa forma, analisar de maneira mais detida e cuidadosa o discurso de V. Ex^a pela variedade dos temas. Em relação a esse último que V. Ex^a levantou, dos órgãos de previdência privada, das diversas empresas estatais e de economia mista, notadamente o Banco do Brasil, a Vale do Rio Doce e outras empresas de previdência privada, em face dessa possível relação, diria incestuosa, entre elas e grupos privados que teriam o privilégio no acesso aos seus recursos, parece-me que, de certa forma, a culpa é nossa. Se bem me lembro, temos uma Comissão Mista de Orçamento com a incumbência constitucional de elaborar e analisar o Orçamento encaminhado ao Congresso pelo Poder Executivo e também de acompanhar a execução orçamentária; temos a nossa disposição, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, o Tribunal de Contas da União. Parece-me que, de certa forma, estamos aqui sempre fazendo acusações de irregularidades e, às vezes, até de corrupção, de apropriação, por particulares, de bens públicos, e temos nos esquecido de que o Congresso dispõe de uma Comissão Mista de Orçamento, de que a Nação dispõe de um Tribunal de Contas e o Congresso não tem se valido desses instrumentos que a Constituição colocou nas suas mãos para, no exercício pleno das suas atribuições e das suas prerrogativas, sem ingerência de qualquer dos outros dois poderes, levar a cabo essa tarefa da fiscalização das contas públicas deste País. De certo modo a culpa é nossa, porque até a Presidência da Comissão de Orçamento é do PMDB, de um partido que faz oposição ao Presidente Collor. De modo que eram essas as observações, repito, fica difícil analisar de maneira mais cuidadosa e mais detida o discurso de V. Ex^a, pela gama de assuntos que traz, levantando sobre alguns deles uma aura de suspeita, sem efetivamente formalizar acusações mais concretas, mais objetivas. O fato é que, de certa forma, V. Ex^a levanta assuntos e sobre eles isinua a prática de irregularidades, de atos desonestos e de corrupção. Era o aparte que queria fazer ao discurso de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLCY — Senador Odacir Soares, gostaria de propiciar a oportunidade de o Congresso Nacional poder ter maior controle sobre aquilo que o próprio Tribunal de Contas da União colocou em seu relatório, quando afirmou que o Balanço Geral da União consigna o valor de 205 milhões, a título de "contribuição a entidades fechadas de previdência". No entanto consta, do mesmo relatório, informação do Tesou-

ro Nacional de que o volume total de recursos aplicados pelas estatais patrocinadoras daquelas entidades, atingiu a soma total de 109 bilhões, quantia significativamente maior do que o consignado. Essa quantia torna-se ainda maior, se a compararmos ao valor de 6 bilhões e 900 milhões da aplicação no mesmo índice na despesa do ano anterior.

É um aumento realmente extraordinário e acredito que cabe ao Congresso Nacional fiscalizar.

Sr. Presidente, peço que sejam anexadas ao meu pronunciamento cópias das informações prestadas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, relativamente às cinco maiores entidades de previdência fechada, que o Governo respondeu, atendendo as minhas solicitações. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Odacir Soares — Sr. Presidente, permita-me 30 segundos. Não critico o fato de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, nem poderia fazê-lo, trazer as dúvidas que têm em relação a essa questão específica da previdência privada, no caso dessas fundações ligadas a empresas de economia mista. Quero dizer que o Congresso Nacional tem órgãos próprios para exercer plenamente, sem perda do papel que desempenha no País, a fiscalização dessas fundações. V. Ex^a, inclusive, de maneira brilhante, recentemente, formulou requerimento ao Presidente do Congresso Nacional que levou o Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República a prestar esclarecimentos à Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. A meu ver, precisamos exercitar a nossa competência. V. Ex^a, mais do que um discurso técnico, faz um discurso político. V. Ex^a está na tribuna como um Senador, como um político no exercício pleno da crítica que deve fazer aos atos do Poder Executivo ou a qualquer dos Poderes da República. Quero dizer que temos competência, temos a Comissão Mista de Orçamento para acompanhar a execução orçamentária, podendo, inclusive, convocar todos aqueles que têm atribuição de autorizar despesas e temos, ainda, o Tribunal de Contas da União. Se esses órgãos são lentos, vamos torná-los mais rápidos na execução das suas competências.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Havia pensado que a Comissão de Assuntos Econômicos seria adequada para convidarmos a ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello para esclarecer sobre esses assuntos. Porém, V. Ex^a propõe que seja a Comissão Mista de Orçamento?

O Sr. Odacir Soares — Não estou propondo nada. A meu ver, a Comissão de Economia também teria competência para isso. Em relação a essa questão da Ministra Zélia, até pediria a V. Ex^a que acrescentasse outros nomes, como o do Presidente do PT; como V. Ex^a está fazendo esse juízo da Ministra Zélia, estenderia também, a ele que viaja sem ter emprego, está desempregado há muito tempo e viaja para cima e para baixo.

O SR. EDUARDO SUP LICY — O Presidente do Partido dos Trabalhadores tem uma remuneração que nós, membros do PT, conferimos a ele, e as viagens que faz são todas transparentes no que diz respeito a cada uma das despesas, e se V. Ex^a quiser saber estarei...

O Sr. Odacir Soares — Eu não quero saber, estou só observando.

O SR. EDUARDO SUP LICY — ... Mas essas são transparentes e, em nenhum momento foram fruto de qualquer ativi-

dade relacionada ao exercício público, salvo no que diz respeito à representação que teve o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, enquanto Deputado Federal, dado o reconhecimento de sua condição, inclusive, de candidato a Presidente da República que, inúmeras vezes, foi convidado a viajar.

O Sr. Odacir Soares — Em jato particular, todo mundo viaja, não é privilégio de ninguém.

O SR. EDUARDO SUP LICY — Caso a Ministra Zélia se disponha a esclarecer, não estou aqui formulando acusação, estou avaliando que as indagações formuladas pelo jornalista Luís Nassif merecem o respeito e, inclusive, seria uma oportunidade, caso uma das Comissões, a de Assuntos Econômicos ou a Mista de Orçamento, propicie a oportunidade do comparecimento da Ministra Zélia. Não estou aqui querendo indagar qualquer questão de natureza particular, não é isso, gostaria que S. Ex^a esclarecesse como o Ministério da Economia teve qualquer função coordenadora nas operações, no mercado financeiro, no mercado imobiliário dessas entidades de previdência fechada enquanto ela foi Ministra.

Avalio que isso também poderá se estender ao atual Ministro. Mas, como surgiram muitas perguntas relativas ao tempo em que foi Ministra, imagino que ela poderia trazer sugestões ao Congresso Nacional, sobre qual a melhor maneira de fiscalizar, atendendo ao que o Tribunal de Contas nos recomenda em seu relatório.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUP LICY EM SEU DISCURSO:

BANCO DO BRASIL SA

Presidência

Of. PRESI — 91/607

Brasília (DF), 22-7-91

À Sua Excelência o Senhor

Embaixador Marcílio Marques Moreira

Digníssimo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento

Senhor Ministro,

Refiro-me ao ofício AAP 912, de 5-7-91, através do qual esse Ministério solicita informações sobre a composição patrimonial da Caixa de Previdência do Banco do Brasil — PREVI, para subsidiar resposta a requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal.

A propósito, estou encaminhando a V. Ex^a Demonstrativos Analíticos de Investimentos do 4º trimestre/90 e do 1º trimestre/91, que contêm a composição do patrimônio da PREVI, com posição detalhada em 31-12-90 e 31-3-91, bem como o Demonstrativo de Imóveis, com as negociações efetuadas por aquela Caixa no Mercado Imobiliário, entre 1º-1-90 e 30-6-91.

Outrossim, esclareço que a posição relativa à composição patrimonial em 30-6-91 não pôde ser informada, tendo em vista que a Contabilidade da PREVI está em processo de adaptação ao Novo Plano de Contas para as Entidades Fechadas de Previdência Privada, instituído pela Portaria nº 3.671, de 23-10-90, do Exmº Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social.

— Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex^a meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Lafaiete Coutinho Torres, Presidente.

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
4o Trimestre de 1990

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I I I	DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I I Cr\$ HH	I % I	I
Y. INVESTIMENTOS			107,137,602,952	495,287,288,337	100.00	
A. TITULOS GOVERNAMENTAIS			2,699,297,317	165,265,587,340	33.37	
- OBRIGACOES DA ELETROBRAS			43,559,012	113,784,603	0.02	
- OBRIGACOES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO			801,689,349	50,230,469,005	10.14	
- LETRAS HIPOTECARIAS DA CEF			1	19,112,923,675	3.86	
- LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO			1,854,057,855	95,808,410,057	19.34	
B. TITULOS E VALORES MOBILIARIOS			104,438,197,068	161,262,418,226	32.56	
- ACOES			104,394,662,195	85,896,688,242	17.34	
- MERCADO A VISTA			104,394,662,195	85,896,688,242	17.34	
- COMPANHIAS ABERTAS PRIVADAS NACIONAIS			89,229,881,570	61,195,487,736	12.36	
- ALBARUS S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	OP		5,859,100	966,751,500	0.20	
- AMADEO ROSSI S.A.	PP		500,228,415	10,004,568	0.00	
- ARACRUZ CELULOSE S.A.	ON		349,788	83,949,120	0.02	
- ARACRUZ CELULOSE S.A.	PPA		2,185,100	524,424,000	0.11	
- ARACRUZ CELULOSE S.A.	PPB		12,454,600	2,986,239,442	0.60	
- ARTEX S.A. FABRICA DE ARTEFATOS TEXTIS	ON		142,679,507	72,766,550	0.01	
- ARTEX S.A. FABRICA DE ARTEFATOS TEXTIS	PN		1,090,882,367	129,815,002	0.03	
- BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTO S.A.	ON		73,385,566	282,534,429	0.06	
- BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTO S.A.	PN		60,483,462	232,861,329	0.05	
- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.	ON		257,310,076	823,217,272	0.17	
- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.	PN		692,390,003	2,293,763,450	0.46	
- BANCO ECONOMICO S.A.	PP		34,400,000	68,800,000	0.01	
- BANCO ITAU S.A.	PN		266,161,513	1,751,403,973	0.35	
- BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S.A.	ON		4,148,340	12,469,910	0.00	
- BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S.A.	PN		46,069,116	138,207,348	0.03	
- BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.	ON		3,195,984	48,578,957	0.01	
- BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.	PN		6,996,522	105,647,482	0.02	
- BANCO REAL S.A.	ON		1,601,206	16,025,350	0.00	
- BANCO REAL S.A.	PN		16,667,826	165,390,504	0.03	
- BICICLETAS CALOI S.A.	PPB		524,672,100	107,557,780	0.02	
- BOMBRIL S.A.	PP		1,494,746,510	762,635,929	0.15	
- BRASINCA S.A. CARROCEIRAS	PN		12,027,700	104,337,411	0.02	

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
4o Trimestre de 1990

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I I I	DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I I Cr\$ HUM	I I X I	I I I
	- BRASHMOTOR S.A.	OP	11.587,720	324.153,160	0.07	
	- BRASHMOTOR S.A.	PP	69.689,350	754.135,660	0.15	
	- BUETTNER S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	ON	27.520,080	2.722,098	0.00	
	- BUETTNER S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PN	202.059,760	6.051,793	0.00	
	- CAEMI MINERACAO E METALURGIA S.A.	PP	17.033,550	1.030.122,519	0.21	
	- CASA ANGLO BRASILEIRA S.A. MODAS, CONFECCOES E BAZAR	OP	105,240	21.574,200	0.00	
	- CASA ANGLO BRASILEIRA S.A. MODAS, CONFECCOES E BAZAR	PP	1.436,297	160.721,634	0.03	
	- CBU INDUSTRIA MECANICA S.A.	PP	336.047,888	28.116,752	0.01	
	- CERVEJARIA SERRAMALTE S.A.	ON	56,677	261,733	0.00	
	- CERVEJARIA SERRAMALTE S.A.	PN	11,067	51,107	0.00	
	- CEVAL AGRO INDUSTRIAL S.A.	ON	261.830,604	57.602,733	0.01	
	- CEVAL AGRO INDUSTRIAL S.A.	PN	1.192.037,448	280.128,800	0.06	
	- CIA. BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA	OP	63.946,000	35.383,240	0.01	
	- CIA. BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA	PP	1.095,437,680	1.374,719,517	0.28	
	- CIA. CACIQUE CAFE SOLUVEL	ON	728,090	20.386,520	0.00	
	- CIA. CACIQUE CAFE SOLUVEL	PN	2.850,825	76.972,543	0.02	
	- CIA. CERVEJARIA BRAHMA	OP	34.045,374	335.037,121	0.07	
	- CIA. CERVEJARIA BRAHMA	PP	785.128,420	6.630.519,425	1.34	
	- CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	PP	165.609,810	223.573,243	0.05	
	- CIA. HERING	OP	11.707,022	129.327,242	0.03	
	- CIA. HERING	PP	63.256,337	408.888,962	0.08	
	- CIA. IGUACU DE CAFE SOLUVEL	ON	326.855,171	29.416,965	0.01	
	- CIA. IGUACU DE CAFE SOLUVEL	OP	653.710,343	94.788,000	0.02	
	- CIA. IGUACU DE CAFE SOLUVEL	PNA	380.301,724	20.247,264	0.00	
	- CIA. IGUACU DE CAFE SOLUVEL	PNB	322.797,360	23.457,684	0.00	
	- CIA. IGUACU DE CAFE SOLUVEL	PPA	760.603,449	41.833,190	0.01	
	- CIA. IGUACU DE CAFE SOLUVEL	PPB	645.594,720	45.191,630	0.01	
	- CIA. IOCHPE DE PARTICIPACOES	ON	634,138	7.926,725	0.00	
	- CIA. IOCHPE DE PARTICIPACOES	PN	318,823	4.941,756	0.00	
	- CIA. PARAIBUNA DE METAIS	PP	220.540,949	28.670,323	0.01	
	- CIA. PAULISTA DE FERRO E LIGAS	OP	313.217,615	9.396,528	0.00	
	- CIA. PAULISTA DE FERRO E LIGAS	PP	1.484.505,997	49.701,261	0.01	
	- CIA. REAL DE INVESTIMENTO CRED. FINANC. E INVESTIMENTOS	ON	3.310,000	19.153,977	0.00	
	- CIA. REAL DE INVESTIMENTO CRED. FINANC. E INVESTIMENTOS	PN	26.149,100	116.864,780	0.02	
	- CIA. SIDERURGICA BELGO-MINEIRA	ON	37.902,336	1.137.070,080	0.23	
	- CIA. SIDERURGICA BELGO-MINEIRA	PP	97.613,450	1.441.690,136	0.29	
	- CIA. SUZANO DE PAPEL E CELULOSE	PP	3.286,260	1.072.602,401	0.22	
	- COFAP - CIA. FABRICADORA DE PECAS	PP	2.151.704,700	2.722.681,059	0.55	
	- COLDEX FRIGOR S.A.	PN	45.043,200	21.125,261	0.00	
	- CONFAB INDUSTRIAL S.A.	PN	6.014,759	80.128,619	0.02	
	- CONFECCOES GUARARAPES S.A.	OP	602,000	10.863,000	0.00	
	- CONFECCOES GUARARAPES S.A.	PP	829,788	27.303,004	0.01	

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
4o Trimestre de 1990

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

DISCRIMINACAO	ESPE- CIE/ TIPO	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO Cr\$ HUM	X	I
- CONFECOES LUM'S S.A.	PP	1,376,311,908	27,526,238	0.01	
- CONSTRUCCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S.A.	PP	23,744	142,464,000	0.03	
- CONSUL S.A.	PP	12,880,237	289,005,333	0.06	
- CONTINENTAL 2001 S.A. UTILIDADES DOMESTICAS	PP	344,422,536	92,160,423	0.02	
- COPENE PETROQUIMICA DO NORDESTE S.A.	ON	664,625	26,377,305	0.01	
- COPENE PETROQUIMICA DO NORDESTE S.A.	PPA	52,448,073	1,959,040,947	0.40	
- CPC - CIA. PETROQUIMICA DE CAMACARI	PP	3,664,096	256,486,720	0.05	
- CPC - CIA. PETROQUIMICA DE CAMACARI	PN	36,640,960	587,920,692	0.12	
- CREMER S.A. PRODUTOS TEXTIS E CIRURGICOS	PP	5,692,032	42,979,458	0.01	
- DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETROLEO IPIRANGA S.A.	PP	696,234,140	591,799,019	0.12	
- DUCAS S.A.	ON	8,835,540	7,751,986	0.00	
- DUCAS S.A.	PN	35,273,180	21,163,938	0.00	
- DURATEX S.A.	PP	1,032,227,511	2,486,821,875	0.50	
- EBERLE S.A.	PN	10,644,832,723	40,450,364	0.01	
- EBERLE S.A.	PP	1,520,690,389	5,626,554	0.00	
- EMBAUSA S.A. DESENVOLVIMENTO ENERGETICO	PN	200,000	60	0.00	
- EUCATEX S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PP	57,035,929	1,654,041,941	0.33	
- FABRICA DE TECIDOS CARLOS RENAUX S.A.	PP	747,017,668	26,045,613	0.01	
- FERRAGENS HAGA S.A.	PP	29,711,100	297,111	0.00	
- FORJAS TAURUS S.A.	PN	3,805,323,600	216,903,525	0.04	
- FORJAS TAURUS S.A.	PP	332,031,547	33,203,155	0.01	
- FRANCOISUL S.A. AGRO-AVICOLA INDUSTRIAL	PP	151,047,000	284,471,347	0.06	
- FRAS-LE S.A.	OP	332,600	39,712,000	0.01	
- FRAS-LE S.A.	PP	3,633,113	345,145,735	0.07	
- FRIGORBRAS - CIA. BRASILEIRA DE FRIGORIFICOS	ON	105,058,592	22,797,714	0.00	
- FRIGORBRAS - CIA. BRASILEIRA DE FRIGORIFICOS	PN	1,010,807,952	252,701,789	0.05	
- INDUSTRIA C.FABRINI	PP	4,046,500	15,740,685	0.03	
- INDUSTRIA DE BEBIDAS ANTARTICA DO NORDESTE S.A.	ON	649,078	196,243,733	0.04	
- INDUSTRIA DE BEBIDAS ANTARTICA DO NORDESTE S.A.	PN	1,972,030	558,033,061	0.11	
- INDUSTRIA DE BEBIDAS ANTARTICA-POLAR S.A.	ON	45,144	63,201,600	0.01	
- INDUSTRIA DE BEBIDAS ANTARTICA-POLAR S.A.	PN	124,214	161,478,200	0.03	
- IPLAC DO BRASIL S.A. PLASTICOS INDUSTRIAIS	PN	95,987	2,590,689	0.00	
- ITAP S.A. EMBALAGENS	OP	175,400	21,048	0.00	
- ITAP S.A. EMBALAGENS	PP	9,973,200	25,927,528	0.01	
- ITAUSA - INVESTIMENTO ITAU S.A.	PN	96,370,424	2,211,682,126	0.45	
- KEPLER WEBER S.A.	PN	3,077,803,034	21,056,470	0.00	
- KEPLER WEBER S.A.	PP	684,103,880	3,660,324	0.00	
- LA FONTE FECHADURAS S.A.	PP	1,763,577	6,077,970	0.00	
- LABRA INDUSTRIA BRASILEIRA DE LAPIS S.A.	PP	13,713,994	521,132	0.00	
- LARK S.A. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	PP	27,189,000	50,969,315	0.01	
- LIASA - LIGAS DE ALUMINIO S.A.	PNB	222,389	2,001,946	0.00	
- LIASA - LIGAS DE ALUMINIO S.A.	PNC	1,351,104	20,266,560	0.00	

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
4o Trimestre de 1990

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I I I	D I S C R I M I N A C A O	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I Cr\$ HUM	I X I
-	LOJAS AMERICANAS S.A.	ON	1.351,672	811.803,200	0.16
-	LOJAS AMERICANAS S.A.	PN	359,793	122,333,210	0.02
-	MAGNESITA S.A.	PPA	1,914,854,056	284,276,631	0.04
-	MANAM S.A.	PN	158,000,000	18,960,000	0.00
-	MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.	OP	2,880,000	192,960	0.00
-	MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.	PP	1,283,730,580	95,137,273	0.02
-	MARCOPOLO S.A. CARROCERIAS E ONIBUS	PN	400,631,000	92,149,136	0.02
-	MARCOPOLO S.A. CARROCERIAS E ONIBUS	PNB	290,772,500	58,154,500	0.01
-	MARISOL S.A. INDUSTRIA DO VESTUARIO	PP	21,921,100	122,977,371	0.02
-	MASSEY PERKINS S.A.	PNA	819,180	6,963,030	0.00
-	MASTER S.A. TECIDOS PLASTICOS	PPA	1,257,095,469	20,113,528	0.00
-	MESBLA S.A.	PNR	5,472,834	465,196,890	0.09
-	MESBLA S.A.	PN	5,755,166	235,961,806	0.05
-	METAL LEVE S.A. ELETRONICA E AUTOMACAO	PN	1,455,888	-14,550,000	0.00
-	METAL LEVE S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PP	15,571,888	1,156,332,588	0.23
-	METALURGICA DUQUE S.A.	PP	58,527,600	27,507,972	0.01
-	METALURGICA TIMBOENSE S.A. - METISA	PP	181,008,316	14,480,645	0.00
-	METALURGICA WETZEL	PP	39,965,689	919,211	0.00
-	MOINHO FLUMINENSE S.A.	OP	6,320,581	821,673,530	0.17
-	MOINHO RECIFE S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES	OP	623,327	83,825,084	0.02
-	MOINHO SANTISTA INDUSTRIAS GERAIS S.A.	OP	3,623,945	466,365,482	0.09
-	MOINHO SANTISTA INDUSTRIAS GERAIS S.A.	PP	2,238,137	156,669,590	0.03
-	MULTITEL TECNOLOGIA S.A.	ON	2,816,533	222,566	0.00
-	MULTITEL TECNOLOGIA S.A.	PN	2,816,533	39,431	0.00
-	OEBRECHT S.A.	OP	9,996,600	445,998,309	0.09
-	OEBRECHT S.A.	PP	18,232,921	722,023,672	0.15
-	ORION S.A.	PP	1,353,270,000	37,011,935	0.01
-	PARANAPANEMA S.A. MINERACAO, INDUSTRIA E CONSTRUCAO	ON	96,252,600	82,777,236	0.02
-	PARANAPANEMA S.A. MINERACAO, INDUSTRIA E CONSTRUCAO	PN	2,028,239,682	2,051,158,799	0.41
-	PETTENATI S.A. INDUSTRIA DE MALHAS E CONFECÇÕES	ON	23,893,100	114,687	0.00
-	PEVE PARTICIPACOES S.A.	ON	13,527,834	94,694,838	0.02
-	POLIALDEN PETROQUIMICA S.A.	PN	627,840	3,013,632	0.00
-	POLIALDEN PETROQUIMICA S.A.	PP	109,262,700	218,525,400	0.04
-	RECRUSUL S.A.	OP	55,666	14,751	0.00
-	RECRUSUL S.A.	PP	5,736,440	114,728,800	0.02
-	RECRUSUL S.A.	PN	5,736,440	80,310,160	0.02
-	RECRUSUL S.A.	ON	55,666	779,324	0.00
-	REFINARIA DE PETROLEO IPIRANGA S.A.	PP	190,043,980	127,329,467	0.03
-	REFINARIA DE PETROLEO MANGUINHOS S.A.	PP	4,709,127	217,142,555	0.04
-	REFRIGERACAO PARANA S.A.	OP	60,830,000	16,956,972	0.00
-	REFRIGERACAO PARANA S.A.	PP	632,257,502	94,838,625	0.02
-	RENNER HERRMANN S.A.	PN	40,475	526,175,000	0.11
-	RIPASA S.A. CELULOSE E PAPEL	PP	27,407,848	685,196,200	0.14
-	RODOVIARIA S.A. INDUSTRIA DE VEICULOS P/TRANSPORTES	PN	49,564,128	24,782,064	0.01
-	S.A. MARVIN	PN	20,560,400	2,327,717	0.00
-	SADE - SUL AMERICANA DE ENGENHARIA S.A.	PP	542,484,000	17,901,972	0.00

Setembro de 1991

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Terça-feira 10 5831

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
4o Trimestre de 1990

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I I I	DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I I Cr\$ MUM	I X I
	- SADIA CONCORDIA S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	ON	54.662,208	68.128,429	0.01
	- SADIA CONCORDIA S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PN	3.865,106,304	1.709,646,774	0.34
	- SADIA OESTE S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PNC	289,559,240	43,433,886	0.01
	- SAMITRI - MINERACAO DA TRINDADE S.A.	OP	4,798,680	666,536,652	0.13
	- SAMITRI - MINERACAO DA TRINDADE S.A.	PP	4,598,490	467,168,599	0.09
	- SANSUY DO NORDESTE S.A. INDUSTRIA PLASTICA	PPA	1,233,508,269	12,335,083	0.00
	- SAO PAULO ALPARGATAS S.A.	ON	16,241,613	251,791,502	0.05
	- SAO PAULO ALPARGATAS S.A.	PN	198,445,985	1,982,475,390	0.40
	- SEMENTES AGRO CERES S.A.	PP	131,254,262	102,378,324	0.02
	- SIDERURGICA RIOGRANDENSE S.A.	PN	79,943,040	91,934,476	0.02
	- SPRINGER S.A.	ON	2,410,020	11,087,418	0.00
	- SPRINGER S.A.	PP	18,986,292	123,410,898	0.02
	- TECNOSOLO S.A.	PP	8,870,280	1,774,040	0.00
	- TEKA - TECELAGEM KUEHN RICH S.A.	ON	4,698,533	14,095,399	0.00
	- TEKA - TECELAGEM KUEHN RICH S.A.	PN	66,298,490	30,117,404	0.01
	- TIBRAS - TITANIO DO BRASIL S.A.	PPA	4,817,382	168,668,370	0.03
	- TIBRAS - TITANIO DO BRASIL S.A.	PPB	1,143,783	47,096,823	0.01
	- TRANSPARANA S.A.	PN	3,429,786	84,029,757	0.02
	- TRICHES S.A.	ON	4,036,042	5,293,864	0.00
	- TRICHES S.A.	PN	26,361,116	20,546,117	0.00
	- TUPY S.A.	ON	6,211,286	14,112,184	0.00
	- TUPY S.A.	PN	17,677,192	34,243,549	0.01
	- UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.	ON	816	9,792	0.00
	- UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.	PNA	17,236,056	205,970,869	0.04
	- UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.	PNB	7,076,511	84,210,481	0.02
	- UNIPAR - UNIAO INDUSTRIA E PETROQUIMICA S.A.	PND	6,824,852	57,465,254	0.01
	- VARGAS FREID	PN	41,271,070	343,683,597	0.07
	- VILEJACK INDUSTRIAL S.A.	PPB	27,000,000,000	7,560,000	0.00
	- VULCABRAS S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PN	10,849,794	42,042,932	0.01
	- WEG S.A.	ON	4,570,400	73,126,490	0.01
	- WEG S.A.	PN	23,281,356	393,454,916	0.08
	- WEMBLEY ROUPAS S.A.	PP	1,146,177,783	91,694,223	0.02
	OUTRAS COMPANHIAS ABERTAS		15,164,780,625	24,701,200,586	4.99
	- ACESITA - CIA. DE ACOS ESPECIAIS ITABIRA	PP	2,966,248	14,212,184	0.00
	- BANCO DA AMAZONIA S.A.	ON	14,038,130	29,467,264	0.01
	- BANCO DO BRASIL S.A.	ON	70,624,811	1,770,736,336	0.36
	- BANCO DO BRASIL S.A.	PP	125,239,743	3,776,279,037	0.76
	- BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	PN	11,000,000,000	29,390,000	0.01
	- BANCO FRANCES E BRASILEIRO S.A.	ON	346,669	244,376,148	0.05
	- BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A.	PH	1,590,823	7,286,510	0.00

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
4o Trimestre de 1990

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I I I	DISCRIMINACAO	I ESPE- I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I Cr\$ HUM	I X I I I
	- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	ON	45.982,662	10,116,186	0.00
	- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	PN	129,417,640	27,824,793	0.01
	- BICICLETAS MONARK S.A.	ON	43,508	71,788,200	0.01
	- CIA. SOUZA CRUZ INDUSTRIA E COMERCIO	CP	12,476,469	3,871,697,860	0.78
	- CIA. VALE DO RIO DOCE	ON	23,004,213	546,634,164	0.11
	- CIA. VALE DO RIO DOCE	CP	178,257,890	4,278,189,360	0.86
	- CIA. VALE DO RIO DOCE	PN	8,187,792	268,068,310	0.05
	- CIA. VALE DO RIO DOCE	PP	70,108,570	2,348,637,095	0.47
	- CIA. VIDRARIA SANTA MARINA	CP	5,872,596	1,374,187,464	0.28
	- PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	ON	583,690	70,042,800	0.01
	- PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	PP	29,014,149	4,851,745,796	0.98
	- TELEBRAS TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A.	PN	2,175,144,824	690,606,402	0.14
	- TELEBRAS TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A.	PP	1,271,810,990	419,710,347	0.08
	DEBENTURES		739,853	45,103,248,120	9.11
	- CONVERSIVEIS		179,038	27,804,714,671	5.61
	- COMPANHIAS ABERTAS PRIVADAS NACIONAIS		13,038	1,336,829,007	0.26
	- EMBAUBA S.A. DESENVOLVIMENTO ENERGETICO		700	58,100,638	0.01
	- USINA SANTA OLIMPIA - INDUSTRIA DE FERRO E ACO S.A.		250	20,730,228	0.00
	- COPENE PETROQUIMICA DO NORDESTE S.A.		5,198	568,411,039	0.11
	- CIA. MERINO		6,900	659,567,102	0.13
	- OUTRAS COMPANHIAS ABERTAS		165,000	26,477,885,664	3.35
	- CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS - ELETROBRAS		53,000	9,203,669,392	1.96
	- TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS		112,000	17,294,016,272	3.49
	- NAO CONVERSIVEIS		561,815	17,298,533,449	3.49
	- COMPANHIAS ABERTAS PRIVADAS NACIONAIS		19,815	2,071,990,970	0.42
	- ARACRUZ CELULOSE S.A.		8,525	939,195,100	0.19
	- BRASILINVEST INFORMATICA E TELECOMUNICACOES S.A.		140	12,503,602	0.00
	- CIMENTO PARAISO		670	87,851,735	0.02
	- COLUMBIA PARTICIPACOES S.A.		4,000	361,796,316	0.07
	- SEMENTES AGRO CERES S.A.		1,600	160,948,072	0.03
	- RIPASA S.A.		4,800	509,786,145	0.10
	- OUTRAS COMPANHIAS ABERTAS		542,000	15,226,542,479	3.07
	- BRADESCO LEASING		5,000	808,539,907	0.16
	- CIA. VALE DO RIO DOCE		387,000	2,949,776,358	0.60
	- SIDERBRAS - SIDERURGIA BRASILEIRA S.A.		150,000	11,460,226,214	2.32

Setembro de 1991

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Terça-feira 10 5833

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
4o Trimestre de 1990

Entidades: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I I I	DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I Cr\$ HUM	I X I	I
	C. TITULOS VINCULADOS A REVENDAS OU VENDAS				0	0.00
	- BANCO DO BRASIL				0	0.00
	D. INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS		91	61.639,588,435	12.45	
	- DE USO PROPRIO		1	644,885,000	0.13	
	- EDIFICACOES		1	644,885,000	0.13	
	- RUA BUENOS AIRES, 54 - SOBRELOJA/2o A 9o ANDAR-RIO DE JANEIRO-RJ		1	644,885,000	0.13	
	- PARA RENDA (ALUGADOS A PATROCINADORES)		16	7,284,362,074	1.47	
	- EDIFICACOES		16	7,284,362,074	1.47	
	- AV. DAS AMERICAS, 4430 - L.J.B - RIO DE JANEIRO - RJ		1	127,281,000	0.03	
	- AV. DAS AMERICAS, 4430 - L.J.E - RIO DE JANEIRO - RJ		1	86,842,000	0.02	
	- RUA RODRIGO SILVA, 26 - SS, L.J, SLJ - RIO DE JANEIRO - RJ		1	329,228,000	0.06	
	- PRACA PIO X, 54 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	1,824,168,000	0.37	
	- RUA SAO BENTO, 8 LOJA A E SUBSOLO - RIO DE JANEIRO - RJ		1	349,380,000	0.07	
	- RUA SAO BENTO, 8 LOJA B E SUBSOLO - RIO DE JANEIRO - RJ		1	266,210,000	0.05	
	- RUA DO ACRE, 15 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	1,378,925,000	0.28	
	- AV. AUGUSTO SEVERO, 84/2o PAV. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	193,700,000	0.04	
	- AV. SETE DE SETEMBRO, 745 - PORTO ALEGRE - RS		1	270,253,800	0.05	
	- AV. PRES VARGAS, 290 - L.J, SLJ E SS - RIO DE JANEIRO - RJ		1	465,094,000	0.09	
	- AV. PRES.ANTONIO CARLOS, 51 - L.J A, S/L 201 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	147,403,000	0.03	
	- AV. BRASIL, 1913 - BELO HORIZONTE - MG		1	1,180,000,000	0.24	
	- AV. RIO BRANCO, 108 - PAVIMENTOS 14 E 15 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	167,790,004	0.03	
	- RUA ANITA GARIBALDI, 17 - L.J E SL - FLORIANOPOLIS - SC		1	120,000,000	0.02	
	- RUA BARAO DE MESQUITA, 238 B LOJA - RIO DE JANEIRO - RJ		1	237,873,713	0.05	
	- RUA BARAO DE MESQUITA, 238 A LOJA - RIO DE JANEIRO - RJ		1	148,413,492	0.03	
	PARA RENDA (ALUGADOS A TERCEIROS)		51	35,935,524,555	7.26	
	- EDIFICACOES		51	35,935,524,555	7.26	
	- AV. BRIG.FARIA LIMA, 2000/CJS.11,21,31,41,51 - S.PAULO - SP		1	1,080,000,000	0.22	
	- AV. RIO BRANCO, 125 - 9o ao 14o - RIO DE JANEIRO - RJ		1	496,440,000	0.10	

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
4o Trimestre de 1990

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I I I	DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I Cr\$ HUM	I X I I I
-	TRAVESSA DO OUVIDOR, 27 - 6o e 7o AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	18.951,000	0.00
-	AV. ERASMO BRAGA, 227 - LJ 8 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	69.540,000	0.01
-	AV. NOSSA SRA. COPACABANA, 659/659 A - RIO DE JANEIRO - RJ		1	254.000,000	0.05
-	RUA VISCONDE DE CARAVELAS, 14 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	282.320,000	0.06
-	RUA MARQUES DE SAO VICENTE, 232 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ		1	27.700,000	0.01
-	RUA DO CARMO, 11 - SUBSOLO E LOJA - RIO DE JANEIRO - RJ		1	113.450,000	0.02
-	RUA VISC. DE PIRAJA, 547/17 LOJS. B/101, 102, 204/210 - R. JANEIRO - RJ		1	492.500,000	0.10
-	RUA NOVO HORIZONTE, 78 - SAO PAULO - SP		1	1.000.000,000	0.20
-	RUA VDE. DE PIRAJA, 161 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ		1	624.300,000	0.13
-	AV. FRANCISCO GLICERIO, 1275 - LJ. GIRAU, 1o PAV. - CAMPINAS-SP		1	265.100,000	0.05
-	AV. RIO BRANCO, 108/LJ A - RIO DE JANEIRO - RJ		1	205.553,673	0.04
-	AV. RIO BRANCO, 108/2o A 5o PAVIMENTOS - RIO DE JANEIRO - RJ		1	335.580,168	0.07
-	AV. ANTE. BARROSO, 52/SALAS 1901/2 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	233.680,750	0.05
-	AV. ANTE. BARROSO, 52/SALAS 2001/2 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	233.680,750	0.05
-	AV. ANTE. BARROSO, 52/SALAS 2101/2 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	233.680,750	0.05
-	AV. RIO BRANCO, 110 - 14o A 17o AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	410.110,000	0.08
-	AV. ANTE. BARROSO, 52/SALAS 1801/2 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	233.680,750	0.05
-	AV. RIO BRANCO, 110 - 21o A 24o AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	420.610,000	0.08
-	RUA VISCONDE DE PIRAJA, 115 - 10o AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	80.000,000	0.02
-	RUA VISC. INHAUMA, 50, LJ, SL, 2o, 3o AND. E S/402 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	494.130,000	0.10
-	RUA DO CARMO, 43 - 11o E 13o AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	301.906,000	0.06
-	RUA MAR. FLORIANO, 19 - SLS 1901/2 E 2101/2 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	107.285,000	0.02
-	AV. PRES. ANTONIO CARLOS, 51 - 11o E 12o AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	184.226,000	0.04
-	RUA DOS ANDRADAS, 1459 - PORTO ALEGRE - RS		1	465.046,719	0.09
-	AV. PRES. J.K. OLIVEIRA, 1830 - 10o A 14o AND. - SAO PAULO - SP		1	1.300.000,000	0.26
-	RUA BUENOS AIRES, 56 - LJ, SUBSOLO - RIO DE JANEIRO - RJ		1	184.150,000	0.04
-	PROJETO HAPPIN ABC (30% DO IMOVEL) - SANTO ANDRE - SP (***)		1	1.365.082,992	0.28
-	RUA JOAO CACHOEIRA, 899 (17,5% DO IMOVEL) - SAO PAULO-SP (***)		1	701.051,231	0.16
-	RUA DOS ANDRADAS, 1512 - SS, LJ, SL e 1o A 4o AND. - P. ALEGRE - RS		1	148.670,675	0.03
-	AV. RIO BRANCO, 108 - 6o AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	83.895,042	0.02
-	AV. AMAZONAS, 91 - SS, LJ, SL e 1o A 4o AND. - B. HORIZONTE - MG		1	470.590,500	0.10
-	AV. BRIG. FARIA LIMA, 2100/2152-2o/3o-32 VAGAS GARAGEM-S. PAULO-SP		1	600.000,000	0.12
-	AV. PAULISTA, 1274 - CNJ 50 - C/3 VAGAS GARAGEM-SAO PAULO-SP		1	117.500,000	0.02
-	AV. PAULISTA, 1274 - CNJ 49 - C/3 VAGAS GARAGEM-SAO PAULO-SP		1	117.500,000	0.02
-	RUA DA ALFANDEGA, 214 - LOJA - RIO DE JANEIRO - RJ		1	290.170,000	0.06
-	RUA MARQUES DE SAO VICENTE, 52 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ		1	105.000,000	0.02
-	AV. PAULISTA, 1842 - PAVIMENTO 22 - SAO PAULO - SP		1	810.000,000	0.16
-	RUA PARAIBA, 1323 - PAVIMENTOS 06/11 - BELO HORIZONTE - MG		1	253.600,000	0.05
-	AV. PAULISTA, 1842 - PAVIMENTO 17/18/19/20 - SAO PAULO - SP		1	3.240.000,000	0.65
-	AV. RIO BRANCO, 116 - PAVIMENTO 18 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	83.740,000	0.02

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
4o Trimestre de 1990

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I	DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I Cr\$ HUM	I X I
	- RUA ARUANA, 150 - BARUERI - SP		1	1,385,000,000	0.28
	- RUA RODRIGO SILVA, 26 - SL.1101 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	118,131,000	0.02
	- AV. CENTENARIO, 2883 - SALVADOR - BA		1	1,532,500,000	0.31
	- RUA FLORIDA, 1970 - SAO PAULO - SP		1	5,750,000,000	1.16
	- AV. PRES J.KUBITSCHKE, 1830 - SAO PAULO - SP		1	1,555,000,000	0.31
	- SHOPPING ELDOorado - CAMPO GRANDE - MS		1	1,818,919,257	0.37
	- AV. RIO BRANCO, 1 - PAVIMENTOS 09 A 12 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	2,468,300,000	0.50
	- RUA MARQUES DE SAO VICENTE, 99 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	916,256,050	0.18
	- PRAIA DO FLAMENGO, 154 - PAVS.3/9 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	1,768,868,228	0.36
	- PARA RENDA (HIPERMERCADOS)		1	3,770,134,434	0.76
	- EDIFICACOES		1	3,770,134,434	0.76
	- AV. DAS AMERICAS, 1510 LOTE 03 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	3,770,134,434	0.76
	- PARA VENDA		4	430,535,924	0.09
	- EDIFICACOES		4	430,535,924	0.09
	- RUA UBERLANDIA, 923/Q 10 - LONDRINA - PR (*)		1	5,440,545	0.00
	- RUA AUGUSTO GUIHARRES, 109 - SALVADOR - BA (*)		1	1,069,623	0.00
	- SQN 111, BLOCO E, APT. 101 - BRASILIA - DF		1	232,122,606	0.05
	- SQN 111, BLOCO H, APT. 101 - BRASILIA - DF		1	190,683,150	0.04
	IMOVEIS EM CONSTRUCAO		17	13,254,566,428	2.68
	- EDIFICACOES		17	13,254,566,428	2.68
	- RUA MARIANO AMORIM CARRAO (17,52 DO IMOVEL)- S.PAULO-SP (**)		1	33,555,846	0.01
	- RUA DAGMAR DA FONSECA, 192 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	694,600,000	0.14
	- SHOPPING CENTER ESPLANADA - SOROCABA - SP		1	1,165,836,225	0.24
	- RUA PADRE CARAPUCEIRO LOJA SBL 1/4 - RECIFE - PE		1	952,690,840	0.19
	- RUA FLORIDA, 1970 - SAO PAULO - SP		1	2,177,339,520	0.44
	- AV. DAS AMERICAS - PEDRA ITAUNA - RIO DE JANEIRO - RJ		1	1,587,051,901	0.32
	- RUA HUNGARA, 52 LOTE 124-E QUADRA 4		1	623,022,034	0.13
	- RUA PARACATU, 357 - SAO PAULO - SP		1	1,403,237,640	0.28
	- RUA DESEMBARGADOR ARAGAO, 179 - SP		1	342,853,842	0.07
	- RUA JOSE JANNARELLI - SAO PAULO		1	897,483,864	0.18
	- RUA CAP.SOUZA FRANCO - CURITIBA - PR		1	160,037,604	0.03
	- AV. SETE DE SETEMBRO, 204 - NITEROI - RJ		1	634,595,828	0.13

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
4o Trimestre de 1990

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I C&S HUM	I X I
- RUA GROENLANDIA QUADRA 150 - BELO HORIZONTE - MG		1	207.855,143	0.04
- RUA MIN.SOUZA LIMA, 250 - SANTO AMARO - SP		1	869.465,264	0.18
- RUA BRUNO FILGUEIRA - CURITIBA - PR		1	189.614,526	0.04
- AV. FRANCISCO GLICERIO, 860 - SAO PAULO - SP		1	938.179,341	0.19
- AV. FRANCISCO REIN FILHO - PORTO ALEGRE - RS		1	314.152,881	0.06
- AV.N.S. DOS NAVEGANTES - VITORIA - ES		1	299.604	0.00
- RUA PADRE AUGUSTINHO L905 - ED. COLINA D'ALENCON - CURITIBA -PR		1	62.192,940	0.01
- AV. CHILE 500 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	488.165	0.00
- TERRENOS		1	319.580,000	0.06
- BAIRRO SILVEIRA - BELO HORIZONTE (MG)		1	319.580,000	0.06
(*) IMOVEIS RESIDENCIAIS ADJUDICADOS				
(**) EM CONDOMINIO C/CENTRUS, REFER. BISTEL E CASA ANGLO S.A.				
(***) EM CONDOMINIO C/CENTRUS E CASA ANGLO S.A.				
E. OPERACOES COM PARTICIPANTES		105,675	46,785,746,377	9.45
- EMPRESTIMOS		91,900	4,365,135,426	0.88
- EMPRESTIMOS SIMPLES		91,900	4,365,135,426	0.88
- FINANCIAMENTOS		13,775	42,420,610,951	8.56
- FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS		13,775	42,420,610,951	8.56
F. DEPOSITOS EM CRUZADOS NOVOS		1	60,333,867,959	12.18
- BANCO DO BRASIL S.A.		1	60,333,867,959	12.18

Diretor

Assinatura:

CPF No 194.939.487-72

Nome Completo: IVAN FARIAS DE CASTRO

CÓPIA - ORIGINAL ASSINADO

Contador

Assinatura:

CRC No MO 11543

Nome Completo: MAURO LISANIO DA FONSECA

Setembro de 1991

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Terça-feira 10 5837

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS
1º Trimestre de 1991

Unidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

DISCRIMINACAO	I ESPE-I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO	I	I
	I CIE/ I		I	I Z	I
	I TIPO I		I Cr\$ HUM	I	I
INVESTIMENTOS		100.792.092.675	834.182.706.390	100,00	
A. TITULOS GOVERNAMENTAIS		9.769.318.610	210.255.997.267	25,21	
- OBRIGACOES DA ELETROBRAS		43.531.964	294.665.865	0,42	
- OBRIGACOES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO		801.689.349	70.317.176.784	8,43	
- LETRAS HIPOTECARIAS DA CEF		1	28.448.324.263	3,41	
- LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO		8.924.097.296	111.265.839.355	13,34	
B. TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		99.022.759.583	361.837.491.182	43,38	
- ACOES		98.979.218.610	296.233.754.350	24,72	
- MERCADO A VISTA		98.979.218.610	296.233.754.350	24,72	
- COMPANHIAS ABERTAS PRIVADAS NACIONAIS		81.923.228.637	141.423.640.448	16,95	
- ALBARUS S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	OP	9.473.000	3.978.660.000	0,48	
- AMADEO ROSSI S.A.	PP	500.228.415	15.006.852	0,00	
- ARACRUZ CELULOSE S.A.	ON	349.788	153.787.792	0,02	
- ARACRUZ CELULOSE S.A.	PPA	2.185.100	983.295.000	0,12	
- ARACRUZ CELULOSE S.A.	PPB	12.454.600	5.604.694.546	0,67	
- ARTEX S.A. FABRICA DE ARTEFATOS TEXTIS	ON	142.679.507	92.741.689	0,01	
- ARTEX S.A. FABRICA DE ARTEFATOS TEXTIS	PN	1.090.882.367	370.900.005	0,04	
- BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTO S.A.	ON	73.385.566	513.698.962	0,06	
- BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTO S.A.	PN	60.483.462	423.384.234	0,05	
- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.	ON	257.310.076	1.286.550.380	0,15	
- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.	ONP	32.258.034	103.225.709	0,01	
- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.	PN	692.390.003	3.662.743.116	0,44	
- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.	PNP	86.802.432	429.672.038	0,05	
- BANCO ECONOMICO S.A.	PP	34.400.000	129.400.000	0,01	
- BANCO ITAU S.A.	PN	266.161.513	4.229.306.442	0,51	
- BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S.A.	ON	4.148.340	22.815.870	0,00	
- BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S.A.	PN	46.069.116	150.938.450	0,02	
- BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.	ON	3.195.984	61.043.294	0,01	
- BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A.	PN	6.996.522	129.435.657	0,02	
- BANCO REAL S.A.	ON	1.681.286	24.179.419	0,00	
- BANCO REAL S.A.	PN	16.667.826	241.683.477	0,03	
- BICICLETAS CALOI S.A.	PPB	524.672.100	244.497.199	0,03	
- BONFRIIL S.A.	PP	1.694.746.510	3.728.442.322	0,45	
- BRASINCA S.A. CARROCERIAS	PN	12.027.700	336.775.600	0,04	

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
12 Trimestre de 1991

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

DISCRIMINACAO	ESPE- CIE/ TIPO	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO Cr\$ MIL	
- BRASHMOTOR S.A.	OP	11.587.720	353.425.460	0,04
- BRASHMOTOR S.A.	PP	69.689.350	1.627.943.216	0,28
- BUETTNER S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	ON	27.520.000	2.752.000	0,00
- BUETTNER S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PN	202.059.760	10.305.048	0,00
- CAEMI MINERACAO E METALURGIA S.A.	PP	17.833.550	3.149.069.924	0,22
- CASA ANGLO BRASILEIRA S.A. MODAS, CONFECÇÕES E BAZAR	OP	105.240	65.240.800	0,01
- CASA ANGLO BRASILEIRA S.A. MODAS, CONFECÇÕES E BAZAR	PP	1.436.297	603.244.740	0,07
- CBV INDUSTRIA MECANICA S.A.	PP	386.047.888	30.868.389	0,00
- CERVEJARIA SERRAMALTE S.A.	ON	56.677	261.733	0,00
- CERVEJARIA SERRAMALTE S.A.	PN	11.067	51.107	0,00
- CEVAL AGRO INDUSTRIAL S.A.	ON	261.830.604	164.953.280	0,02
- CEVAL AGRO INDUSTRIAL S.A.	PN	1.192.037.448	782.409.142	0,09
- CIA. BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA	ON	11.220	19.074	0,00
- CIA. BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA	PN	24.700	49.400	0,00
- CIA. BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA	OP	63.946.000	116.381.720	0,01
- CIA. BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA	PP	1.095.437.680	2.727.639.823	0,33
- CIA. CACIQUE CAFE SOLUVEL	ON	720.090	36.404.500	0,00
- CIA. CACIQUE CAFE SOLUVEL	PN	2.850.835	79.851.888	0,01
- CIA. CERVEJARIA BRAHMA	OP	34.045.374	987.996.753	0,12
- CIA. CERVEJARIA BRAHMA	PP	785.120.420	18.324.897.323	2,20
- CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA	PP	165.609.810	306.378.149	0,04
- CIA. HERING	OP	11.757.022	129.327.242	0,02
- CIA. HERING	PP	63.256.337	569.939.596	0,07
- CIA. IGUAÇU DE CAFE SOLUVEL	ON	326.855.171	55.565.379	0,01
- CIA. IGUAÇU DE CAFE SOLUVEL	OP	653.710.343	117.667.862	0,01
- CIA. IGUAÇU DE CAFE SOLUVEL	PHA	380.301.724	75.588.771	0,01
- CIA. IGUAÇU DE CAFE SOLUVEL	PND	322.797.360	64.559.472	0,01
- CIA. IGUAÇU DE CAFE SOLUVEL	PPA	760.603.449	143.784.476	0,02
- CIA. IGUAÇU DE CAFE SOLUVEL	PPB	645.594.720	175.380.710	0,02
- CIA. IOCHPE DE PARTICIPACOES	ON	634.138	8.243.794	0,00
- CIA. IOCHPE DE PARTICIPACOES	PN	318.823	7.973.763	0,00
- CIA. MARCOPOLO DE PARTICIPACOES	PN	69.140.350	69.140	0,00
- CIA. PARAIBUNA DE METAIS	PP	220.540.949	122.400.227	0,01
- CIA. PAULISTA DE FERRO E LIGAS	OP	313.217.615	9.396.528	0,00
- CIA. PAULISTA DE FERRO E LIGAS	PP	1.484.505.997	67.841.924	0,01
- CIA. REAL DE INVESTIMENTO CRED. FINANC. E INVESTIMENTOS	ON	3.310.000	47.995.000	0,01
- CIA. REAL DE INVESTIMENTO CRED. FINANC. E INVESTIMENTOS	PN	29.149.100	282.007.400	0,03
- CIA. SIDERURGICA BELGO-MINEIRA	ON	37.992.336	1.792.700.493	0,21
- CIA. SIDERURGICA BELGO-MINEIRA	PP	97.613.450	3.455.516.130	0,41
- CIA. SUZANO DE PAPEL E CELULOSE	PP	3.286.260	2.595.455.285	0,31
- COFAP - CIA. FABRICADORA DE PECAS	PP	2.151.704.700	5.938.704.972	0,71
- COLDEX FRIGOR S.A.	PN	45.043.200	49.547.520	0,01
- CONFAB INDUSTRIAL S.A.	PN	6.014.759	105.250.282	0,01
- CONFECÇÕES GUARARAPES S.A.	OP	602.000	31.394.000	0,00
- CONFECÇÕES GUARARAPES S.A.	PP	829.788	16.595.760	0,00

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
12 Trimestre de 1991

Atividade CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I I Cr\$ HUM	I X I
- CONFECOES LUX'S S.A.	PP	1.376.311.900	51.611.697	0,01
- CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S.A.	PP	23.744	142.464.000	0,02
- CONSUL S.A.	PP	12.880.237	682.652.561	0,09
- CONTINENTAL 2001 S.A. UTILIDADES DOMESTICAS	PP	344.422.536	299.647.686	0,04
- COPEHE PETROQUIMICA DO NORDESTE S.A.	ON	664.625	39.877.500	0,00
- COPEHE PETROQUIMICA DO NORDESTE S.A.	PNA	52.148.073	3.826.086.925	0,46
- CPC - CIA. PETROQUIMICA DE CAMACARI	PP	3.664.096	135.498.270	0,02
- CPC - CIA. PETROQUIMICA DE CAMACARI	PN	36.640.960	1.099.228.800	0,13
- CREMER S.A. PRODUTOS TEXTIS E CIRURGICOS	PP	5.692.832	84.880.125	0,01
- DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETROLEO IPIRANGA S.A.	PP	696.234.140	1.392.468.280	0,17
- DOCAS S.A.	ON	8.835.540	53.013.240	0,01
- DOCAS S.A.	PN	35.273.180	112.874.176	0,01
- DURATEX S.A.	PP	1.032.227.511	5.708.210.136	0,68
- EBERLE S.A.	PN	10.644.832.723	69.936.551	0,01
- EBEPIE S.A.	PP	1.520.690.389	9.124.142	0,00
- EMBAUBA S.A. DESENVOLVIMENTO ENERGETICO	PN	200.000	60	0,00
- EUCATEX S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PP	57.035.929	4.505.838.391	0,54
- FABRICA DE TECIDOS CARLOS RENAUX S.A.	PP	767.017.668	26.078.601	0,00
- FERRAGENS HAGA S.A.	PP	29.711.100	475.378	0,00
- FORJAS TAURUS S.A.	PN	3.805.325.000	285.399.375	0,03
- FORJAS TAURUS S.A.	PP	332.031.547	49.027.778	0,01
- FRANCOSUL S.A. AGRO-AVICOLA INDUSTRIAL	PP	151.047.000	963.679.860	0,12
- FRAS-LE S.A.	OP	332.600	89.802.000	0,01
- FRAS-LE S.A.	PP	3.633.113	759.182.630	0,09
- FRIGOBRA - CIA. BRASILEIRA DE FRIGORIFICOS	ON	105.058.592	60.288.085	0,01
- FRIGOBRA - CIA. BRASILEIRA DE FRIGORIFICOS	PN	1.010.807.952	691.796.962	0,08
- INDUSTRIA C.FABRINI	PP	4.046.500	28.325.500	0,00
- INDUSTRIA DE BEBIDAS ANTARTICA DO NORDESTE S.A.	ON	649.078	739.948.920	0,09
- INDUSTRIA DE BEBIDAS ANTARTICA DO NORDESTE S.A.	PN	1.972.030	1.676.225.500	0,20
- INDUSTRIA DE BEBIDAS ANTARTICA-POLAR S.A.	ON	45.144	167.032.800	0,02
- INDUSTRIA DE BEBIDAS ANTARTICA-POLAR S.A.	PN	124.214	421.085.460	0,05
- IPLAC DO BRASIL S.A. PLASTICOS INDUSTRIAIS	PN	95.987	4.799.350	0,00
- ITAP S.A. EMBALAGENS	ON	175.400	701.600	0,00
- ITAP S.A. EMBALAGENS	PN	9.973.200	39.892.600	0,00
- ITAUSA - INVESTIMENTO ITAU S.A.	PN	96.370.434	6.163.852.959	0,74
- KEPLER WEBER S.A.	PN	3.877.803.034	31.797.985	0,00
- KEPLER WEBER S.A.	PP	684.183.880	6.841.839	0,00
- LA FONTE FECHADURAS S.A.	PP	1.763.577	28.217.232	0,00
- LABRA INDUSTRIA BRASILEIRA DE LAPIS S.A.	PP	13.713.994	521.132	0,00
- LARK S.A. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	PP	27.189.000	54.378.000	0,01
- LIASA - LIGAS DE ALUMINIO S.A.	PNB	222.389	2.223.890	0,00
- LIASA - LIGAS DE ALUMINIO S.A.	PNB	1.351.104	13.159.753	0,00

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS

1º Trimestre de 1991

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I	DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I I Cr\$ MIM	I X I I I
	- LOJAS AMERICANAS S.A.	ON	1.351.672	1.540.946.080	0,10
	- LOJAS AMERICANAS S.A.	PN	359.793	287.834.480	0,03
	- MAGNESITA S.A.	PPA	1.914.854.056	803.855.733	0,10
	- MANAH S.A.	PN	158.000.000	45.820.000	0,01
	- MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.	OP	2.880.000	316.800	0,01
	- MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.	PP	1.283.730.580	192.559.587	0,02
	- MARCOPOLLO S.A. CAFETERIAS E ONIBUS	PN	400.631.000	180.340.038	0,02
	- MARCOPOLLO S.A. CARROCERIAS E ONIBUS	PNB	290.772.500	122.124.450	0,01
	- MARISOL S.A. INDUSTRIA DO VESTUARIO	PP	21.921.100	327.862.812	0,04
	- MASSEY PERKINS S.A.	PNA	819.180	9.839.160	0,00
	- MASTER S.A. TECIDOS PLASTICOS	PNA	19.474.998.431	292.124.976	0,04
	- MASTER S.A. TECIDOS PLASTICOS	PPA	1.257.095.469	27.656.100	0,00
	- MESBLA S.A.	PN	11.228.000	1.257.536.000	0,15
	- METAL LEVE S.A. ELETRONICA E AUTOMACAO	PN	1.455.888	29.117.760	0,00
	- METAL LEVE S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PP	15.571.888	1.955.984.852	0,23
	- METALURGICA DUQUE S.A.	PP	58.527.600	93.644.160	0,01
	- METALURGICA TIMBOENSE S.A. - METISA	PP	181.008.316	15.476.211	0,00
	- METALURGICA WETZEL	PP	39.965.689	3.596.912	0,00
	- MOINHO FLUMINENSE S.A.	OP	5.818.581	1.766.346.634	0,21
	- MOINHO RECIFE S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES	OP	625.327	206.439.203	0,02
	- MOINHO SANTISTA INDUSTRIAS GERAIS S.A.	OP	3.623.945	1.123.422.950	0,13
	- MOINHO SANTISTA INDUSTRIAS GERAIS S.A.	PP	2.238.137	436.436.715	0,05
	- MULTITEL TECNOLOGIA S.A.	ON	2.816.533	394.315	0,00
	- MULTITEL TECNOLOGIA S.A.	PN	2.816.533	84.496	0,00
	- ODEBRECHT S.A.	OP	9.996.600	449.847.000	0,05
	- ODEBRECHT S.A.	PP	18.232.921	820.663.774	0,10
	- ORION S.A.	PP	1.353.270.000	184.234.178	0,02
	- PARANAPANEMA S.A. MINERACAO, INDUSTRIA E CONSTRUCAO	ON	96.252.600	182.879.940	0,02
	- PARANAPANEMA S.A. MINERACAO, INDUSTRIA E CONSTRUCAO	PN	2.028.239.682	4.522.974.491	0,54
	- PETTENATI S.A. INDUSTRIA DE MALHAS E CONFECÇÕES	ON	23.893.100	114.687	0,00
	- PEVE PARTICIPACOES S.A.	ON	13.527.834	94.694.838	0,01
	- POLIALDEN PETROQUIMICA S.A.	PN	627.840	2.197.440	0,00
	- POLIALDEN PETROQUIMICA S.A.	PP	109.262.700	491.682.150	0,06
	- RECRUSUL S.A.	ON	55.666	779.324	0,00
	- RECRUSUL S.A.	OP	55.666	14.751	0,00
	- RECRUSUL S.A.	PN	5.736.440	80.310.160	0,01
	- RECRUSUL S.A.	PP	5.736.440	85.931.871	0,01
	- REFINARIA DE PETROLEO IPIRANGA S.A.	PP	190.043.980	399.092.358	0,05
	- REFINARIA DE PETROLEO MANGUINHOS S.A.	PP	4.709.127	329.638.890	0,04
	- REFRIGERACAO PARANA S.A.	OP	60.830.000	15.815.802	0,00
	- REFRIGERACAO PARANA S.A.	PP	632.257.502	262.614.476	0,03
	- RENNER HEERMAHN S.A.	PN	40.475	849.975.000	0,10
	- RIPASA S.A. CELULOSE E PAPEL	PP	27.407.840	2.353.978.614	0,28
	- RODOVIARIA S.A. INDUSTRIA DE IMPLIMENTOS P/TRANSPORTES	PN	49.564.128	99.128.256	0,01
	- S.A. MARVIN	PN	28.560.480	3.428.114	0,00
	- SADE - SUL AMERICANA DE ENGENHARIA S.A.	PP	542.484.000	28.751.652	0,00

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
1º Trimestre de 1991

entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I I Cr\$ HUM	I I X I
- SADIO CONCORDIA S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	ON	54.662.208	103.858.195	0,01
- SADIO CONCORDIA S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PN	3.865.106.304	5.295.195.636	0,63
- SADIO OESTE S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PNC	289.559.240	62.255.237	0,01
- SAMITRI - MINERACAO DA TRINDADE S.A.	OP	4.798.680	1.661.590.937	0,20
- SAMITRI - MINERACAO DA TRINDADE S.A.	PP	4.598.490	1.104.051.464	0,13
- SANSUY DO NORDESTE S.A. INDUSTRIA PLASTICA	PPA	1.233.508.269	12.335.083	0,00
- SAO PAULO ALPARGATAS S.A.	ON	16.244.613	536.072.229	0,06
- SAO PAULO ALPARGATAS S.A.	PN	198.445.985	4.349.935.991	0,52
- SEMENTES AGROCIERES S.A.	PP	131.254.262	152.254.944	0,02
- SIDERURGICA RIOGRANDENSE S.A.	PN	79.943.040	242.227.411	0,03
- SPRINGER S.A.	ON	2.410.020	17.352.144	0,00
- SPRINGER S.A.	PP	18.986.292	284.794.380	0,03
- TECNOSOLO S.A.	PP	8.870.200	4.693.400	0,00
- TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	ON	4.698.533	9.397.066	0,00
- TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A.	PN	66.298.490	39.779.094	0,00
- TIBRAS - TITANIO DO BRASIL S.A.	PPA	4.817.382	337.216.740	0,04
- TIBRAS - TITANIO DO BRASIL S.A.	PPB	1.148.703	91.896.240	0,01
- TRANSPARANA S.A.	PN	3.429.786	82.314.864	0,01
- TRICHES S.A.	ON	4.036.042	5.203.064	0,00
- TRICHES S.A.	PN	26.361.116	21.088.893	0,00
- TUPY S.A.	ON	6.211.286	49.690.288	0,01
- TUPY S.A.	PN	17.677.192	76.011.926	0,01
- UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.	ON	816	15.169	0,00
- UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.	PHA	17.236.056	314.395.661	0,04
- UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.	PNB	7.076.511	128.155.614	0,02
- UNIPAR - UNIAO INDUSTRIA E PETROQUIMICA S.A.	PNB	6.824.852	125.167.786	0,02
- VARGAS FREIO	PN	41.271.070	454.394.481	0,05
- VILEJACK INDUSTRIAL S.A.	PNB	27.000.000	35.370.000	0,00
- VULCABRAS S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	PN	10.849.794	96.671.665	0,01
- WEG S.A.	ON	4.570.400	143.510.560	0,02
- WEG S.A.	PN	23.281.356	674.228.070	0,08
- WEMBLEY ROUPAS S.A.	PP	1.146.177.788	257.890.002	0,03
- OUTRAS COMPANHIAS ABERTAS		17.055.989.973	64.810.113.902	7,77
- ACESITA - CIA. DE ACOS ESPECIAIS ITABIRA	PP	2.966.248	47.370.981	0,01
- BANCO DA AMAZONIA S.A.	ON	14.838.130	40.719.577	0,00
- BANCO DO BRASIL S.A.	ON	70.624.811	2.713.405.239	0,33
- BANCO DO BRASIL S.A.	PP	125.228.743	5.619.013.698	0,67
- BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	PN	11.000.000.000	55.000.000	0,01
- BANCO FRANCES E BRASILEIRO S.A.	ON	346.869	691.453.330	0,11
- BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A.	PN	1.590.823	7.286.510	0,00

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
1º Trimestre de 1991

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

DISCRIMINACAO	ESPE-1 CIE/ I TIPO I	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO Cr\$ HUM	I I % I
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	ON	45.982.662	12.415.319	0,00
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	PN	129.417.640	36.754.610	0,00
- BICICLETAS MONARK S.A.	ON	43.508	71.788.200	0,01
- CIA. SOUZA CRUZ INDUSTRIA E COMERCIO	OP	12.476.469	9.981.175.200	1,20
- CIA. VALE DO RIO DOCE	ON	23.484.213	1.783.486.296	0,21
- CIA. VALE DO RIO DOCE	OP	178.257.890	13.191.083.860	1,58
- CIA. VALE DO RIO DOCE	PN	8.187.792	791.595.731	0,09
- CIA. VALE DO RIO DOCE	PP	69.798.579	7.007.078.442	0,84
- CIA. VIDRARIA SANTA MARINA	OP	5.872.596	3.889.141.943	0,46
- PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	ON	583.690	192.617.700	0,02
- PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	PP	29.414.149	15.345.093.123	1,84
- TELEBRAS TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A.	PN	2.378.799.622	1.499.666.646	0,18
- TELEBRAS TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A.	PMP	2.959.675.548	1.714.066.497	0,21
- DEBENTURES		745.970	71.888.675.892	0,52
- CONVERSIVEIS		180.080	43.438.794.712	5,21
- COMPANHIAS ABERTAS PRIVADAS NACIONAIS		22.034	4.436.487.825	0,53
- EMPAUBA S.A. DESENVOLVIMENTO ENERGETICO		700	82.731.305	0,01
- USINA SANTA OLIMPIA - INDUSTRIA DE FERRO E ACO S.A.		250	29.546.895	0,00
- COPENE PETROQUIMICA DO NORDESTE S.A.		5.188	1.042.654.135	0,12
- CIA. HERING		6.960	1.146.050.002	0,14
- INDUSTRIA DE PAPEL SINAL S.A.		8.996	2.135.585.488	0,26
- OUTRAS COMPANHIAS ABERTAS		158.046	39.002.306.887	4,68
- CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRA - ELETROBRAS		53.000	16.127.466.225	1,93
- TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS		105.046	22.874.840.662	2,74
- NAO CONVERSIVEIS		565.890	27.649.881.180	3,31
- COMPANHIAS ABERTAS PRIVADAS NACIONAIS		28.890	5.128.531.068	0,61
- ARACRUZ CELULOSE S.A.		5.125	864.258.225	0,10
- BRADESCO LEASING		5.000	1.121.883.750	0,13
- CERAMICA PORTOBELLO S.A.		7.475	1.259.121.726	0,15
- BRASILINVEST INFORMATICA E TELECOMUNICACOES S.A.		140	17.884.268	0,00
- CIMENTO PARAISO		670	291.765.955	0,02
- COLUMBIA PARTICIPACOES S.A.		4.000	582.671.110	0,07
- SEMENTES AGROCIERES S.A.		1.600	269.768.151	0,03
- RIPASA S.A. CELULOSE E PAPEL		4.880	820.257.883	0,10

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
1º Trimestre de 1991

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I I I	DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I Cr\$ HUM I	I I I I I I
	- OUTRAS COMPANHIAS ABERTAS		537.000	22.521.350.112	2,74
	- CIA. VALE DO RIO DOCE		387.000	4.231.580.450	0,51
	- SIDERBRAS - SIDERURGIA BRASILEIRA S.A.		150.000	18.287.769.662	2,19
	- QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS		39.515.475	4.272.787.276	0,51
	- FUNDO OURO DE ACOES		31.853.475	3.482.090.014	0,42
	- FUNDO OUROFIX		7.662.000	790.617.262	0,09
	- DEPOSITOS A PRAZO		24	53.410.604.382	6,40
	- CERTIFICADO DE DEPOSITOS BANCARIOS		22	6.141.716.497	0,74
	- B.B.A. S.A.		2	159.944.560	0,02
	- B.M.G. S.A.		1	53.442.425	0,01
	- BANCO BAHERINDUS		1	513.435.660	0,06
	- BANCO DE BOSTON S.A.		3	1.119.423.558	0,13
	- BANCO BOAVISTA		1	53.004.432	0,01
	- BANCO ECONOMICO S.A.		1	159.013.297	0,02
	- BANCO GARANTIA		1	115.681.176	0,01
	- BANCO HOLANDES UNIDO		2	834.878.405	0,10
	- BANCO NACIONAL		1	332.996.332	0,04
	- BANCO NORCHEN		2	679.555.858	0,08
	- BANCO NOROESTE S.A.		1	186.888.865	0,01
	- BANCO DE TOKYO		1	637.474.638	0,08
	- CREDIBANCO		1	318.826.595	0,04
	- CREDITFRANCE		2	743.753.779	0,09
	- CREFISUL INVESTIMENTOS		1	186.098.865	0,01
	- J.P.MORGAN		1	210.868.031	0,03
	- RECISO DE DEPOSITOS BANCARIOS		2	47.260.887.885	5,67
	- BANCO DO BRASIL S.A.		2	47.260.887.885	5,67
	- LETRAS HIPOTECARIAS		4	12.396.624.494	1,47
	- BANCO ECONOMICO		2	11.071.462.120	1,33
	- POUPEX		2	1.325.162.374	0,16
	- MERCADO DE OURO		3.279.500	14.435.034.780	1,73
	- CONTRATOS A TERMO		3.279.500	14.435.034.780	1,73

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS
1º Trimestre de 1991

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I I I	DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I Cr\$ HUM	I X I I I
	C. TITULOS VINCULADOS A REVENDAS OU VENDAS			0	0,00
	- BANCO DO BRASIL			0	0,00
	D. INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS		93	90.813.994.989	10,89
	- DE USO PROPRIO		1	787.435.258	0,89
	- EDIFICACOES		1	787.435.258	0,89
	- RUA BUENOS AIRES, 56 - SOBRELOJA/22 A 92 ANDAR-RIO DE JANEIRO-RJ		1	787.435.258	0,89
	- PARA RENDA (ALUGADOS A PATROCINADORES)		18	10.903.527.971	1,31
	- EDIFICACOES		18	10.903.527.971	1,31
	- AV. DAS AMERICAS, 4430 - L.J.G - RIO DE JANEIRO - RJ		1	155.287.802	0,17
	- AV. DAS AMERICAS, 4430 - L.J.E - RIO DE JANEIRO - RJ		1	106.056.400	0,11
	- RUA RODRIGO SILVA, 26 - SS, L.J, SLJ - RIO DE JANEIRO - RJ		1	391.030.156	0,45
	- PRACA PIO X, 54 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	2.227.021.502	2,27
	- RUA SAO BENTO, 8 LOJA A E SUBSOLO - RIO DE JANEIRO - RJ		1	426.640.527	0,45
	- RUA SAO BENTO, 8 LOJA B E SUBSOLO - RIO DE JANEIRO - RJ		1	325.979.214	0,34
	- RUA DO ACRE, 15 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	1.684.388.418	1,80
	- AV. AUGUSTO SEVERO, 84/20 PAV. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	236.530.249	0,23
	- AV. SETE DE SETEMBRO, 745 - PORTO ALEGRE - RS		1	330.015.724	0,34
	- AV. PRES VARGAS, 290 - L.J, SLJ E SS - RIO DE JANEIRO - RJ		1	568.843.797	0,61
	- AV. PRES.ANTONIO CARLOS, 51 - L.J A, S/L 201 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	179.979.961	0,18
	- AV. BRASIL, 1913 - BFLD HORIZONTE - MG		1	1.438.929.732	1,57
	- AV. RIO BRANCO, 108 - FAVIMENTOS 14 E 15 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	204.817.811	0,21
	- RUA ANITA GARIBALDI, 17 - L.J E SL - FLORIANOPOLIS - SC		1	146.515.095	0,15
	- RUA BARAO DE MESQUITA, 238 B LOJA - RIO DE JANEIRO - RJ		1	290.269.515	0,31
	- RUA BARAO DE MESQUITA, 238 A LOJA - RIO DE JANEIRO - RJ		1	181.105.148	0,19
	- RUA PADRE CARAPUCEIRO LOJA SBL 1/4 - RECIFE - PE		1	1.162.719.246	1,24
	- RUA DAGMAR DA FONSECA, 192 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	848.297.764	0,90
	- PARA RENDA (ALUGADOS A TERCEIROS)		46	47.277.957.752	5,67
	- EDIFICACOES		46	47.277.957.752	5,67
	- AV. BRIG.FARIA LIMA, 2000/CJS.11,21,31,41,51 - S.PAULO - SP		1	1.320.280.729	1,46
	- AV. RIO BRANCO, 125 - 92 ao 142 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	606.350.597	0,67

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
1º Trimestre de 1991

Unidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

DISCRIMINACAO	I ESPE-I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO	I
	I CIE/ I		I	I X I
	I TIPO I		I Cr\$ MUM	I I
- TRAVESSA DO OUVIADOR, 27 - 6º e 7º AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	23.129.292	0,40
- AV. ERASMO BRAGA, 227 - L.J. B - RIO DE JANEIRO - RJ		1	84.898.588	0,61
- AV. NOSSA SRA. COPACABANA, 659/659 A - RIO DE JANEIRO - RJ		1	311.879.969	0,64
- RUA VISCONDE DE CARAVELAS, 14 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	344.750.449	0,64
- RUA MARQUES DE SAO VICENTE, 232 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ		1	33.825.592	0,60
- RUA DO CARMO, 11 - SUBSOLO E LOJA - RIO DE JANEIRO - RJ		1	138.523.708	0,62
- RUA VISC. DE PIRAJA, 547/17 LOJS. B/101,102,204/210 - R. JANEIRO - RJ		1	601.852.271	0,67
- RUA NOVO HORIZONTE, 78 - SAO PAULO - SP		1	1.222.489.393	0,15
- RUA VISC. DE PIRAJA, 161 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ		1	762.816.723	0,69
- AV. FRANCISCO GLICERIO, 1275 - L.J., GIRAU, 1º PAV. - CAMPINAS-SP		1	323.974.045	0,64
- AV. RIO BRANCO, 108/LJ A - RIO DE JANEIRO - RJ		1	251.181.082	0,63
- AV. RIO BRANCO, 108/29 A 5º PAVIMENTOS - RIO DE JANEIRO - RJ		1	409.773.163	0,65
- AV. ANTE. BARROSO, 52/SALAS 1901/2 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	285.295.756	0,63
- AV. ANTE. BARROSO, 52/SALAS 2001/2 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	285.296.369	0,63
- AV. ANTE. BARROSO, 52/SALAS 2101/2 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	285.299.795	0,63
- AV. RIO BRANCO, 110 - 140 A 170 AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	500.822.226	0,66
- AV. ANTE. BARROSO, 52/SALAS 1801/2 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	285.289.076	0,63
- AV. RIO BRANCO, 110 - 210 A 240 AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	513.638.031	0,66
- AV. RIO BRANCO, 116 - 100 AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	107.596.617	0,61
- RUA VISC. INHAUMA, 50, L.J., SL. 29, 3º AND. E S/402 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	603.293.845	0,67
- RUA DO CARMO, 43 - 110 E 130 AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	368.679.940	0,64
- RUA MAR. FLORIANO, 17 - SLS 1701/2 E 2101/2 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	130.967.364	0,62
- AV. PRES. ANTONIO CARLOS, 51 - 110 E 120 AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	224.876.893	0,63
- RUA DOS ANORADAS, 1459 - PORTO ALEGRE - RS		1	568.937.455	0,67
- AV. PRES. J.K. OLIVEIRA, 1830 - 100 A 140 AND. - SAO PAULO - SP		1	1.586.477.834	0,19
- RUA BUENOS AIRES, 56 - L.J., SUBSOLO - RIO DE JANEIRO - RJ		1	224.812.021	0,63
- RUA DOS ANORADAS, 1512 - SS, L.J., SL e 1º A 4º AND - P. ALEGRE - RS		1	181.531.333	0,62
- AV. RIO BRANCO, 108 - 60 AND. - RIO DE JANEIRO - RJ		1	102.450.038	0,61
- AV. AMAZONAS, 91 - SS, L.J., SL e 1º a 4º AND. - B. HORIZONTE - MG		1	574.698.863	0,67
- AV. BRIG. FARIA LIMA, 2100/2152-20/30-32 VAGAS GARAGEM - SAO PAULO - SP		1	733.081.536	0,69
- AV. PAULISTA, 1274 - CNJ 50 - C/3 VAGAS GARAGEM - SAO PAULO - SP		1	143.604.059	0,62
- AV. PAULISTA, 1274 - CNJ 49 - C/3 VAGAS GARAGEM - SAO PAULO - SP		1	143.604.050	0,62
- RUA DA ALFANDEGA, 214 - LOJA - RIO DE JANEIRO - RJ		1	354.298.459	0,64
- RUA MARQUES DE SAO VICENTE, 52 - LOJA A - RIO DE JANEIRO - RJ		1	128.197.354	0,62
- AV. PAULISTA, 1842 - PAVIMENTO 22 - SAO PAULO - SP		1	989.916.554	0,12
- RUA PARAIBA, 1323 - PAVIMENTOS 06/11 - BELO HORIZONTE - MG		1	389.632.750	0,64
- AV. PAULISTA, 1842 - PAVIMENTO 17/18/19/20 - SAO PAULO - SP		1	3.958.715.150	0,47
- AV. RIO BRANCO, 116 - PAVIMENTO 18 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	102.240.103	0,61
- RUA RODRIGO SILVA, 26 - SL. 1101 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	144.190.345	0,62
- RUA FLORIDA, 1970 - SAO PAULO - SP		1	7.020.251.062	0,84
- AV. PRES. J. KUBITSCHKE, 1830 - SAO PAULO - SP		1	1.897.759.279	0,23
- AV. RIO BRANCO, 1 - PAVIMENTOS 09 A 12 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	3.013.626.185	0,36

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE INVESTIMENTOS
12 Trimestre de 1991

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

I I I	DISCRIMINACAO	I ESPE-I I CIE/ I I TIPO I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO I Cr\$ MIL	I X I	I
	- RUA MARQUES DE SAO VICENTE, 99 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	1.118.981.174	0,13	
	- PRAIA DO FLAMENGO, 154 - PAVS.3/9 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	2.159.219.531	0,26	
	- AV. ENG.LUIZ CARLOS BERRINI 105		1	11.794.960.113	1,41	
	- PARA RENDA (SHOPPING CENTERS)		4	6.711.342.625	0,80	
	- EDIFICACOES		4	6.711.342.625	0,80	
	- PROJETO HAPPIH ABC (30% DO IMOVEL) - SANTO ANDRE - SP (***)		1	1.665.299.143	0,20	
	- RUA JOAO CACHOEIRA, 679 (17,5% DO IMOVEL) - SAO PAULO-SP (**)		1	954.308.014	0,11	
	- AV. CENTENARIO, 2893 - SALVADOR - BA		1	1.871.536.722	0,22	
	- SHOPPING ELDORADO - CAMPO GRANDE - MS		1	2.220.198.746	0,27	
	- PARA RENDA (HIPERMERCADOS)		1	4.611.713.324	0,55	
	- EDIFICACOES		1	4.611.713.324	0,55	
	- AV. DAS AMERICAS, 1510 LOTE 03 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	4.611.713.324	0,55	
	- PARA RENDA (GALPOES/ARMAZENS)		1	1.691.427.598	0,20	
	- EDIFICACOES		1	1.691.427.598	0,20	
	- RUA ARUANA, 150 - BARUERI - SP		1	1.691.427.598	0,20	
	- PARA VENDA		3	222.183.121	0,03	
	- EDIFICACOES		3	222.183.121	0,03	
	- RUA UBERLANDIA, 923/3 10 - LONDRINA - PR (*)		1	6.668.067	0,08	
	- SQN 111, BLOCO E, APT. 101 - BRASILIA - DF		1	128.336.347	0,02	
	- SQN 111, BLOCO H, APT. 101 - BRASILIA - DF		1	87.178.707	0,01	
	- IMOVEIS EM CONSTRUCAO		18	18.216.722.149	2,18	
	- EDIFICACOES		18	18.216.722.149	2,18	
	- RUA MARIANO ANORIN CARRAO (17,5% DO IMOVEL)- S.PAULO-SP (**)		1	41.126.879	0,00	
	- SHOPPING CENTER ESPLANADA - SOROCABA - SP		1	1.460.918.344	0,16	
	- RUA FLORIDA, 1979 - SAO PAULO - SP		1	2.791.725.403	0,33	
	- AV. DAS AMERICAS - PEDRA ITAUNA - RIO DE JANEIRO - RJ		1	2.421.667.673	0,29	
	- RUA HUNGARA, 52 LOTE 124-E QUADRA 4		1	846.842.139	0,10	
	- RUA PARACATU, 357 - SAO PAULO - SP		1	1.935.109.871	0,23	
	- RUA DESEMBARGADOR ARAGAO 199 - SP		1	589.585.782	0,07	
	- RUA JOSE JANNARELLI - SAO PAULO		1	1.236.289.447	0,15	
	- RUA CAP.SOUZA FRANCO - CURITIBA - PR		1	279.935.230	0,03	
	- AV. SETE DE SETEMBRO, 294 - NITEROI - RJ		1	1.057.205.535	0,13	

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS
1º Trimestre de 1991

Entidade: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL

DISCRIMINACAO	I ESPE-I	QUANTIDADE	I VALOR DE MERCADO	I	I
	I CIE/ I		I	I X	I
	I TIPO I		I Cr\$ HUM	I	I
- RUA GROENLANDIA QUADRA 150 - BELO HORIZONTE - MG		1	332.988.262	0,04	
- RUA MIN.SOUZA LIMA, 250 - SANTO AMARO - SP		1	1.278.495.353	0,15	
- RUA BRUNO FILGUEIRA - CURITIBA - PR		1	372.669.995	0,04	
- AV. FRANCISCO GLICERIO, 860 - SAO PAULO - SP		1	1.425.514.482	0,17	
- AV. FRANCISCO TREIN FILHO - PORTO ALEGRE - RS		1	498.254.800	0,05	
- RUA PADRE AGOSTINHO 1605 - ED. COLINA D'ALENCON - CURITIBA -PR		1	159.001.837	0,02	
- AV.N.S. DOS NAVEGANTES - VITORIA - ES		1	817.883.198	0,10	
- AV. CHILE 500 - RIO DE JANEIRO - RJ		1	671.766.919	0,08	
TERRENOS		1	391.685.191	0,05	
- BAIRRO SILVEIRA - BELO HORIZONTE (MG)		1	391.685.191	0,05	
*) INOVEIS RESIDENCIAIS ADJUDICADOS					
**) EM CONDOMINIO C/CENTRUS, REFER, SISTEL E CASA ANGLO S.A.					
***) EM CONDOMINIO C/CENTRUS E CASA ANGLO S.A.					
E. OPERACOES COM PARTICIPANTES		14.388	82.343.670.343	9,87	
- EMPRESTIMOS		0	0	0,00	
- EMPRESTIMOS SIMPLES		0	0	0,00	
- FINANCIAMENTOS		14.388	82.343.670.343	9,87	
- FINANCIAMENTOS IMOBILIARIOS		14.388	82.343.670.343	9,87	
F. DEPOSITOS EM CRUZADOS NOVOS		1	88.931.642.609	10,66	
- BANCO DO BRASIL S.A.		1	88.931.642.609	10,66	

Diretor

Contador

Assinatura:

CÓPIA - ORIGINAL ASSINADO

PF Nº 042.744.587-68

CPC Nº 11543

Ass: Completo: LAERTE MENUSIER ARAUJO

Ass: Completo: MAURO LIBANIO DA FONSECA



IMÓVEIS ADQUIRIDOS EM 1990 E 1991

DATA AQUISICAO	ENDEREÇO VENDEDOR PREÇO
COMERCIAIS: Prontos	
19.03.90	Rua Marquês de São Vicente nº 99 - loja e 6 pav. - Rio de Janeiro - RJ ENCOL S.A. Engenharia, Comércio e Indústria (proprietário) Cr\$ 350.684.100,00 à vista
05.07.90	Praia do Flamengo nº 154 - pav. 3º ao 9º - Rio de Janeiro - RJ BURITY Comércio e Participação Ltda. (Intermediário: HACKENZIE HILL Desenvolvimento Imobiliário Internacional) Cr\$ 823.113.231,27 à vista
15.01.91	Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini nº 106 - São Paulo - SP COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (proprietário) Cr\$ 10.268.613.150,00 à vista
16.05.91	30% do SHOPPING RIOHAR - Aracaju - SE GOES-COHABITA Construções S.A. (proprietário) Cr\$ 2.490.406.071,00 à vista
21.06.91	Rua Aurora nº 300 a 306 - São Paulo - SP BOOTFIRE S.A. (proprietário) Cr\$ 521.451.995,21 à vista
COMERCIAIS: Em construção	
14.08.90	Av. Fco. Glicério nº 860 - pav. 4º, 13º, 14º - São Paulo - SP SÃO PAULO REAL ESTATE Incorporações S.A. (proprietário) Cr\$ 661.674.000,00 (entrada de Cr\$ 324.021.757,80 e o restante de acordo com o cronograma da obra - 10 meses)
19.12.90	RIO METROPOLITAN CENTER - Av. Chile nº 500, 16º ao 25º pav. - Rio de Janeiro - RJ ENCOL S.A. - Engenharia, Comércio e Indústria (proprietário) Cr\$ 4.254.082.173,00 (entrada de Cr\$ 223.817.142,60 e o restante em 32 parcelas de Cr\$ 125.945.782,20 de acordo com o cronograma da obra)
21.12.90	25% do SHOPPING VITÓRIA - Vitória - ES REAL ENGENHARIA VITÓRIA LTDA. (proprietário) Cr\$ 2.201.013.090,00 (entrada com sinal de Cr\$ 176.788,20, 1 pagamento de Cr\$ 402.900.307,80 e o restante em 24 parcelas de acordo com o cronograma da obra).
14.06.91	Praia do Flamengo nº 78 - Rio de Janeiro - RJ Construtora PRESIDENTE S.A. (proprietário) Cr\$ 2.165.732.088,00 (entrada de Cr\$ 649.719.626,40 e o restante no "habite-se")

RESIDENCIAIS: Em construção

- 19.03.90 Rua Húngara nº 52 - São Paulo - SP
ENCOL S.A. Engenharia, Comércio e Indústria (proprietário)
Entrada de Cr\$ 65.970.130,62 e o restante em 16 parcelas sendo:
8 parcelas de Cr\$ 8.130.626,11 indexadas ao Sinduscon-SP e 8 parcelas de 9.166,01
VRFs a serem liberadas de acordo com o cronograma da obra.
- 19.03.90 Rua Paracatu nº 357 - São Paulo - SP
ENCOL S.A. Engenharia, Comércio e Indústria (proprietário)
Entrada de Cr\$ 117.145.903,70 e o restante em 18 parcelas sendo:
9 parcelas de Cr\$ 17.901.915,95 indexadas ao Sinduscon-SP e 9 parcelas de
24.951,72 VRFs a serem liberadas de acordo com o cronograma da obra.
- 04.06.90 Rua Desembargador Aragão nº 198 - São Paulo - SP
ITAPUÁ Comércio e Construções S.A. (proprietário)
Cr\$ 586.582.846,69 (entrada de Cr\$ 78.824.610,83 e o restante em 22 parcelas de
acordo com o cronograma da obra)
- 20.06.90 Rua Três Irmãos nº 252 - São Paulo - SP
R.F.M. Comercial e Construtora Ltda. (proprietário)
Cr\$ 1.217.705.992,95 (entrada de Cr\$ 358.295.774,00 e o restante em 24 parcelas de
acordo com o cronograma da obra)
- 03.07.90 Rua Capitão Souza Franco - Curitiba - PR
SANTA CRUZ Construtora de Obras Ltda. (proprietário)
Cr\$ 212.668.253,31 (entrada de Cr\$ 21.921.995,21 e o restante em 18 parcelas de
acordo com o cronograma da obra)
- 18.07.90 Av. Sete de Setembro nº 204 - Niterói - RJ
PINTO DE ALMEIDA Engenharia S.A. (proprietário)
Cr\$ 624.621.119,70 (entrada de Cr\$ 131.763.881,70 e o restante em 19 parcelas de
acordo com o cronograma da obra)
- 01.08.89 Rua Ministro Alvaro de Souza Lima - São Paulo - SP
BIRMANN S.A. - Comércio e Empreendimentos (Intermediário: ARBI S.A. Sociedade
Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários)
Cr\$ 1.235.135.394,60 (entrada de Cr\$ 277.716.920,00 e o restante em 16 parcelas de
acordo com o cronograma da obra)
- 06.08.90 Rua Groelândia nº 375 - Belo Horizonte - MG
COEMP - Comércio e Empreendimentos S.A. (proprietário)
Cr\$ 297.740.053,56 (entrada de Cr\$ 67.656.950,65 e o restante em 20 parcelas de
acordo com o cronograma da obra)
- 10.08.90 Rua Bruno Filgueira - Curitiba - PR
Empreendimentos Imobiliários NOVA COLINA Ltda. (proprietário)
Cr\$ 246.961.445,40 (entrada de Cr\$ 11.697.222,70, 1 parcela de Cr\$ 16.163.984,30 e
o restante em 16 parcelas de acordo com o cronograma da obra)
- 17.08.90 Av. Francisco Trein nº 507 - Porto Alegre - RS
MOBILI - Incorporadora e Construtora S.A. (proprietário)
Cr\$ 479.329.516,40 (entrada de Cr\$ 139.323.500,00 e o restante em 21 parcelas de
acordo com o cronograma da obra)

- 19.12.90 - Rua Padre Agostinho nº 1905 - Curitiba - PR
Empreendimentos Imobiliários NOVA COLINA Ltda. (proprietário)
Cr\$ 301.129.282,98 (entrada de Cr\$ 57.165.622,90 e 1 parcela de Cr\$ 22.892.267,05 e o restante em 15 parcelas de acordo com o cronograma da obra)
- 03.04.91 - Rua Rosa e Silva esq. c/Rua Botucatu - Rio de Janeiro - RJ
A C LOBATO Engenharia S.A. (proprietário)
Cr\$ 605.435.151,97 (entrada de Cr\$ 144.031.142,42 e o restante em 18 parcelas de acordo com o cronograma da obra)
- 28.05.91 - Rua Alnte. Lamago - Florianópolis - SC
Consórcio INCOPLAN-COLINA (proprietário)
Cr\$ 1.909.731.523,00 (entrada de Cr\$ 396.744.171,00 e o restante em 18 parcelas de acordo com o cronograma da obra)

OBS: 1 - Imóveis vendidos pela PREVI: NIHIL
2 - Corretagens pagas pela PREVI: NIHIL (a cargo dos vendedores)



FUNCEF Fundação dos Economistas Federais

19.07.91 13.03/91

Brasília, 18 JUL 91

A
ASREL

Assunto: Composição Patrimonial da FUNCEF

Senhor Assessor,

1 Conforme solicitação de V.Sa., estamos encaminhando o Demonstrativo Analítico de Investimentos, referente ao 4º trimestre/90, que discrimina a composição patrimonial desta Fundação, em 31.12.90.

2 O disponível consignado no Balanço Patrimonial, em 31.12.90, perfazia a Cr\$ 41.851.600,57.

3 O valor de Cr\$ 1.371,00, do Sr. Veridiano Alexandre de Jesus, em MAR/90, cujo valor de mercado, em DEZ/90, encontra-se discriminado no Demonstrativo retromencionado.

Adicionalmente, comunicamos a V.Sa. a impossibilidade do encaminhamento dos dados referentes ao primeiro trimestre de 1991, tendo em vista que, em decorrência das alterações inseridas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social no Plano de Contas - Portaria no. 3.671, de 23.10.90 - os balancetes referentes a este período encontram-se ainda em fase de elaboração.

5 Sem mais para o momento, subscrevemo-nos, colocando-nos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

SILVIO CASSANOBRAGA
Diretor Financeiro

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ATMEL

CMF.

Assinado em 19/07/91

FUNDE - FUNDAÇÃO DOS ECONOMIARISTAS FEDERAIS

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 1990 - R\$ - 0001

CONTA	SALDO DO EXERCÍCIO

1 - A T I V O	341.339.587.168,89 D
1.1 - DISPONIVEL	41.001.500,57 D
1.1.1 - IMEDIATO	41.001.186,29 D
1.1.1.2 - BANCOS - CONTA MOVIMENTO	41.001.186,29 D
1.1.2 - VINCULADO	114,28 D
1.1.2.2 - NUMERARIO EM TRANSITO	114,28 D
1.2 - INVESTIMENTOS	315.560.000.460,61 D
1.2.1 - TITULOS GOVERNAMENTAIS	8.592.000.777,58 D
1.2.1.5 - OBRIGACOES DA ELETROBRAS	2.827.000.004,00 D
1.2.1.5.1 - PRINCIPAL	3.967,11 D
1.2.1.5.2 - ACRESCIMOS	3.080.574.276,82 D
1.2.1.5.4 - (-) PROVISAO PARA IOF	245.875.130,80 C
1.2.1.5.9 - (-) PROVISAO PARA O IMPOSTO DE RENDA	7.153.109,13 C
1.2.1.7 - OBRIGACOES DO FUNDO NAC DE DESENVOLVIMENTO	3.671.107.343,34 D
1.2.1.7.1 - PRINCIPAL	1.170.000,00 D
1.2.1.7.2 - ACRESCIMOS	6.162.000.590,59 D
1.2.1.7.5 - (-) PROVISAO PARA IOF	493.143.247,25 C
1.2.1.8 - TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	93.633.430,24 D
1.2.1.8.1 - PRINCIPAL	96.165,53 D
1.2.1.8.2 - ACRESCIMOS	239.755.556,52 D
1.2.1.8.4 - (-) DESAGIO	3.786.275,61 C
1.2.1.8.5 - (-) PROVISAO PARA IOF	18.885.235,71 C
1.2.1.8.6 (-) PROVISAO PARA PERDAS	123.346.780,49 C
1.2.2 - TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	48.252.532.765,69 D
1.2.2.1 - ADOES	13.803.109.427,37 D
1.2.2.1.1 - MERCADO A VISTA	13.803.109.427,37 D
1.2.2.2 - DEBENTURES	14.817.067.253,35 D
1.2.2.2.1 - CONVERSIVEIS	13.342.549.064,98 D

1724 5

1.3 - REALIZAVEL	21.055.097.032,48	D
1.3.1 - INVESTIMENTOS A RECEBER	3.793.933.819,70	D
1.3.1.2 - TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	12.395.338,57	D
1.3.1.2.2 - DEBENTURES	707.837,34	D
1.3.1.2.3 - QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTOS	11.687.501,23	D
1.3.1.4 - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS	115.900,02	D
1.3.1.4.2 - EDIFICACOES	115.900,02	D
1.3.1.6 - OPERACOES COM PATROCINADORES	3.622.225.918,07	D
1.3.1.6.2 - COM GARANTIAS	3.622.225.918,07	D
1.3.1.9 - OUTROS INVESTIMENTOS	157.196.663,04	D
1.3.1.9.1 - DEPOSITOS BANCARIOS REMUNERADOS	8.225.872,73	D
1.3.1.9.2 - OPERACAO ESPECIAL-FUNDO PHPP	150.970.790,31	D
1.3.2 - OUTROS REALIZAVEIS	17.262.163.212,78	D
1.3.2.1 - PREVIDENCIAIS	17.168.796.864,48	D
1.3.2.3 - ADMINISTRATIVAS	93.366.346,30	D
1 - PERMANENTE	119.858.081,19	D
1.4.1 - IMOBILIZADO	119.858.081,19	D
1.4.1.2 - MOVEIS E UTENSILIOS	49.081.983,06	D
1.4.1.2.1 - CUSTO	16.352.646,53	D
1.4.1.2.2 - CORRECAO MONETARIA	37.460.720,34	D
1.4.1.2.3 - (-) DEPRECIACOES	4.731.383,83	C
1.4.1.3 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	61.538.781,95	D
1.4.1.3.1 - CUSTO	17.602.432,05	D
1.4.1.3.2 - CORRECAO MONETARIA	49.915.535,54	D
1.4.1.3.3 - (-) DEPRECIACAO	5.979.185,64	C
1.4.1.4 - VEICULOS	1.294.191,76	D
1.4.1.4.1 - CUSTO	720.000,00	D
1.4.1.4.2 - CORRECAO MONETARIA	695.033,11	D
1.4.1.4.3 - (-) DEPRECIACOES	120.841,35	C
1.4.1.5 - DIREITOS DE USO DE TELEFONES	5.440.333,46	D
1.4.1.5.1 - CUSTO	1.290.833,81	D
1.4.1.5.2 - CORRECAO MONETARIA	4.149.499,65	D
1.4.1.9 - OUTRAS IMOBILIZACOES	2.502.790,96	D
1.5 - RESULTADO FUTURO	4.561.725.994,04	D
1.5.1 - DIFERIDO	26.557.637,65	D
1.5.1.2 - SOFTWARE	26.557.637,65	D
1.5.1.2.1 - CUSTO	27.793.160,78	D
1.5.1.2.2 - (-) AMORTIZACOES	1.235.523,13	C
1.5.2 - PENDENTE	4.535.168.356,39	D
1.5.2.1 - ALMOXARIFADO	3.614.716,77	D
1.5.2.2 - DEBITO EM COBRANCA	99.061.743,61	D
1.5.2.3 - DEPOSITOS JUDICIAIS	371.550,81	D
1.5.2.4 - VALORES A APROPRIAR	4.432.120.345,20	D

2 - P A S S I V O	341.339.569.168,89 C

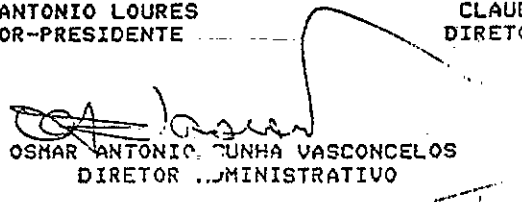
2.2 - OUTRAS EXIGIBILIDADES	11.538.124.407,15 C
2.2.1 - PREVIDENCIAIS	11.251.206.667,93 C
2.2.3 - ADMINISTRATIVAS	286.917.739,17 C
2.3 - EXIGIVEL ATUARIAL	328.400.000.000,00 C
2.3.1 - RESERVAS TECNICAS	328.400.000.000,00 C
2.3.1.1 - RESERVAS MATEMATICAS	328.400.000.000,00 C
2.3.1.1.1 - RISCOS EXPIRADOS	176.130.584.985,00 C
2.3.1.1.2 - RISCOS NAO EXPIRADOS	152.269.415.015,00 C
2.4 - NAO EXIGIVEL	89.431.419,71 C
2.4.1 - RESERVAS	89.431.419,71 C
2.4.1.1 - RESERVA DE CONTINGENCIA	89.431.419,71 C
2.5 - RESULTADO FUTURO	1.312.013.342,03 C
2.5.2 - PENDENTE	1.312.013.342,03 C
2.5.2.1 - VALORES A APROPRIAR	1.312.008.840,71 C
2.5.2.9 - OUTROS	4.501,32 C


BRASILIA (DF) ., 18 DE MARÇO DE 1991.

MARCO ANTONIO LOURES
DIRETOR-PRESIDENTE

CLAUDIO SCAFUTO
DIRETOR FINANCEIRO

SERGIO GALUBAN
DIRETOR DE BENEFICIOS


OSMAR ANTONIO CUNHA VASCONCELOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO


NELMA CARDOSO C. PALVARINI
L. FE-DIVISAO DE CONTABILIDADE
CRC/RJ - 17879-B-T-DF

ASSOCIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS EMPREGADOS DO BNH
C.PREVHAB/DFC-000/1252/91

Rio de Janeiro — RJ, 22 de julho de 1991

Ilmo. Sr. Dr.
Jorge Eudes do Lago
Assessor Chefe da ASREL
Caixa Econômica Federal
BRASÍLIA — DF

Prezado Senhor:

Em atenção à Mensagem nº 071/91 dessa Assessoria estamos encaminhando, em anexo, as informações solicitadas em

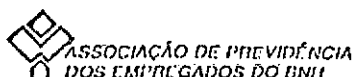
resposta ao Requerimento de Informações nº 337/91 do Senhor Senador Eduardo Suplicy.

Colocamo-nos à disposição dessa Assessoria para quaisquer informações complementares.

Atenciosamente — Associação de Previdência dos Empregados do BNH Heitor A. D. Vignoli Assist. Interventoria — DFT-000.

Miguel Elias Interventor.

— Qual a composição do patrimônio e respectivo valor, distinguindo-se a natureza dos títulos mobiliários e propriedades imobiliárias, além das disponibilidades em moeda em 31-12-90 e 30-6-91.



COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA PREVHAB
EM 31/DEZEMBRO/90 E 30/JUNHO/91
(VALORES EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	<u>DEZEMBRO/90</u>	<u>(*) JUNHO/91</u>
DISPONÍVEL	183.531	16.670
<u>TÍTULOS GOVERNAMENTAIS</u>	<u>3.545.716</u>	<u>6.656.976</u>
Obrig. Eletrobrás	108.382	328.355
L.F.T.	515.103	994.349
OFND	1.749.257	3.155.077
Letras Hipot. CEF	1.172.974	2.179.195
<u>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</u>	<u>5.658.213</u>	<u>16.999.677</u>
Ações	2.878.982	11.923.223
Debêntures	2.126.219	3.850.954
Quotas Fundos Invest.	29.668	87.096
Ouro-Contrato à Termo	623.344	1.138.404
<u>TÍT. VINC. A REV/VENDA</u>	<u>158.738</u>	-
Overnight	158.738	-
<u>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</u>	<u>10.788.460</u>	<u>19.768.316</u>
Terrenos	368.836	676.077
Edificações	6.871.339	12.590.440
Imóveis em Construção	3.548.285	6.501.799
<u>CONTAS VINCULADA NO BACEN</u>	<u>1.458.684</u>	<u>2.217.197</u>
Depósitos em Cruzados Novos	1.458.684	2.217.197
<u>OUTROS REALIZÁVEIS</u>	<u>492.254</u>	-
T O T A L	<u>22.285.596</u>	<u>45.658.836</u>

(*) Valores estimados com base no Mod.DPC/BACEN/05-91.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1991.

Associação de Previdência dos Empregados do BNH
ADMINISTRADOR CARLOS DE MELO

Associação de Previdência dos Empregados do BNH
NERY ANDRÉ DA SILVA SANTOS
Serviço de Contabilidade - chefe

— Quais foram os imóveis adquiridos e vendidos durante o exercício de 1990 e o primeiro semestre de 1991 e os respectivos valores e condições de pagamento efetuados?

— Quais foram os intermediários das operações de compra e venda acima referidas e os respectivos valores de comissões pagas a título de corretagem?



ASSOCIAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
DOS EMPREGADOS DO BNH

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELA
PREVHAB NO PERÍODO DE 1990/1991

1. IMÓVEL: EDIFÍCIO ADVANCE
ENDEREÇO: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.100/ 1º Pavto.
CIDADE/ESTADO: SÃO PAULO/SP
DATA DA AQUISIÇÃO: 23/01/90
VALOR DA COMPRA: NCz\$ 68.551.380,00 ou 4.700.000,00 BTNF
CONDIÇÕES: PAGAMENTO À VISTA
INTERMEDIÁRIO: BANCO GRAPHUS S/A

2. IMÓVEL: EDIFÍCIO CAMP TOWER (em construção)
ENDEREÇO: Rua Francisco Glicério, 860 - 7º e 8º Pavtos.
CIDADE/ESTADO: CAMPINAS/SP
DATA DA AQUISIÇÃO: 22/02/90
VALOR DA COMPRA: NCz\$ 103.314.376,70 ou 3.846.818,03 BTNF
CONDIÇÕES: NCz\$ 58.681.085,47 ou 2.184.937,52 BTNF À VISTA
NCz\$ 44.633.291,18 ou 1.661.880,51 BTNF REAJUSTÁVEIS
P/ PAGAMENTO AO LONGO DA OBRA
INTERMEDIÁRIO: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS

3. IMÓVEL: EDIFÍCIO CORPORATE PLAZA (em construção)
ENDEREÇO: Rua Alexandre Dumas, 1.777/ 1º ao 9º Pavtos.
CIDADE/ESTADO: SÃO PAULO/SP
DATA DA AQUISIÇÃO: 20/02/90
VALOR DA COMPRA: NCz\$ 319.228.800,00 ou 16.000.000,00 BTNF
CONDIÇÕES: NCz\$ 60.348.720,00 ou 2.400.000,00 BTNF
(BTNF de 07/02/90) À VISTA
NCz\$ 258.880.080,00 ou 13.600.000,00 BTNF
(BTNF de 07/02/90) em 19 PARCELAS
INTERMEDIÁRIO: CAENA ENG. E EMPR. IMOBILIÁRIO LTDA.

4. IMÓVEL: TORRE RIO SUL

ENDEREÇO: Rua Lauro Müller, 116/43º Pavto.

CIDADE/ESTADO: RIO DE JANEIRO/RJ

DATA DA AQUISIÇÃO: 14/03/90

VALOR DA COMPRA: NCz\$ 194.407.500,00 ou 5.250.000,00 BTNF

CONDIÇÕES: NCz\$ 142.949.694,80 ou 3.860.375,23 BTNF à VISTA

NCz\$ 51.457.805,19 ou 1.389.624,77 BTNF (Financiamento CEF)

INTERMEDIÁRIO: SEMPAR -CONSULTORIA DE IMÓVEIS COMERCIAIS LTDA.

5. IMÓVEL: EDIFÍCIO BIG

ENDEREÇO: Rua Buenos Aires, 68/19º ao 22º Pavtos.

CIDADE/ESTADO: RIO DE JANEIRO/RJ

DATA DA AQUISIÇÃO: 19º e 20º - 17/04/90

21º - 27/04/90

22º - 03/05/90

VALOR DA COMPRA: 19º e 20º - Cr\$ 72.951.032,00 ou 1.748.000,00 BTNF

21º - Cr\$ 36.475.516,00 ou 874.000,00 BTNF

22º - Cr\$ 36.488.888,20 ou 874.000,00 BTNF

CONDIÇÕES: À VISTA

INTERMEDIÁRIO: BANCO GRAPHUS S/A

6. IMÓVEL: EDIFÍCIO CORPORATE PLAZA (em construção)

ENDEREÇO: Rua Alexandre Dumas, 1.777/ 14º ao 18º Pavtos.

CIDADE/ESTADO: SÃO PAULO/SP

DATA DA AQUISIÇÃO: 22/08/90

VALOR DA COMPRA: Cr\$ 479.150.588,00 ou 9.500.000,00 BTNF

CONDIÇÕES: Cr\$ 64.211.184,00 ou 1.140.000,00 BTNF à VISTA
(BTNF de 22/08/90)

Cr\$ 414.939.404,00 ou 8.360.000,00 BTNF em 14 PARCELAS
(BTNF de 11/07/90)

INTERMEDIÁRIO: CAENA-ENGENHARIA E EMPREEND. IMOBILIÁRIOS LTDA.

7. IMÓVEL: SÃO PAULO OFFICE PARK

ENDEREÇO: Rua Alexandre Dumas, 2.200/ 7º e 8º Pavtos.

CIDADE/ESTADO: SÃO PAULO/SP

DATA DA AQUISIÇÃO: 21/08/90

VALOR DA COMPRA: Cr\$ 754.952.765,88 ou 13.450.986,63 BTNF

CONDIÇÕES: Cr\$ 218.278.008,81 ou 3.889.057,32 BTNF à VISTA

Cr\$ 536.674.757,07 ou 9.561.929,31 BTNF em 3 PARCELAS

INTERMEDIÁRIO: RICHARD ELLIS - CONSULTORES INTERNACIONAIS DE
IMÓVEIS COMERCIAIS.

OBSERVAÇÕES:

1. No período 1990/1991 não foi vendido pela PREVHAB nenhum de seus imóveis.
2. Não consta dos processos de aquisição de imóveis no período 1990/1991 o pagamento pela PREVHAB de qualquer pagamento de comissão de corretagem.

BIBBANCO DO NORDESTE
DO BRASIL S.A.

Anexo - 4

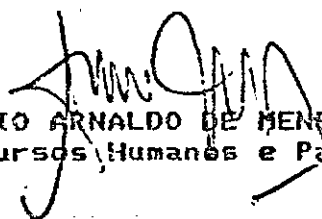
DIRLP-91/207
Fortaleza (CE), 22 07 91

Senhora Assessora,

Referimo-nos ao seu Ofício AAP-915, de 05.07.91, para prestar-lhe, através dos Anexos I a V, as informações que nos foram solicitadas por essa Assessoria relativamente à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A. -CAPIEF.

Na oportunidade em que nos colocamos à disposição de V.SA para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, apresentamos-lhe os nossos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,



ANTÔNIO ARNALDO DE MENEZES
Diretor de Recursos Humanos e Patrimoniais

Anexos: 1/5

Ilma Srª
Drª. EURÍDICE NÓBREGA
Assessora de Assuntos Parlamentares
Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento
BRASÍLIA-DF

ANEXO I

Composição analítica do Patrimônio da CAPEF,
posição em 31.12.90 e 30.06.91

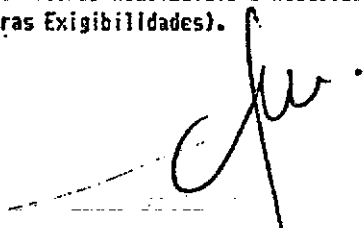
Gr\$ 1 bil

	Posição em 31.12.90	Posição em 30.06.91
Disponível	9.965	66.261 (1)
Obrigações do FND	1.248.569	2.259.443
Ações	3.703.158	25.108.632
Debêntures	3.594.530	4.361.112
Quotas de Fundos	789.554	3.890.116
CDB/RDB	2.246.168	2.576.704
Letras Hipotecárias	177.362	475.467
Ouro - Contratos	1.155.746	2.418.368
Tít.Vinculados-LFT	506.587	-----
Imóveis	16.264.607	34.797.469 (2)
Cruzados Novos	698.853	1.322.167
Operações com Participantes	1.855.151	4.283.970
Permanente	38.829	104.955 (2)
Outros	(48.636)	(26.344) (3)
Patrimônio Líquido	32.181.842	81.338.545

(1) Decorre de ordens de pagamento de compromissos da CAPEF, que não foram debitadas na nossa conta corrente pelo BNB-Agência Metro Salvador (BA)

(2) Letras e Cruzados foram corrigidos em 9,80%, estimativa do INPC, para o mês de Junho-91.

(3) Referem-se a saldos oriundos do balanceamento de contas do Ativo (Outros Realizáveis e Resultado Futuro) e do Passivo (Outras Exigibilidades).



ANEXO XX

IMÓVEIS ADQUIRIDOS NO EXERCÍCIO DE 1990

Nº ORDEN	CARACTERIZAÇÃO	PREÇO DE COMPRA	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	INTERMEDIATÓRIO	
				INTERMEDIATÓRIO	VR. CONCESSÃO
01	IMÓVEL: Av. Marechal Deodoro, 456 Matal/RN ÁREA: 2.463,10 m² TIPO: Terreno DATA DE AQUISIÇÃO: 02/01/90	NCr\$ 7.667.519,47	Parcela inicial (à vista): NCz\$ 4.586.554,54 equivalente ao preço, por percentagem, de 02 apartamentos sitos no SSS 202-B1. J-apto 203 (área 194,28 m²) e SSS 103-B1. 8 - apto 502 (área 143,96 m²), em Brasília/DF. Parcela Final: NCz\$ 3.026.964,93, em 31/01/91	não houve	não houve
02	IMÓVEL: Av. Paulista, 466-15º andar e 04 (quatro) vagas garagem Ed. Pe- dro Biazzi - São Paulo/SP ÁREA: 606,76 m² TIPO: Prédio Comercial DATA DE AQUISIÇÃO: 20/02/90	NCz\$ 56.441.700,00	à vista	não houve	não houve
03	IMÓVEL: Av. Rio Branco, 181 26º e 27º andares - Rio de Janeiro/RJ ÁREA: 1.114,00 m² TIPO: Imóvel em construção DATA DE AQUISIÇÃO: 21/02/90	NCz\$ 144.530,00	à vista	não houve	não houve
04	IMÓVEL: Rua Idelfonso Albano, 262 Fortaleza/CE ÁREA: 1.574,66 m² TIPO: Terreno DATA DE AQUISIÇÃO: 22/02/90	NCz\$ 1.648.000,00	à vista	não houve	não houve
05	IMÓVEL: Av. Santos Dumont, 2575 Fortaleza/CE ÁREA: 1.000,00 m² TIPO: Prédio Comercial DATA DE AQUISIÇÃO: 21/09/90	Cr\$ 37.005.738,00	Parcela inicial (à vista): Cr\$ 10.661.067,00 Parcela Final: Cr\$ 19.144.671,00 em 27/09/90	não houve	não houve
06	IMÓVEL: Rua Maria Tomásia, 48 Fortaleza/CE ÁREA: 1.092,65 m² TIPO: Prédio Residencial DATA DE AQUISIÇÃO: 26/10/90	Cr\$ 30.000.000,00	à vista	não houve	não houve
07	IMÓVEL: Rua Silva Jathay, 15-6º andar e 2 (duas) vagas de garagem Ed. Atlantic Center - Fortaleza ÁREA: 224,73 m² TIPO: Imóvel em construção DATA DE AQUISIÇÃO: 12/11/90	Cr\$ 21.000.000,00	à vista	não houve	não houve
08	IMÓVEL: Rua T-33 c/ Av. T-9-Quadra 93 Lotes 1,2,3 e 23 - Goiânia/GO ÁREA: 3.407,50 m² TIPO: Terreno DATA DE AQUISIÇÃO: 04/12/90	Cr\$ 89.864.351,79	à vista	não houve	não houve

ANEXO III

IMÓVEIS ADQUIRIDOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1991

Nº ORDE	CARACTERIZAÇÃO	PREÇO DE COMPRA	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	INTERMEDIÇÃO	
				INTERMEDIÁRIO	VR. COMISSÃO
01	IMÓVEL: Rua Vilebaldo Aguiar com Rua Joaquim Genu - Fortaleza/CE ÁREA: 1.920,00 m² IMÓVEL: Av. Santos Dumont com Av. Engº Santana Júnior - Fortaleza/CE ÁREA: 3.200,00 m² TIPO: Terreno DATA DE AQUISIÇÃO: 10/01/91	Cr\$ 155.013.056,30	Parcela Inicial (à vista): Cr\$ 40.000.000,00 Parcela Final: Cr\$ 115.813.856,30 - Paga em 17/01/91	não houve	não houve
02	IMÓVEL: Av. Tancredo Neves, s/n-2º subsolo, loja, sobreloja, 19 ao 6º andar Edifício Catabas Center Salvador/BA, ÁREA: 3.250,87 m² TIPO: Imóvel em Construção DATA DE AQUISIÇÃO: 27/03/91	Cr\$ 864.724.591,70	Parcela inicial (à vista): Cr\$ 475.598.525,40 Saldo remanescente: Cr\$ 389.126.066,30 (10 parcelas iguais, quinzenais e sucessivas no valor de Cr\$ 38.912.606,63, corrigidas pelo INCC.)	não houve	não houve
03	IMÓVEL: Rua Silva Jathay, 15 - 8º andar Ed. Atlantic Center-Fortaleza/CE ÁREA: 190,65 m² TIPO: Prédio Comercial DATA DE AQUISIÇÃO: 08/04/91	Cr\$ 32.000.000,00	à vista	não houve	não houve
04	IMÓVEL: Av. Bezerra de Menezes, 128 Fortaleza/CE ÁREA: 1.350,84 m² TIPO: Terreno DATA DE AQUISIÇÃO: 07/04/91	Cr\$ 61.800.000,00	Parcela inicial (à vista): Cr\$ 40.000.000,00 Parcela Final: Cr\$ 21.800.000,00 em 16/04/91	não houve	não houve
05	IMÓVEL: Rua Cel. Linhares, 950- salas 1101 a 1108 - Fortaleza/CE ÁREA: 323,04 m² TIPO: Imóvel em Construção DATA DE AQUISIÇÃO: 12/06/91	Cr\$ 77.000.000,00	à vista, sendo: - Cr\$ 36.950.000,00 equivalente ao preço, por permuta, do terreno sito nas terras Vivendas Passaré (área 9.600 m²), em Fortaleza/CE. - Cr\$ 40.950.000,00 em moeda corrente.	não houve	não houve
06	IMÓVEL: Av. T-9, Quadra 93 - Lote 21 Setor Bueno - Goiânia/GO ÁREA: 655,00 m² TIPO: Terreno DATA DE AQUISIÇÃO: 13/06/91	Cr\$ 17.927.000,00	à vista	não houve	não houve

ANEXO I
IMÓVEIS VENDIDOS NO EXERCÍCIO DE 1990

Nº ORDEM	CARACTERIZAÇÃO	PREÇO DE VENDA	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	INTERMEDIACÃO	
				INTERMEDIÁRIO	VP. COMISSÃO
01	IMÓVEL: R. João Nogueira Borges, 120 apts 300 e 600-Ed. Atlantic Village - Fortaleza/CE ÁREA: 282,42 m² TIPO: Apartamento Residencial DATA DA VENDA: 31/01/90	NCz\$ 2.901.571,90	Financiamento imobiliário concedido pela CAPEF aos associados Olívio Martins de Sousa Torres (aptº 300) e Paulo Francisco F. Soares (aptº 600)	não houve	não houve
02	IMÓVEL: Rua Tomé de Souza, 247-apts 300 e 900-Ed. Villa Lobos Belo Horizonte/MG ÁREA: 441,02 m² TIPO: Apartamento Residencial DATA DA VENDA: 28/02/90	NCz\$ 6.920.937,21	à vista, mediante financiamento imobiliário parcial concedido pela CAPEF aos associados Sachico Mori Carneiro (aptº 300) e Antônio Carlos Rodrigues da Silva (aptº 900)	não houve	não houve
03	IMÓVEL: Rua Barbosa de Freitas, 1020 apts 300 e 400 - Fortaleza/CE ÁREA: 571,50 m² TIPO: Apartamento Residencial DATA DA VENDA: 28/02/90	NCz\$ 9.297.715,68	à vista, mediante pagamento pelos associados Nelson Frota Simões de Oliveira (aptº 300) e Maria Dolores Capelo Barroso (aptº 400)	não houve	não houve
04	IMÓVEL: Rua Thomaz Gonzaga, 605 aptº 602-Belo Horizonte/MG ÁREA: 185,29 m² TIPO: Apartamento Residencial DATA DA VENDA: 29/03/90	Cr\$ 7.039.051,00	à vista	não houve	não houve
05	IMÓVEL: Rua Barbosa de Freitas, 1020 apts 100, 500, 800 e 1100 Fortaleza/CE ÁREA: 1.143,16 m² TIPO: Apartamento Residencial DATA DA VENDA: 02/04/90	Cr\$ 23.478.384,77	à vista, mediante financiamento imobiliário parcial concedido pela CAPEF aos associados José Wellington Lima de Albuquerque (aptº 500), Aldenora de Freitas Mendes (aptº 800) e Arilo Aguiar de Holanda (aptº 1100)	não houve	não houve
06	IMÓVEL: Rua Tomé de Souza, 247-apts 100, 500, 600, 1100 e 1200 - Edif. Ed. Villa Lobos - Belo Horizonte/MG ÁREA: 1.104,55 m² TIPO: Apartamento Residencial DATA DA VENDA: 01/06/90	Cr\$ 28.056.481,05	à vista, mediante financiamento imobiliário parcial concedido pela CAPEF aos associados Douraci Pereira da Silva Cordeiro (aptº 100), José Milton Diamantino (aptº 500), Cecílio de Sousa Barbosa Júnior (aptº 600), Eluiz Geraldo Bispo (aptº 1100) e Raulo Ronaldo dos Santos (aptº 1200).	não houve	não houve

ANEXO V

IMÓVEIS VENDIDOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1991

Nº ORDEM	CARACTERIZAÇÃO	VALOR DO NEGÓCIO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	INTERMEDIACÃO	
				INTERMEDIÁRIO	VR. COMISSÃO
01	IMÓVEL: Av. Zezé Diogo - Quadra 48 Fortaleza/CE ÁREA: 5.600,00 m² TIPO: Terreno DATA DA VENDA: 03/04/91	Cr\$ 80.000.000,00	Parc. Inicial (à vista): Cr\$ 5.000.000,00 Parc. Final: Cr\$ 75.000.000,00 - Paga em 09/05/91	Líder Imobiliária Ltda.	Cr\$ 2.400.000,00

contado a variação do IGP-III no período de SET a DEZ/80, verifica-se uma evolução real de 23,6% nos investimentos.

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
SON 110 - Promoção 12 - Brasília/DF	1	127.165.317	0,04		
SON 110 - Promoção 13 - Brasília/DF	1	127.165.017	0,04		
D2 - Edificações	2	695.410.613	0,22		
SON Os 0101 Lt. C B: C Terce Centro - Brasília/DF	1	695.222.915	0,22		
Av. Mai. Floriano Peixoto N° 140 Lt 127 Fiove Iguaçu/RJ	1	10.191.898			
Para Renda (Alugados para patrocinadores)	46	15.083.562.291	4,80		
D5 - Edificações	43	15.083.562.291	4,80		
Rua Barro Preto 61 - Rio de Janeiro/RJ	1	118.508.251	0,04		
Estrada de Portela 126 Lt. A Macaé - Rio de Janeiro/RJ	1	82.741.376	0,03		
Boleard 28 na Seleção 219 Lt. A B - Rio de Janeiro/RJ	1	94.853.001	0,03		
Av. Wilson Cardoso 1.142 Lt. D - Rio de Janeiro/RJ	1	260.845.752	0,08		
Rua Costa Pereira 117 Lt. 107 A - Rio de Janeiro/RJ	1	474.265.023	0,15		
Rua Alfredo Barreto 156 - Lt. E - Rio de Janeiro/RJ	1	108.568.251	0,04		
Rua Lúcio Flávio 111 Lt. 137/114 - Rio de Janeiro/RJ	1	2.371.325.070	0,75		
Rua Helder 241 Lt. A - Macaé - Rio de Janeiro/RJ	1	143.207.814	0,05		
Av. Rui Barbosa 141 - Macaé/RJ	1	94.853.001	0,03		
Lt. Margem de São Vicente 42 Lt. G - Rio de Janeiro/RJ	1	48.612.163	0,02		
Av. Sebastião de Almeida 265 Lt. A - Rio de Janeiro/RJ	1	20.455.900	0,01		
Av. Pádua 1.814 Lt. 2 - Funel Center - São Paulo/SP	1	1.518.114.495	0,82		
Rua Marinho Dias 120 - São Paulo/SP	1	652.114.261	0,21		
Rua São Bento 197 - São Paulo/SP	1	403.125.253	0,13		
Av. Sete de Setembro 815 - Salvador/BA	1	614.490.180	0,19		
Av. A. C. Magalhães 511 - Salvador/BA	1	89.609.209	0,03		
Av. Oceânica 51 - Salvador/BA	1	239.169.704	0,08		
Av. Pedro II 1.102 - Belo Horizonte/MG	1	110.840.192	0,04		
Av. Manoel Dias da Silva 1.499 - Salvador/BA	1	242.901.361	0,08		
Av. Dep. J. Coelho 15.260 - Flamingo - Goiânia/GO	1	296.415.628	0,09		
Av. Washington Soares 85 - Fortaleza/CE	1	204.876.938	0,07		
Av. Mal. Floriano Peixoto 1.480 Lt. 153 - Nova Iguaçu/RJ	1	71.088.063	0,02		
Rua Moreira Teófilo Crato 182 - Recife/PE	1	88.558.731	0,03		
Praca Manoel Furtado 101 - Brasília/SP	1	26.084.575	0,01		
Av. Afonso Pena 715 Subst. 508/51 - Belo Horizonte/MG	1	421.832.352	0,13		
Rua 25 Equilíbrio 12 e 14 Lt. 18 - Volta Redonda/RJ	1	810.816.193	0,19		
Rua Roberto Pereira dos Santos 63 - Macaé/RJ	1	85.211.438	0,03		
Av. São Domingos 904 - Fortaleza - Ceará/RJ	1	115.556.251	0,04		
Rua Cel. Tanziendo 1.956 - Bangu - Rio de Janeiro/RJ	1	98.405.908	0,03		
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes 5.771 - Recife/PE	1	237.818.230	0,08		
Av. das Américas 3.959 Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ	1	652.114.381	0,21		
Av. Getúlio de Moura 61 - São João do Meriti/RJ	1	154.138.126	0,05		
Av. A. C. Magalhães, SN° 515 - São Paulo/BA	1	50.023.587	0,02		
Rua Rio Branco 718 - Jar. 132 - Teresina/PI	1	188.419.959	0,06		
Av. Manoel Pimenta 41 Lt. NP 41 - Porto Alegre/RS	1	252.089.660	0,08		
Av. Luiz Viana Filho 2.235 - Salvador/BA	1	139.253.710	0,04		
Av. A. C. Magalhães, SN° 1, 2, 10 Um - Salvador/BA	1	1.155.495.053	0,37		
Av. Brat de Pina 02 - Pina - Rio de Janeiro/RJ	1	414.981.879	0,13		
Rua Marechal Deodoro 1.382 - São B. do Campo/SP	1	592.831.255	0,19		
Av. Afonso Pena 785 Lt. Pavimento - Belo Horizonte/MG	1	45.293.799	0,01		
Av. Getúlio Vargas 1.518 - Olinda/PE	1	267.724.684	0,08		
Av. Min. Edgard Romero 354 Lt. A - Rio de Janeiro/RJ	1	118.566.251	0,04		
Av. A. C. Magalhães, SN° 18 22 e 22A - Salvador/BA	1	149.448.049	0,05		
R. Aug. Frederico Schmidt Lt. 252/243 - Salvador/BA	1	209.326.853	0,07		
Rua Padre Curupaiti, 771 PC 115B - Recife/PE	1	225.041.827	0,07		
Para Renda (Alugados para locatários)	21	26.879.540.543	8,54		
D8 - Edificações	21	26.879.540.543	8,54		
Av. Washington Luis 6.825 - Itaquera - São Paulo/SP	1	142.279.501	0,05		
Rua Domingos de Moraes 2120 - São Paulo/SP	1	260.845.752	0,08		
Av. Mário Lúcio Leão 139 - São Paulo/SP	1	365.935.753	0,11		
Av. Luis de Vasconcelos 925 - São Paulo/SP	1	154.138.126	0,05		
Rua Tuiuti 589 - Taboão - São Paulo/SP	1	1.067.096.259	0,34		
Av. Rio Branco 110 And. 1820/3441 - Rio de Janeiro/RJ	1	1.697.050.016	0,60		
Rua S. A. Ferreira 25 Copacabana - Rio de Janeiro/RJ	1	118.566.251	0,04		
Av. Min. Edgard Romero 354 Lt. B E - Rio de Janeiro/RJ	1	304.715.261	0,10		
SON - CRB Concurso Nacional - Brasília/DF	1	794.409.340	0,25		
Rua Dr. J. J. Seixora, 111 Lt. 95 e 105 - Salvador/BA	1	168.382.211	0,05		
Av. W3 Norte 01.511 Itaipava e 3 - Brasília/DF	1	375.850.053	0,12		
Rua Junqueira Ayres, 08 Lt. 108 - Salvador/BA	1	112.747.722	0,04		
Rua Junqueira Ayres, 08 Lt. 109 - Salvador/BA	1	245.432.746	0,08		
Rua Junqueira Ayres, 08 Lt. 82 - Salvador/BA	1	210.604.572	0,07		
Rua Junqueira Ayres, 08 Lt. 19 - Salvador/BA	1	296.560.050	0,09		
Rua Marechal Deodoro, 1439 - São B. do Campo/SP	1	3.794.120.032	1,20		
Rua 13 de Maio 1.933.47 - SH Paulista - São Paulo/SP	1	7.489.673.674	2,37		
Rua Gustavo Parra SN° - SC Iguaçu - Macaé/AL	1	492.210.054	0,16		
Av. Roque Petroni, 1.019 SH - Mourão - São Paulo/SP	1	8.521.143.806	2,67		
Av. Paulista 1.904/12 - Funel Center - São Paulo/SP	1	1.361.140.551	0,43		
Av. Luiz Viana Filho 2.235 - Salvador/BA	1	837.107.589	0,28		
E Operações com Participantes (E=E1+E2)		11.450.493.633	3,83		
E1 - Empréstimos		11.450.493.633	3,83		
E2 - Financiamentos		164.827			
F - Operações Com Patrocinadores (F=F1+F2)		164.101.756.196	51,90		
F2 - Com Garantias		164.101.756.196	51,90		
G Outros Investimentos		30.864.220.827	12,64		
Depósitos Bancários Remuneráveis		21.450.219.138	6,80		
Créditos de Cédulas por Emissão de Ações		41.295			
Depreciação em Equipamentos		18.413.950.394	5,84		
Diário	Contador	Assinatura	CRF Nº 19.859.8 T DF		
Nome Completo	Nome Completo	Nome Completo	Nome Completo		

Demonstrativo Analítico

Em cumprimento às exigências legais, a FUNCEF divulga, neste número, os Demonstrativos Analíticos de Investimentos

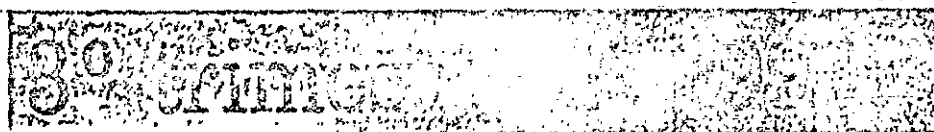
DISCRIMINAÇÃO	ESPECIE	QUANTIDADE	VALOR EM MOEDA DE 1991	VALOR EM MOEDA DE 1990
Y - Investimentos (Y = A + B + C + D + E + F + G)			315.840.015.470	100.00
A - Títulos Governamentais - (A = A1 + A2 + A3)		258.187.335	8.552.841.717	2.73
A1 - Despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento		127.723.355	5.871.147.747	1.85
A2 - Despesas da Fomento		131.418.031	2.627.554.094	0.90
A3 - Títulos do Dólar Amortizável		61.041	81.833.430	0.01
B - Títulos e Valores Mobiliários (B = B1 + B14 + B21 + B22 + B25 + B26)		17.967.488.976	48.252.637.785	15.78
B1 - Ações - (B1 = B11 + B14 + B15 + B16)		17.967.347.675	11.803.128.426	4.34
B2 - Mercado à Vista (B2 = B21 + B24 + B25)		17.987.347.676	11.803.128.426	4.14
B3 - Cias Abertas Privadas Nacionais		17.280.067.621	10.014.320.000	2.43
PN - Ações Varias	PN	294.337.017	6.271.535	
PP - Ações Varias	PP	11.523.346	6.586.870	
PPB - Ações Varias	PPB	941.100	224.172.070	0.07
PP - Bofema	PP	40.044.310	172.153.077	0.05
PP - Bofema Minera	PP	12.533.328	203.627.331	0.06
PPB - Bofema Cabel	PPB	477.037.410	91.825.119	0.03
PP - Bofema	PP	135.044.634	1.145.540.458	0.36
PP - Bofema	PP	11.749.250	127.244.378	0.04
PP - Bofema	PP	820.000.000	27.000.000	0.01
PP - Casm. M. Mineração	PP	1.412.462	81.658.472	0.03
PP - Camargo Correa	PP	28.739	157.203.073	0.25
PP - Casm. Anglo	PP	416.573	46.574.402	0.01
PP - Casm.	PP	351.459.238	82.500.848	0.03
PP - Casm. Hering	PP	2.009.054	12.354.320	
PP - Casm. Santanmas	PP	23.810.825	12.266.607	
PP - Casm. Sul Amer. Eng. Sad	PP	146.718.520	4.607.711	
PP - Casm. Tênis Karsten	PP	12.547.007	27.603.400	0.01
PP - Casm.	PP	13.401.000	254.821.000	0.09
PP - Casm. Catoxina	PP	4.190.000	12.370.000	
PP - Casm.	PP	162.606.375	243.716.401	0.08
PP - Casm.	PP	5.087.750	48.333.025	0.02
PPA - Casm.	PPA	8.471.531	305.931.552	0.10
PP - Casm.	PP	7.161.065	6.466.452	
PP - Casm. do Sul	PP	4.480.031	24.440.111	0.01
PP - Casm. do Nordeste	PP	1.000.000	1.500.010	
PP - Casm.	PP	30.958.011	24.015.702	0.01
PP - Casm.	PP	184.039.542	427.555.515	0.14
PP - Casm.	PP	10.079.942	18.329.535	0.01
PP - Casm.	PP	59.625.150	327.338.325	0.10
PP - Casm.	PP	711.154.116	52.703.894	0.02
PP - Casm.	PP	13.557.223	333.159.612	0.12
PPA - Casm.	PPA	630.732.695	28.510.745	0.01
PP - Casm.	PP	50	2	
PP - Casm.	PP	385.554.727	13.495.465	
PP - Casm.	PP	20.293.533	549.465	
PP - Casm.	PP	10.648.314	103.821.032	0.03
PP - Casm.	PP	410.600	39.891.000	0.01
PP - Casm.	PP	6.023.406	11.658.301	
PP - Casm.	PP	18.878.000	12.140.700	
PP - Casm.	PP	4.283.338	103.702	
PP - Casm.	PP	4.391.273	68.054.737	0.02
PP - Casm.	PP	95.386.660	45.847.994	0.01
PP - Casm.	PP	81.958.500	107.867.149	0.01
PP - Casm.	PP	7.787.400	178.804.835	0.16
PP - Casm.	PP	20.000.000	1.137.148	
PP - Casm.	PP	1.451.375	378.574.977	0.1
PP - Casm.	PP	1.471.450	501.626.843	0.16
PP - Casm.	PP	738.400	12.552.800	
PP - Casm.	PP	40.026.415	5.603.608	
PP - Casm.	PP	381.626	129.736.656	0.04
PP - Casm.	PP	2.217.720	18.766.072	0.01
PPA - Casm.	PPA	41.983.451	4.478.795	
PP - Casm.	PP	331.503.000	76.249.005	0.02
PP - Casm.	PP	18.954.324	95.165.858	0.03
PP - Casm.	PP	74.408.100	6.324.654	
PP - Casm.	PP	5.076.628.200	10.291.187	0.01
PP - Casm.	PP	725.232.600	2.683.351	
PP - Casm.	PP	1.021.400	116.355.639	0.04
PP - Casm.	PP	19.075.420	43.070.156	0.01
PP - Casm.	PP	6.254.060	24.756.360	0.01
PP - Casm.	PP	1.490.400	208.656.000	0.07
PP - Casm.	PP	827.800	99.336.000	0.03
PP - Casm.	PP	18.301.472	1.061.485	
PP - Casm.	PP	18.301.472	256.231	
PP - Casm.	PP	3.345.629	36.677.778	0.01
PP - Casm.	PP	30.532.200	3.083.220	
PP - Casm.	PP	3.425.800	530.999	
PP - Casm.	PP	20.002.900	43.979.169	0.01
PP - Casm.	PP	166.991.752	21.707.628	0.01
PP - Casm.	PP	30.416	26.158	
PP - Casm.	PP	223.213.078	225.735.385	0.07
PP - Casm.	PP	488.426.000	35.635.561	0.01
PP - Casm.	PP	37.535.605	4.128.917	
PP - Casm.	PP	91.072.413	29.150.458	0.01
PP - Casm.	PP	65.487.525	111.329.473	0.04
PP - Casm.	PP	568.126.384	85.218.958	0.03
PP - Casm.	PP	3.665.832	35.479.931	0.03
PP - Casm.	PP	9.159.950	4.579.975	
PP - Casm.	PP	517.531.000	221.643.258	0.07
PPB - Casm.	PPB	206.208.000	21.651.840	0.01
PP - Casm.	PP	2.203.790	330.568.500	0.10
PP - Casm.	PP	1.239.620	125.934.012	0.04
PPA - Casm.	PPA	30.844.000	308.440	
PP - Casm.	PP	2.347.749	5.499.156	
PP - Casm.	PP	1.440.000	36.612.778	0.01
PP - Casm.	PP	5.636.918	50.310.811	0.02

NOTÍCIAS DA FUNCEF

Índice de Investimentos

Índice do 5º e 6º Trimestres/90. De acordo com o relatório da Assessoria Técnica, em que pese a influência do Plano Brasil Novo, de

DISCRIMINAÇÃO	ESPECIE	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	Índice
Baixa	ON	5.075.000	1.647.391.750	0,53
Capitalização B.A.	PPC	40.000.000	1.755.132	
Capitalização B.A.	PPC	1.251.157.500	5.1.048.746	0,02
Capitalização	PN	21.090.000	21.059.019	0,01
S. Fin. Garantia	PN	36.521.395	47.000.708	0,14
S. Fin. Garantia	PP	512.540.000	28.702.240	0,01
Brasparab	PN	400.000.000	48.570.000	0,02
Sulam	PP	548.000	309.423.164	0,10
Telmobil	PN	0.100	154	
Telmobil	ON	10.776.000	0.359.097	0,01
Ucet Carbon	OP	308.500.100	18.293.551	0,01
Unipar	PNB	17.916.375	148.747.844	0,05
Vale	PN	8.257.458	76.784.614	0,02
Wasmley	PP	140.600.000	11.272.000	
B4 - Outras Cls. Abertas		707.291.224	2.898.807.827	0,01
Banco do Brasil	ON	1.323.916	32.435.835	0,01
Banco do Brasil	PP	9.370.214	262.145.481	0,00
Banespa	PP	242.101.498	120.303.452	0,04
Manausman	OP	300.760.000	23.948.163	0,01
Paraná	PP	10.820.000	1.818.357.916	0,57
Paraná	OP	2.622.423	16.436.419	0,01
Paraná SIA	PP	2.352.450	10.586.025	
Santa Cruz	OP	1.027.418	316.331.726	0,10
Telebrás	ON	14.121.520	3.635.628	
Telebrás	PN	39.647.142	12.651.468	
Telebrás	PP	19.000.000	8.270.190	
Vale do Rio Doce	OP	5.230.000	125.164.000	0,04
Vale do Rio Doce	PP	62.221.300	1.749.416.320	0,55
Vid. Santa Maria	OP	4.276.533	989.570.322	0,31
B5 - Provisão para IOF s/ Carteira de Ações			(2.818.520.184)	
B14 - Debênturas - (B14 = B15 + B16)		126.182	14.817.099.254	4,70
B15 - Conversíveis - (B15 = B16 + B17)		116.634	13.342.844.698	4,23
B16 - Cls. Abertas Privadas Nacionais		20.825	278.238.458	0,09
Zanin	Conver	26.935	101.972.203	0,03
Sariba	Conver	1.100	176.267.255	0,08
B17 - Outras Cls. Abertas		86.509	13.364.306.602	4,14
Telebrás	Conver	30.003	4.726.725.493	1,50
Embraer	Conver	15.362	1.689.947.482	0,80
Embraer	Conver	40.506	6.447.635.663	2,04
B18 - Não Conversíveis - (B18 = B19 + B20)		22.548	1.474.521.188	0,47
B19 - Cls. Abertas Privadas Nacionais		16.048	1.398.760.349	0,45
Hotéis Otton	N. Conv	5.124	27.294.906	0,01
Norberto Odebrecht	N. Conv	10.424	1.312.054.400	0,42
Conlora	N. Conv	500	59.393.043	0,02
B20 - Outras Cls. Abertas		6.500	75.751.839	0,02
Vale do Rio Doce	N. Conv	6.500	75.751.839	0,02
B21 - Fundos de Investimento			1.623.861.495	0,51
B22 - Depósitos a Prazo - (B22 = B23 + B24)		37	10.526.382.678	3,34
B23 - Certificados de Depósitos Bancários		30	4.268.749.423	1,36
Northern	POS	1	148.758.280	0,05
Hotéis Unido	POS	1	145.968.364	0,05
BMO	PRE	3	103.153.201	0,03
BMO	PRE	5	745.205.081	0,24
BMO	PRE	4	343.920.008	0,11
Econômico	PRE	2	111.141.328	0,04
BCN	PRE	1	107.833.065	0,03
Nacional	PRE	2	705.893.835	0,23
Progresso	PRE	2	260.629.840	0,08
BRAB	PRE	2	440.253.566	0,14
Caliana	PRE	1	218.743.395	0,07
Nordesie	PRE	2	268.974.844	0,09
BBA	PRE	2	420.031.075	0,13
Brasparab	PRE	1	118.276.116	0,04
Brasparab	PRE	1	102.147.267	0,03
B24 - Depósitos a Prazo - (B24 = B25 + B26)		7	6.257.633.255	1,98
CEF		7	6.257.633.255	1,98
B28 - Outros Títulos e Valores Mobiliários		1.784	7.482.090.911	2,37
B29 - Letras Hipotecárias		1.116	6.468.982.455	2,05
B31 - Contratos de Ouro a Termo		1.778	1.013.108.446	0,32
C - Títulos Vinculados a Revendas ou Vendas			8.276.830	
D - Investimentos Imobiliários (D = D1 + ... + D9)		25	43.290.211.428	13,75
De Uso Próprio		8	1.328.708.504	0,41
D1 - Terrenos		7	831.286.881	0,19
Av. Almirante Barros N. 61 Ed. Andorinhas/RJ		1	102.521.771	0,03
Rua 23 de Maio 117 - Vitória/ES		1	6.319.571	
SON 110 - Projção N.º 10 - Brasília/DF		1	127.188.017	0,04
Av. Raulo S. N.º - Camacuru/BA		1	13.695.481	
SON 110 - Projção 11 - Brasília/DF		1	127.188.017	0,04



montada a variação do IGP-DI no período de SET a DEZ/90, verifica-se uma evolução real de 23,4% nos investimentos.

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR DE MERCADO	VALOR REAL
D2 - Edificações	8	471.363.578	0,23
Ed. Tropa Cantão 151 C.R. Parte 10º PAV. Bº 13º/18º PAV. D2	1	471.320.821	0,20
Av. São Francisco 1.510 N.º 1.443 L.º 322 Nova Iguaçu/RJ	1	54.757	
Pa e Renda (Ajudações para deslocamentos)	83	6.057.870.531	2,18
D4 - Terras	1	40.083.084	0,02
Shopping Center Iguatemi - Área Adicional/BA	1	40.053.054	0,02
D5 - Edificações	82	1.008.817.447	2,14
Av. Bete de Setembro, N.º 162/164 - Salvador/BA		163.008.027	0,07
Av. Antônio C. Magalhães - Shopping C. Iguatemi - L.º 24-B/BA		20.218.567	0,01
Av. Antônio C. Magalhães - Shopping C. Iguatemi - L.º 26 e 28/BA		13.418.895	0,01
Av. Manoel Dias da Silva, N.º 1.499 - Praia - Salvador/BA		100.454.782	0,04
Av. Deschamps, N.º 50 - Salvador/BA		115.705.527	0,05
Rua Augusto F. Schmidt, S/N.º - S.º C. Barra - L.º 252/253-BA		123.992.887	0,06
Av. Luiz Vinícius Figue, S/N.º - Imbué - Salvador/BA		74.954.110	0,03
Av. Washington Soares, N.º 25 S.º C. Iguatemi - L.º 6/10 CE		21.651.752	0,01
Shopping Center Flamboyant St. 1900 F.º 10/10/GO		14.634.112	0,01
Av. Pedro R. N.º 1.407 - F.º 10/10/GO		14.771.410	0,01
Av. Afonso Pena, N.º 785 - Subsolo - Loja e Sobrelaje BHMG		100.767.041	0,05
Av. Getúlio Vargas, N.º 1.512 - Bairro Novo - Curitiba/PR		64.187.451	0,04
Rua Paiva Carmichael, N.º 777 S.º C. Recife - L.º PC 11/US PE		89.809.037	0,04
Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, N.º 3.777 - Imbué/BA/PE		83.418.286	0,04
Rua Imperatriz Teresa, Curitiba, N.º 162/76		23.246.670	0,01
PC Rio Branco, N.º 318, N.º 1.º And. 1.º e 3.º - M		53.487.708	0,02
Av. Grunha de Moura, L.º 102 São João de Ubatuba/RJ		62.925.881	0,02
Av. das Américas, N.º 3.959 - Barra de Tijucas/RJ		432.531.128	0,18
Av. Braz de Pina, N.º 2 Lote D1 do PA 34 527-Penha/RJ		187.228.533	0,07
Rua Luiz Müller, N.º 116 L.º 107/4 - B.º 10/10/RJ		236.100.348	0,10
Av. Rui Barbosa, N.º 144 Lote A São Francisco - Niterói/RJ		61.200.350	0,02
Alameda São José Aventura, N.º 904 Fonseca Nilmar/RJ		66.931.474	0,02
Rua Hamard, N.º 234 Lote A - B.º 10/10/RJ		108.425.541	0,04
Av. 28 de Setembro, N.º 219 - L.º A e B 1/33 Itaboraí/RJ		20.572.045	0,01
Rua Alfredo Backer, N.º 536 - L.º B e S.º 1/3 - São Gonçalo/RJ		21.624.730	0,01
Rua Conde de Belfim, N.º 302 - L.º 222 A, St. 102/109 - Tijuca/RJ		354.545.183	0,15
Av. Nelson Cardoso, N.º 1.149 - L.º D e 52 - Jacareacanga/RJ		128.012.441	0,05
Rua Paschoa, N.º 61 L.º A B 101 e 107 e St. 201-203/RJ		42.550.795	0,02
Edifício de Portela, N.º 126 L.º B - São José/RJ		12.900.039	0,01
Av. Sargento de Mello, N.º 265 Lote A Paracatu/RJ		13.141.828	0,01
Av. Mal. Francisco Figue, N.º 1.401 L.º 151 N.º Itaboraí/RJ		4.506.944	
PC (Niterói) L.º 1.º And. 1.º e 3.º Lote A e B - Niterói/RJ		27.458.735	0,01
Rua (Niterói) L.º 1.º And. 1.º e 3.º Lote A e B - Niterói/RJ		17.484.488	0,01
Rua (Niterói) L.º 1.º And. 1.º e 3.º Lote A e B - Niterói/RJ		179.494.736	0,08
Rua (Niterói) L.º 1.º And. 1.º e 3.º Lote A e B - Niterói/RJ		15.164.040	0,01
Av. Eugênio B.º 1.º And. 1.º e 3.º Lote A e B - Niterói/RJ		13.441.558	0,01
Av. João Vial, N.º 1.º And. 1.º e 3.º Lote A e B - Niterói/RJ		62.236.403	0,03
Rua Marinho Lins, N.º 170 - Santos/SP		206.881.848	0,09
Rua São Bento, N.º 397 - Praça de São - São Paulo/SP		81.798.779	0,04
Praça Mário Furtado, N.º 167 - Orindia/SP		6.193.814	
Rua Mal. Decodoro, N.º 1.332 - São Bernardo do Campo/SP		14.805.816	0,06
Av. Paulista, N.º 1.504/12 - Ed. Funchal Center		1.217.879.411	0,51
Para Renda (Ajudações para viagens)	20	9.707.157.473	4,08
D8 - Edificações	20	9.707.157.473	4,08
Mace/SAL			
Rua Gustavo Paiva - Shopping C. Iguatemi - Mangabeiras -		256.267.732	0,11
Av. Antônio C. Magalhães - Shopping Iguatemi - L.º 1 e 30/BA		552.739.453	0,23
Rua J.º Seabra, N.º 111 - L.º 96 e 105 - Salvador/BA		79.787.684	0,03
Rua Junqueira Ayres, N.º 8 L.º 19-62-100-S.º F.º 10/10/BA		454.830.185	0,19
Av. Luiz Vinícius Figue, S/N.º - Imbué - Salvador/BA		107.680.762	0,05
SDH-CHB-S.º C. Niterói - L.º 1 e 2º - Subsolo - Tênis - 2º Pav. CE		1.176.088.046	0,50
Av. W.º Norte O 511 - L.º 1 e 4/5 - Brasília/DF		214.946.580	0,09
Av. Afonso Pena, N.º 785 - 3º Pavimento BHMG		24.992.263	0,01
Rua St. Ferreira, N.º 25 L.º 25-A-Coracabana/RJ		73.078.599	0,03
Av. Eloy de Almeida, N.º 354 L.º B, C, D e E - Madureira/RJ		36.375.416	0,02
Av. João Branco, B.º 110 And. 1.º e 20/34 e 41/RJ		1.027.192.596	0,43
Rua Domingos de Morais, N.º 2.720 - Vila Mariana/SP		115.858.504	0,05
Rua 13 de Maio, N.º 1.923 - Paraisópolis/SP		1.952.895.348	0,82
Rua Washington Luz, N.º 6.825 - Itaquera/SP		51.084.504	0,02
Av. Manoel Lopes Leão, N.º 139 - Santo Amaro/SP		71.775.782	0,03
Av. Una de Vasconcelos, N.º 825 - Camburi/SP		66.136.714	0,03
Rua Tupy, N.º 589 - Taboão/SP		774.916.936	0,33
Shopping Center Morumbi, L.º 73 e 89 - Itaquera/SP		1.196.418.783	0,50
Av. Paulista, N.º 1.904/12 - Ed. Funchal Center - And. 41/70/SP		746.442.219	0,31
Av. Mal. Decodoro, N.º 1.489 - São Bernardo do Campo/SP		722.821.027	0,30
E Operações com Participantes (E = E1 + E2)		326.170.513	0,14
E1 - Empréstimos		325.829.716	0,14
E2 - Financiamentos		340.787	
F - Operações Com Patrocinadores (F = F1 + F2)		159.849.796.915	66,92
F2 - Com Garantias		158.849.796.916	66,92
G Outros Investimentos		27.108.977.217	11,42
Depósitos Bancários Remunerados		14.182.866.254	5,97
Depósitos em Conta por Conta de Ações		41.235	
Depósitos em Cédulas de Crédito		840.118	
Depósitos em Cédulas Novas		12.946.029.362	5,45

Deputado
Assessor
Nome Completo: Ivo Alencar

CPF Nº 108.804.857-87

Deputado

Assessor

Nome Completo: Nelson Cardoso Canabarro Palavras

Demonstrativos

Em cumprimento às exigências legais, a FUNCEF divulga, neste número, os Demonstrativos Analíticos de Investimentos

DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR	VALOR	VALOR
* V. Investimento (V = A + B + C + D + E + F + G)		237.381.372.035	100,00	
A. Títulos Governamentais - (A = A1 + ... + A8)		8.818.722.441	3,71	
Instituto de Fomento Nacional de Desenvolvimento		128.708.355	0,05	
Fundo de Investimento		121.418.031	0,05	
Fundo de Garantia		81.843	0,00	
B. Outros Títulos - (B = B1 + B2 + B3 + B4 + B5 + B6 + B7 + B8 + B9 + B10)		17.255.145.051	7,27	
B1 - Ações - (B1 = B11 + B12 + B13 + B14 + B15)		17.255.145.051	7,27	
B2 - Mercado à Vista (B2 = B21 + B24)		10.909.932.629	4,59	
B3 - Class. Abertas Privadas Nacionais		9.305.581.451	3,92	
Aços Vitoras	PN	167.181.000	0,07	
Aços Vitoras	PP	147.125.000	0,06	
Aproceas	PP	11.520.740	0,00	
Alacrut	PPB	273.730	0,00	
Baneris	PP	40.034.220	0,02	
Belgo Inaara	PPB	13.153.578	0,01	
B-Setas Color	PPB	447.927.410	0,19	
Brahma	PP	135.814.034	0,06	
Brasrotor	PP	10.814.230	0,00	
Brasrope	PP	920.000.000	0,39	
Caemi M. Mineração	PP	1.412.400	0,00	
Camargo Correa	PP	26.250	0,00	
Casa Anglo	PP	418.538	0,00	
Cesal	PP	251.450.806	0,11	
Ca Hering	PP	2.059.054	0,00	
Ca Sanzaneira	PP	23.816.805	0,01	
Ca Sol Amer Eng Sed	PP	148.718.520	0,06	
Ca Textil Karsten	PP	12.547.000	0,01	
Cimaf	PP	13.401.000	0,01	
Circoselina	PP	4.100.000	0,00	
Colao	PP	182.606.375	0,08	
Contab	PP	4.737.750	0,00	
Copene	PPA	8.471.531	0,00	
Cosipa	PP	7.181.088	0,00	
Cruzeiro do Sul	PP	4.480.000	0,00	
DF Vasconcelos	PP	1.035.030	0,00	
DIB	PP	30.960.011	0,01	
Duratex	PP	184.838.542	0,08	
Eluma	PP	10.079.342	0,00	
Enxolon	PP	59.825.150	0,03	
Estrele	PP	711.156.116	0,30	
Eucalis	PP	13.557.220	0,01	
F. Luz Casaguate	PPA	830.722.095	0,35	
Fibam	PP	385.584.727	0,16	
Fibam	PP	20.293.933	0,01	
Ficap	PP	10.648.314	0,00	
Fris-Le	PP	418.800	0,00	
Fundição Tupy	PP	6.023.406	0,00	
Industria Romi	PP	18.578.000	0,00	
Industria Villares	PP	4.283.733	0,00	
Isopipe	PP	4.381.273	0,00	
Jirapira Distr.	PP	95.286.860	0,04	
Sarcos Paralelo	PP	81.025.500	0,03	
Rauel	PP	7.732.400	0,00	
Rauelac	PP	20.070.400	0,01	
Rabin	PP	1.033.450	0,00	
Tálica	PP	838.400	0,00	
Univas	PP	40.028.415	0,02	
Univas Americana	PP	281.828	0,00	
Lorent	PP	7.217.720	0,00	
Magnesia	PPA	41.873.451	0,02	
Marcopolo	PP	331.500.000	0,14	
Manoel	PP	16.964.324	0,01	
Marvin	PP	1.428.800	0,00	
Met. Abramo Eberle	PP	5.076.670.200	2,14	
Met. Abramo Eberle	PP	725.232.500	0,31	
Metal Leve	PP	1.527.700	0,00	
Metalurgica Gerdau	PP	15.626.090	0,01	
Metalurgica Rhen	PP	8.254.080	0,00	
Monte Fluminense	PP	121.201.000	0,05	
Monte Santaiz	PP	767.800	0,00	
Multat Tecnologia	PP	18.301.472	0,00	
Multat Tecnologia	PP	18.301.472	0,00	
Nordon	PP	3.345.809	0,00	
Ovestor	PP	30.632.200	0,01	
Ovestor	PP	3.425.000	0,00	
Papal Simão	PP	15.002.900	0,01	
Papal Simão	PP	5.000.000	0,00	
Parabura	PP	105.981.752	0,04	
Parapanema	PP	30.418	0,00	
Parapanema	PP	210.213.078	0,09	
Parapanema	PP	423.428.000	0,18	
Parapanema	PP	37.533.605	0,02	
Parapanema Alcantara	PP	81.072.413	0,03	
Prometal	PP	58.508.528	0,02	
Rendion	PP	2.068.128.284	0,87	
Rupier	PP	3.685.882	0,00	
Rupier	PP	2.138.950	0,00	
Rocodora	PP	517.831.000	0,22	
Sadia Concórdia	PP	206.206.000	0,09	
Sadia	PP	2.203.790	0,00	
Sadia	PP	1.239.630	0,00	
Sadia	PPA	30.844.000	0,01	
Sadia	PP	2.347.749	0,00	
Sadia	PP	1.440.000	0,00	
Sadia	PP	2.350.918	0,00	
Sadia	PP	5.078.000	0,00	

NOTÍCIAS DA FULCRUM

ico de Invenções e

bo 8º e 4º trimestres W. De acordo com o relatório da Associação "Têxtil", em 1977, para a indústria do Lado Brasil Norte, de

Descrição	Valor	Valor	Valor
B4 - Outras Cias. Abertas	707.028.234	4.177.019.088	2,55
Banco do Brasil	1.325.616	15.358.508	0,01
Banco do Brasil	5.370.214	172.213.350	0,01
Banco	215.101.428	16.470.721	0,04
Manoelsson	300.725.250	18.154.038	0,01
Fabrical	10.520.026	1.375.555.538	0,02
Prata	3.822.423	10.325.720	
Farm. S/A	2.332.430	5.632.706	
Norisa (Ind.)	1.027.418	203.453.000	0,09
Telex	14.125.826	3.523.604	
PN	39.847.147	12.172.505	0,01
PP	15.651.177	5.975.310	
OP	5.711.111	122.720.000	0,04
PP	5.221.111	1.211.211.111	0,16
OP	4.278.931	794.482.115	0,33
B5 - Provisão para IOR / Mineria de Ações		(2.510.887.294)	
B12 - Debênturas - (B12 = B15 + B17)	148.074	9.058.765.074	3,54
B15 - Conversíveis - (B15 = B16 + B17)	121.878	8.013.849.738	3,58
B17 - Outras Cias. Abertas	121.878	8.013.849.738	3,58
Zenon	21.935	13.548.345	0,03
Schro	1.100	109.720.079	0,44
Embratel	15.302	1.019.817.710	0,44
Extensol	40.300	3.514.704.481	1,43
Telex	33.083	2.731.023.703	1,21
Declar	2.020	324.125.418	0,17
B18 - Ido Conversíveis - (B18 = B19 + B20)	25.005	1.067.024.339	0,48
B20 - Outras Cias. Abertas	25.005	1.067.024.339	0,48
Vale do Rio Doce	N. Conv. 6.500	48.598.745	0,02
Motus Orlon	N. Conv. 5.124	18.031.214	0,01
Nordeste Odebrecht	N. Conv. 10.424	848.363.965	0,35
Corfag	N. Conv. 50	39.177.368	0,02
Cesval	N. Conv. 2.457	113.033.017	0,05
B21 - Quotas de Fundos de Investimento		125.394.158	0,05
B22 - Depósitos a Prazo - (B22 = B23 + B24)	65	4.597.110.689	1,82
B23 - Certificados de Depósitos Bancários	65	4.020.748.800	1,88
Nordeste	PRE 3	81.563.908	0,04
BAB	PRES 5	164.750.848	0,07
BUD	PRES 4	95.366.784	0,04
Investcorp	PRES 4	105.809.630	0,04
Grande Rio	PRES 2	26.840.015	0,01
BUC	PRES 3	98.112.304	0,04
Sao Vista	PRES 3	84.206.967	0,04
Immunon	PRES 2	20.443.521	0,01
BIC	PRES 2	22.908.724	0,01
Nacional	PRES 1	42.058.204	0,02
Rosa	PRES 1	58.813.008	0,02
Orbitel	PRES 1	27.812.527	0,01
Pontek	PRES 1	33.390.187	0,01
CEP	PRES 1	116.283.019	0,05
BALP	PRES 1	2.497.001.293	1,75
Bankort	PRES 2	45.549.524	0,02
Ranessa	PRES 1	137.855.647	0,06
Bancora	PRES 1	130.308.450	0,05
Rura	PRES 1	142.554.355	0,06
B24 - Reservas de Depósitos Bancários	2	577.191.718	0,24
CEP	PRES 1	877.181.718	0,24
B26 - Outros Valores e Valores Mobiliários	1.784	5.128.030.369	2,16
B29 - Letras Hipotecárias	1.784	4.257.175.958	1,79
B31 - Contratos de Ouro e Term	1.784	871.254.427	0,37
Vale do Rio Doce	1.784	871.254.427	0,37
D - Investimentos Imobiliários (D = D1 + D9)	778	15.830.485.864	6,61
De Uso Próprio	6	865.437.880	0,37
D1 - Terrenos	6	394.052.282	0,17
Av. Almir Barroso N. 81 Pavimento 5/6 Ed. Andorra/R.	1	7.767.300	
Rua 23 de Maio, 117 - Valparaíso	1	12.280.870	0,01
SOM 110 - Projeto N. 10 - Brasília/DF	1	346.112.619	0,15
Sua. Nacional Alameda Marquês, 840 - Curitiba/PR	1	8.891.593	

AVISO Nº 504/91-GM

28-8-91

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1991.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Dirceu Carneiro
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília — DF

Senhor Senador,

Tenho a grata satisfação de, cumprimentando-o cordialmente, reportar-me ao Ofício SM/nº 746, de 1º-7-91, através do qual Vossa Excelência encaminha o Requerimento de Informação nº 336, de 1991, de autoria do Senhor Senador Eduardo Suplicy, para encaminhar em anexo, em resposta às questões suscitadas pelo ilustre requerente, a Carta nº 459, de 14-8-91, da Petrobrás — Petróleo Brasileiro S.A.

Na expectativa de ter atendido ao disposto no Requerimento em questão, aproveito para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração. — **João Eduardo Cerdeira de Santana**, Ministro de Estado da Infra-Estrutura. PRES-459/91

Rio de Janeiro, 14-8-91

Exmº Sr.

Dr. Armando Ribeiro de Araújo
DD. Secretário Nacional de Energia
Ministério da Infra-Estrutura
Brasília — DF

Senhor Secretário,

Em resposta ao expediente de V. Exª (Nota Minfra/SNE nº 463/91, de 19-7-91), encaminhamos minuta de resposta ao Senador Dirceu Carneiro, a respeito dos títulos mobiliários e propriedades imobiliárias da Fundação Petrobrás de Seguridade Social — PETROS.

Sendo o que nos apresenta no momento, aproveitamos a oportunidade para renovar a V. Exª os protestos de nossa mais elevada consideração. — **Alfeu de Melo Valença**, Presidente.

Exmº Sr.

Senador Dirceu Carneiro
MD. Primeiro Secretário
Senado Federal
Brasília — DF

Senhor Senador,

Em resposta ao expediente de V. Exª (SM/nº 746, de 1º-7-91), referente ao Requerimento nº 336/91 do Senador Eduardo Suplicy, o qual solicita informações sobre os títulos mobiliários e propriedades imobiliárias de fundos de previdência ligados a empresas estatais, informamos que no Anexo I — Composição do Patrimônio, está demonstrada a composição do patrimônio da Petros em 31-12-90 e 31-5-91, com a devida descrição dos seus investimentos.

2. Esclarecemos que tendo em vista a falta de divulgação até a presente data, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, referente ao mês de junho de 1991, estamos impossibilitados de fornecer as informações concernentes à posição em 31-6-91.

3. As operações imobiliárias realizadas pela Petros no exercício de 1990 e 1º semestre de 1991 estão ilustradas no Anexo II.

4. Quanto a intermediação das transações imobiliárias, informamos que todas as operações de compra e venda de imóveis realizadas pela Petros são efetuadas diretamente com o vendedor e comprador final.

5. Certos de termos fornecido as informações necessárias, renovamos a V. Exª nossos protestos de estima e consideração. — **João Santana**, Ministro de Estado da Infra-Estrutura. Anexos:

I — Composição do Patrimônio da Petros

II — Transações Imobiliárias realizadas pela Petros

ANEXO I

COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA FETROS

1 - POSIÇÃO EM 31/12/90 (CR\$ MIL)

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
Disponível	12.150	Exigível de Investimentos	541.143
Investimentos	170.161.118	Títulos e Valores Mobiliários	36.333
OFND	16.262.218	Investimentos Imobiliários	544.810
OE	1.158.191	Outras Exigibilidades	3.723.606
Mercado Aberto	5.456.574	Exigível Alvarial	156.770.437
Depósitos a Prazo	12.059.689	Resultado Futuro	16.818.066
Debêntures	14.904.690		177.893.302
Letras Hipotecárias	11.609.808		
Ações	23.409.144		
Empréstimos	374.112		
Imóveis	48.765.598		
Operações com Patroc.	18.731.248		
Outro	14.136.888		
Cruzados Novos Relidos	3.292.658		
Realizável	7.589.360		
Permanente	112.786		
Resultado Futuro	17.888		
	177.893.302		

2 - POSIÇÃO EM 31/05/91 (CR\$ MIL)

<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
Disponível	19.432	Exigível	49.064.577
Realizável	382.877.289	Programa Previdencial	4.923.439
Programa Previdencial	5.893.962	Programa Administrativo	1.903.826
Programa Administrativo	1.579.153	Programa Investimentos	33.237.312
Programa Investimentos	375.404.174	Mercado Acionário	4.767
OFND	26.944.380	Mercado Imobiliário	1.181.693
OE	1.833.080	Contingências Fiscais	32.138.847
Depósitos a Prazo	41.419.992	Reservas Técnicas	343.031.024
Debêntures	41.621.418		383.095.601
Letras Hipotecárias	19.792.404		
Ações	98.774.292		
Empréstimos	922.360		
Imóveis	95.856.029		
Operações com Patroc.	18.364.899		
Outro	24.200.690		
Cruzados Novos Relidos	5.674.630		
Resultado Futuro	198.880		
	383.095.601		

TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS - REALIZADAS PELA PETROS

TRANSAÇÃO	DATA	IMÓVEL	PREÇO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
compra	12/01/90	Sede da Lin da Cunha - Campinas	NCz\$ 119.982.750,00	à Vista
compra	05/02/90	Rodoviário Liderbrás - São Paulo	NCz\$ 56.276.987,00	à Vista
compra	22/02/90	Loja Tendiudo - Salvador	NCz\$ 100.360.750,00	à Vista
compra	15/03/90	Shopping Igualeni (Participação de 24,86%)	NCz\$ 461.532.330,00	à Vista
compra	30/05/90	Hiper Center Casa Forte (Participação de 76%)	Cr\$ 1.767.715.379,00	Cr\$ 80.199.154,00 no ato e saldo em 8 parcelas
compra	22/08/90	5 apt's Rua Ibiluruna - Rio de Janeiro	Cr\$ 45.000.000,00	Permuta com o Terreno Rua Rosa e Silva
venda	22/08/90	Terreno Rua Rosa e Silva - Rio de Janeiro	Cr\$ 45.000.000,00	Permuta com os apt's Rua Ibiluruna
compra	21/12/90	Shopping Vitória (Participação de 20%)	Cr\$ 1.760.810.472,00	Cr\$ 403.877.956,00 no ato e saldo em 24 parcelas
compra	12/03/91	Shopping Del Rey (Participação de 15%)	Cr\$ 2.622.795.291,00	60% no ato, 30% em 6 parcelas e 10% na entrega
compra	12/03/91	Hiper Bon Marchê (Participação de 20%)	Cr\$ 947.258.562,00	60% no ato, 30% em 6 parcelas e 10% na entrega
compra	26/04/91	5 andares Ed. OAB - Brasília	Cr\$ 1.070.652.000,00	à Vista

Aviso nº 1003

Em 7-8-91

A Sua Excelência o Senhor
Embaixador Marcos Antônio de Salvo Coimbra
DD. Secretário-Geral da
Presidência da República

Senhor Secretário-Geral,

Refiro-me ao Ofício SM nº 747/91 de 1º-7-91, através do qual o Primeiro Secretário do Senado Federal encaminhou cópia do Requerimento de Informações nº 337/91, de autoria do Senhor Senador Eduardo Suplicy, sobre a composição patrimonial das entidades estatais que menciona.

2. A propósito, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, os anexos demonstrativos contendo informações sobre a composição patrimonial dos seguintes fundos de previdência:

Anexo 1 — PREVI/BB-Ofício PRESI-91/607;
Anexo 2 — FUNCEF/CEF-Of. PRESI-093/91;
Anexo 3 — PREVHAB/CEF-OFC-000/1252/91;
Anexo 4 — CAPEF/BNB-DIREP-91/207.

Por oportuno, cumpre-me acrescentar que foi solicitada a oitiva do Banco Central do Brasil, que deverá prestar as informações referentes à composição patrimonial do Centrus, as quais serão imediatamente repassadas a essa Secretaria-Geral.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito. — **Marcelio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

SM/Nº 747

Em 1º de julho de 1991

A Sua Excelência o Senhor
Embaixador Marcílio Marques Moreira
DD. Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planeja-
mento

jv./

Senhor Ministro

Encaminho a Vossa Excelência nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição pedidos de informação do Senhor Senador Eduardo Suplicy contidos no Requerimento nº 337, de 1991, aprovado pela Mesa do Senado Federal e cuja cópia anexo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Senador Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário.

REQUERIMENTO Nº 337, DE 1991

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy
(PT—SP)

Requeiro, na forma do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 50, parágrafo 2º, e 49, inciso X, da Constituição Federal, ao Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento as seguintes informações:

1) Qual a composição do patrimônio e respectivo valor, distinguindo-se a natureza dos títulos mobiliários e propriedades imobiliárias além das disponibilidades em moeda em 31-12-90 e 31-6-91 dos seguintes fundos de previdência administrados pela Direção das entidades estatais relacionadas:

PREVI/BB;
CAPEF/BNB;
FUNCEF/CEF;
CENTRUS/BACEN E
PREVHAB/CEF.

2) Quais foram os imóveis adquiridos e vendidos por tais entidades fechadas de Previdência durante o exercício de 1990 e o primeiro semestre de 1991, os respectivos valores e condições de pagamento efetuados?

3) Quais foram os intermediários das operações de compra e venda acima referidas e os respectivos valores de comissões pagas a título de corretagem?

Justificação

De acordo com o Relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas do Governo da República, o Balanço Geral da União consigna o valor de Cr\$205.387.000.00, a título de "contribuição a entidades fechadas de previdência". No entanto consta, do mesmo relatório, informação do Departamento do Tesouro Nacional de que o volume total de recursos aplicados, pelas estatais patrocinadoras daquelas entidades, atingiu a soma total de Cr\$109.701.734.956,14, quantia significativamente superior ao consignado. Essa quantia torna-se ainda mais curiosa se a compararmos ao valor de Cr\$6.982.219.489,79 referente à aplicação no mesmo item de despesa no exercício de 1989.

Diante do volume crescente de recurso aplicado pelas empresas patrocinadoras nas EFPP, e tendo em vista o enorme patrimônio gerido por essas mesmas entidades, torna-se necessárias as informações acima citadas para que possa o Senado Federal elaborar, de forma consciente e consistente com a

realidade, legislação que permita o controle adequado desses fundos.

Sala das Sessões,
Senador Eduardo Matarazzo Suplicy — (PT — SP)

SM/Nº

Emde de 1991

A Sua Excelência o Senhor
Embaixador Marcílio Marques Moreira
DD. Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planeja-
mento

jv./

Senhor Ministro

Encaminho a Vossa Excelência nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição pedidos de informação do Senhor Senador Eduardo Suplicy contidos no Requerimento nº 337, de 1991, aprovado pela Mesa do Senado Federal e cuja cópia anexo.

aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Aviso nº 859/AL/SG.

21 de agosto de 1991.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Dirceu Carneiro
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência cópia do Aviso nº 1.080, de 14 de agosto de 1991, com os esclarecimentos do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento sobre os quesitos constantes do Requerimento de Informação nº 337, de 1991, de autoria do Senhor Senador Eduardo Suplicy.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. — Marcos Coimbra, Secretário-Geral da Presidência da República.

Aviso nº 1080

14-8-91

A Sua Excelência o Senhor
Embaixador Marcos Antônio de Salvo Coimbra
DD. Secretário-Geral da
Presidência da República

Senhor Secretário-Geral,

Refiro-me ao Requerimento de Informações nº 337/91, de autoria do Senhor Senador Eduardo Suplicy, sobre a composição patrimonial das entidades estatais que menciona.

A propósito, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em aditamento ao Aviso nº 1003, de 7-8-91, as anexas informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Marcílio Marques Moreira, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

PRESI/SUPAR-03188/91

Brasília, DF, 8 de agosto de 1991

Do: Subchefe para Assuntos Parlamentares e de Comunicação Social

A: Ilma. Sra. Eurídice Nóbrega

M.D. Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do
Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

Reportamos-nos à correspondência AAP 913, de 5-7-91, por intermédio da qual V. Sa. encaminhou a esta Instituição o Requerimento de Informações nº 337/91, de autoria do Sr. Senador Eduardo Suplicy, sobre composição patrimonial das entidades de previdência privada fechadas, para manifestação.

2. A propósito, permitimo-nos, a título de colaboração, encaminhar à apreciação de V. Sa. as únicas informações disponíveis neste Banco Central, sobre as entidades de previdência privada mencionadas, que estão representadas por dados constantes dos balanços relativos a dezembro de 1990 (cópia em anexo), com esclarecimento de que outros dados

poderão ser obtidos junto ao Departamento Nacional de Previdência Social e Complementar vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Colocando-nos ao inteiro dispor de V. Sa. para outros esclarecimentos que se façam necessários, subscrevemo-nos Atenciosamente. — José Paulo Bezerra de Souza.

Anexos

SHA/vl

03/mefp/aap91

PT 9982505

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DADOS DA CARTEIRA GERAL

		Cr\$/mil.	
CGC: 00.436.923	SIGLA: FUNCEF	P O S I Ç Ã O	
91374111111111111111	DEZEMBRO/90	MAIO/91	
01-TÍTULOS DO ENDE	56.638	13.020	
02-TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	7.363.376	9.379.773	
03-LIN	0	0	
04-EN	0	0	
05-LFT	0	0	
06-ORRIGACÕES DA CLETROBRAS	3.166.066	4.992.452	
07-TÍTULOS DO ENDE	0	0	
08-TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	253.740	359.838	
09-TÍT. DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADOS	0	0	
10-TÍT. DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICÍPIOS	0	0	
11-LETRAS HIPOTECÁRIAS DA CEF	8.969.507	11.449.305	
12-ACSES - MERCADO A VISTA	16.074.584	59.114.602	
13-ACSES - MERCADO FUTURO / A TERMO	0	0	
14-ACSES - MERCADO DE OPCÕES	0	0	
15-ACSES - MERCADO DE PRICES	0	0	
16-ACSES - CONTA MARGEM	0	0	
17-DEPÓSITOS A PRAZO - CDB	4.701.872	39.136.677	
18-DEPÓSITOS A PRAZO - RDB	6.918.155	5.844.445	
19-DEBENTURES SIMPLES - SIDERBRAS	0	0	
20-DEBENTURES SIMPLES	2.588.220	744.159	
21-DEBENTURES CONVERSÍVEIS-EMP. PRIVADAS	3.108.865	80.507	
22-DEBENTURES CONVERSÍVEIS-EMP. ESTATAIS	8.963.697	33.705.103	
23-CÉDULAS PIGNORATÍCIAS DE DEBENTURES	0	0	
24-LETRAS DE CAMBIO	0	0	
25-CÉDULAS HIPOTECÁRIAS	0	0	
26-TÍTULOS DE CREDITO	0	0	
27-TÍTULOS DE CREDITO	1.625.001	3.608.662	
28-DEPÓSITOS DE POUPIANÇA	0	0	
29-OURO - CONTR. MERCANTIL	2.061.594	3.415.790	
30-TÍTULOS VINCULADOS A VENDAS/RE VENDAS	8.332	0	
31-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (IMÓVEIS)	20.295.430	57.933.673	
32-EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS SIMPLES	268.892	506.237	
33-EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS IMOBIL.	0	0	
34-OUTROS INVSTIMENTOS (PREVIDENCIAIS)	44.371.584	84.567.351	
35-SUB-TOTAL (01+02+03...34+35)	130.744.137	314.851.594	
37-OPERACÕES COM PATROCINADORES	161.812.419	249.830.314	
38-INVESTIMENTOS NÃO PREVIDENCIAIS	53.068	411.238	
39-TOTAL GERAL (36+37+38)	295.609.624	565.093.146	

DEBÊNTURAS DE EMPREENHABILIDADE PRIVADA
DEBÊNTURAS DE EMPREENHABILIDADE PRIVADA

Cr\$/ml

Cód. 00.580.571		SIGLA: CENTRUS BC I		P O S I Ç Ã O	
DISCRIMINAÇÃO		DEZEMBRO/90		MAIO/91	
01-DISPONÍVEL		1.005		7.189	
02-OFND		61347.998		10.534.744	
03-LTN		0		0	
04-DTN		0		0	
05-LFT		0		9.076.052	
06-OBRIGAÇÕES DA ELETRORBRAS		0		0	
07-TÍTULOS DO BNDES		840.186		1.406.160	
08-TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA		518.202		953.824	
09-TÍT. DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADOS		2.038.335		3.451.558	
10-TÍT. DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICÍPIOS		0		0	
11-LETRAS HIPOTECÁRIAS DA CEF		0		0	
12-ACÇÕES - MERCADO A VISTA		8.188.409		-39.183.622	
13-ACÇÕES - MERCADO FUTURO / A TERMO		0		0	
14-ACÇÕES - MERCADO DE OPCÕES		0		9.700	
15-ACÇÕES - MERCADO DE ÍNDICES		0		0	
16-ACÇÕES - CONTRA MARGEM		0		0	
17-DEPÓSITOS A PRAZO - CEF		0		339.764	
18-DEPÓSITOS A PRAZO - CEF		6.832.577		24.254.244	
19-DEPÓSITOS A PRAZO - CEF		0		0	
20-DEBÊNTURAS SIMPLES		1.121.874		147.708	
21-DEBÊNTURAS CONVERSÍVEIS-EMP. PRIVADAS		499.258		870.492	
22-DEBÊNTURAS CONVERSÍVEIS-EMP. ESTATAIS		5.082.904		5.511.325	
23-CÉDULAS PIGNORATÍCIAS DE DEBÊNTURAS		0		0	
24-LETRAS DE CÂMBIO		0		0	
25-CÉDULAS HIPOTECÁRIAS		0		0	
26-LETRAS HIPOTECÁRIAS		0		0	
27-LETRAS IMOBILIÁRIAS		0		0	
28-FUNDOS MÓTUOS DE INVESTIMENTO		460.721		306.664	
29-DEPÓSITOS DE POUPANÇA		0		0	
30-OURO - CONF. MERCANTIL		324.664		546.072	
31-TÍTULOS VINCULADOS A VENDAS/REVENDAS		0		0	
32-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (IMÓVEIS)		12.300.447		22.230.588	
33-EMPRESTÍMOS/FINANCIAMENTOS SIMPLES		1.306.682		1.959.883	
34-EMPRESTÍMOS/FINANCIAMENTOS IMOBIL.		6.182.429		11.744.117	
35-OUTROS INVESTIMENTOS (PREVIDENCIAIS)		28.286.242		48.689.854	
36-SUB-TOTAL (01+02+03...34+35)		80.338.888		181.722.008	
37-OPERACÕES COM PATROCINADORES		2.161		2.161	
38-INVESTIMENTOS NÃO PREVIDENCIAIS		0		0	
39-T O T A L G E R A L (36+37+38)		80.341.049		181.724.169	

ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
DADOS DA CARTEIRA MENSAL

		Cr\$ mil	
Código: 07.253.170		SIGLA: CAPEF	
DISCRIMINAÇÃO		P O S I Ç Ã O	
		DEZEMBRO/90	MAIO/91
01-DISPONÍVEL	1	0	0
02-OFIMD		1.248.568	2.066.036
03-LTN		0	0
04-BTN		0	0
05-LET		0	0
06-OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO		0	0
07-TÍT. DA DIVIDA PÚBLICA ESTADOS		0	0
08-TÍT. DA DIVIDA PÚBLICA MUNICÍPIOS		0	0
09-LETRAS HIPOTECÁRIAS DA CEF		0	0
10-AÇÕES - MERCADO A VISTA		3.784.435	23.668.736
11-AÇÕES - MERCADO FUTURO / A TERMO		0	0
12-AÇÕES - MERCADO DE OPÇÕES		0	0
13-AÇÕES - MERCADO DE ÍNDICES		0	0
14-AÇÕES - CONTA MARGEM		0	0
15-DEPÓSITOS A PRAZO - CDB		1.770.623	3.076.275
16-DEPÓSITOS A PRAZO - RDB		475.545	0
17-DEBÊNTURES SIMPLES - SIDERBRAS		0	0
18-DEBÊNTURES SIMPLES		833.946	1.128.415
19-DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS-EMP. PRIVADAS		438.987	826.033
20-DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS-EMP. ESTATAIS		2.321.905	1.772.042
21-CADULAS PIGNORATÍCIAS DE DEBÊNTURES		0	0
22-CADULAS DE LÂMBDO		0	0
23-CADULAS HIPOTECÁRIAS		0	0
24-CADULAS FUNDIÁRIAS		177.362	431.504
25-OUTROS TÍTULOS		0	0
26-FUNDOS MÚTUOS DE INVESTIMENTO		796.141	2.320.235
27-DEPÓSITOS DE POUQUANCA		0	0
28-OURO - CONTR. MERCANTIL		1.155.746	2.179.678
29-TÍTULOS VINCULADOS A VENDAS/RE VENDAS		0	0
30-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (IMÓVEIS)		6.287.367	30.063.746
31-EMPRESTÍMOS/FINANCIAMENTOS SIMPLES		872.672	2.288.317
32-EMPRESTÍMOS/FINANCIAMENTOS IMOBIL.		764.196	1.862.300
33-OUTROS INVESTIMENTOS (PREVIDENCIAIS)		687.615	1.108.131
34-SUB-TOTAL (01+02+03....34+35)		21.615.108	72.791.448
35-RESERVAS COM PATROCINADORES		0	0
36-INVESTIMENTOS NÃO PREVIDENCIAIS		0	0
37-TOTAL GERAL (36+37+38)		21.615.108	72.791.448

ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
DADOS DA CARTEIRA MENSAL

		Cr\$/mil	
POSICÃO			
	DEZEMBRO/90	MAIO/91	
01-DISPONÍVEL	59.808	138.356	
02-OFNO	1.749.257	2.883.983	
03-LTN	0	0	
04-RTM	0	0	
05-LFT	515.103	901.711	
06-DEBITOS DA LEEIROBRAS	181.150	300.141	
07-TÍTULOS DO BNDES	0	0	
08-TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	0	0	
09-TÍT. DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADOS	0	0	
10-TÍT. DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICÍPIOS	0	0	
11-LETRAS HIPOTECÁRIAS DA CEF	1.121.658	1.905.663	
12-AÇÕES - MERCADO A VISTA	2.878.982	10.946.127	
13-AÇÕES - MERCADO FUTURO / A TERMO	0	0	
14-AÇÕES - MERCADO DE OPÇÕES	0	0	
15-AÇÕES - MERCADO DE ÍNDICES	0	0	
16-AÇÕES - CONTRA INDEX	0	0	
17-DEPÓSITOS A PRAZO - CDB	0	0	
18-DEPÓSITOS A PRAZO - RDB	0	0	
19-DEBENTURES SIMPLES - SIDERBRAS	0	0	
20-DEBENTURES SIMPLES	2.022.081	3.392.258	
21-DEBENTURES CONVERSÍVEIS-EMP. PRIVADAS	81.472	134.988	
22-DEBENTURES CONVERSÍVEIS-EMP. ESTATAIS	0	0	
23-CÁDULAS FIDUCIÁRIAS DE DEBENTURES	0	0	
24-LETRAS DE CâMBIO	0	0	
25-CÁDULAS HIPOTECÁRIAS	0	0	
26-LETRAS HIPOTECÁRIAS	0	0	
27-LETRAS IMOBILIÁRIAS	0	0	
28-FUNDOS DE INVESTIMENTO	29.660	209.564	
29-FUNDOS DE POUANÇA	0	0	
30-OURO - CONTR. MERCANTIL	640.055	1.026.044	
31-TÍTULOS VINCULADOS A VENDAS/RENDAS	159.870	0	
32-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (IMÓVEIS)	7.725.657	12.980.620	
33-EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS SIMPLES	0	0	
34-EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS IMOBIL.	0	0	
35-OUTROS INVESTIMENTOS (PREVIDENCIAIS)	1.004.785	2.013.283	
36-SUB-TOTAL (01+02+03....34+35)	18.169.546	36.832.738	
37-OPERAÇÕES COM PATROCINADORES	0	0	
38-INVESTIMENTOS NAO PREVIDENCIAIS	0	0	
39-TOTAL GERAL (36+37+38)	18.169.546	36.832.738	

FUNDAÇÕES E FUNDOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
DADOS DA CARTEIRA MENSAL

		Cr\$/mil	
		DEZEMBRO/90	ABRIL/91
0001 33.754.462	SIGLA: PREVI. I	P O S I C X O	I
DISCRIMINAÇÃO	I	DEZEMBRO/90	I
01-DISPONÍVEL		37	419
02-OFER		50.230.469	76.570.490
03-CTH		0	0
04-PTH		0	0
05-LEF		95.898.410	78.593.334
06-OPERAÇÕES DE CREDITAÇÃO		113.705	248.762
07-OPERAÇÕES DE CREDITAÇÃO		0	0
08-OPERAÇÕES DE CREDITAÇÃO		0	0
09-OPERAÇÕES DE CREDITAÇÃO		0	0
10-OPERAÇÕES DE CREDITAÇÃO		0	0
11-LETRAS HIPOTECÁRIAS DA CEF		19.112.924	30.500.325
12-AÇÕES - MERCADO À VISTA		85.757.131	246.607.952
13-AÇÕES - MERCADO FUTURO / A TERMO		0	0
14-AÇÕES - MERCADO DE OPÇÕES		0	0
15-AÇÕES - MERCADO DE ÍNDICES		0	0
16-AÇÕES - CONTA MARGEM		0	0
17-DEPÓSITOS A PRAZO - CDB		7.778.182	57.937.196
18-DEPÓSITOS A PRAZO - RDB		0	45.179.977
19-DEPÓSITOS SIMPLES - SIDERBRAS		11.468.226	18.793.803
20-DEPÓSITOS SIMPLES		5.830.307	9.455.722
21-DEPÓSITOS COMISSÍVEIS-EMP. PRIVADAS		1.306.829	3.696.872
22-DEPÓSITOS COMISSÍVEIS-EMP. ESTATAIS		37.777.040	57.741.717
23-CÉDULAS FIDUCIÁRIAS DE DEBENTURES		0	0
24-LETRAS DE CÂMBIO		0	0
25-CÉDULAS HIPOTECÁRIAS		0	0
26-LETRAS HIPOTECÁRIAS		10.266.421	13.561.320
27-LETRAS IMOBILIÁRIAS		0	0
28-FUNDOS MÚTUOS DE INVESTIMENTO		2.083.380	4.771.631
29-DEPÓSITOS DE POUPANÇA		0	0
30-OURO - CONTR. MERCANTIL		10.134.490	15.803.992
31-TÍTULOS VINCULADOS A VENDAS/REVENIDAS		0	0
32-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (IMÓVEIS)		61.904.103	129.933.083
33-EMPRESTÍMOS/FINANCIAMENTOS SIMPLES		4.365.267	0
34-EMPRESTÍMOS/FINANCIAMENTOS IMOBIL.		42.421.279	101.643.033
35-OUTROS INVESTIMENTOS (PREVIDENCIAIS)		60.333.868	97.368.984
36-SUB-TOTAL (01+02+03....34+35)		506.692.156	988.408.612
37-OPERAÇÕES COM PATROCINADORES		0	0
38-INVESTIMENTOS NÃO PREVIDENCIAIS		0	0
39-T O T A L G E R A L (36+37+38)		506.692.156	988.408.612

AVISO nº 1.003

Em 7-8-91

A Sua Excelência o Senhor
Embaixador Marcos Antônio de Salvo Coimbra
DD. Secretário-Geral da
Presidência da República

Senhor Secretário-Geral,

Refiro-me ao Ofício SM nº 747/91 de 1º-7-91, através do qual o Primeiro Secretário do Senado Federal encaminhou cópia do Requerimento de Informações nº 337/91, de autoria do Senhor Senador Eduardo Suplicy, sobre a composição patrimonial das entidades estatais que menciona.

2. A propósito, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, os anexos demonstrativos contendo informações sobre a composição patrimonial dos seguintes fundos de previdência:

- Anexo 1 — PREVI/BB-Ofício PRESI-91/607;
- Anexo 2 — FUNCEF/CEF-Of. PRESI-093/91;
- Anexo 3 — PREVHAB/CEF-OFC-000/1252/91;
- Anexo 4 — CAPEF/BNB-DIREP-91/207

Por oportuno, cumpre-me acrescentar que foi solicitada a oitiva do Banco Central do Brasil, que deverá prestar as

informações referentes à composição patrimonial do Centrus, as quais serão imediatamente repassadas a essa Secretaria-Geral.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu profundo respeito. — **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

SM/Nº 747

Em 1º de julho de 1991

A Sua Excelência o Senhor

Embaixador Marcílio Marques Moreira

DD. Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento

Senhor Ministro

Encaminho a Vossa Excelência nos termos do disposto no art. 50, § 270 da Constituição pedidos de informação do Senhor Senador pela Mesa do Senado Federal e cuja cópia anexo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Senador **Dirceu Carneiro**, Primeiro Secretário.

REQUERIMENTO Nº 337, DE 1991

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

(PT — SP)

Requeiro, na forma do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 50, § 2º, e 49, inciso X, da Constituição Federal, ao Senhor Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento as seguintes informações:

1) Qual a composição do patrimônio e respectivo valor, distinguindo-se a natureza dos títulos mobiliários e propriedades imobiliárias, além das disponibilidades em moeda em 3-12-90 e 31-6-91, dos seguintes fundos de previdência administrados pela direção das entidades estatais relacionadas:

PREVI/BB;

CAPEF/BNB;

FUNCEF/CEF;

CENTRUS/BACEN; e

PREVHAB/CEF.

2) Quais foram os imóveis adquiridos e vendidos por tais entidades fechadas de Previdência durante o exercício de 1990 e o primeiro semestre de 1991, os respectivos valores e condições de pagamento efetuados?

3) Quais foram os intermediários das operações de compra e venda acima referidas e os respectivos valores de comissões pagas a título de corretagem?

Justificação

De acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas do Governo da República, o Balanço Geral da União consigna o valor de Cr\$205.387.000,00, a título de contribuição a entidades fechadas de previdência. No entanto consta, do mesmo relatório, informação do Departamento do Tesouro Nacional de que o volume total de recursos aplicado, pelas estatais patrocinadoras daquelas entidades, atingiu a soma total de Cr\$109.701.734.956,11, quantia significativamente superior ao consignado. Essa quantia torna-se ainda mais curiosa se a compararmos ao valor de Cr\$6.982.219.489,79 referente à aplicação no mesmo item de despesa no exercício de 1989.

Diante do volume crescente de recurso aplicado pelas empresas patrocinadoras nas EFPP, e tendo em vista o enorme

patrimônio gerido por essas mesmas entidades, tornam-se necessárias as informações acima citadas para que possa o Senado Federal elaborar, de forma consciente e consistente com a realidade, legislação que permita o controle adequado desses fundos.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar (PDT — Ma. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. presidente, Srs. Senadores, convictos de que a data merece nossa homenagem e menção, aqui fazemos o registro do aniversário de fundação da cidade de São Luís.

Quando os franceses invadiram o Maranhão, na Ilha de Upaon-Aco dos índios Tupinambas, nasceu São Luís do Maranhão.

A cidade que foi fundada por franceses cresceu e edificou-se, com a participação de nossos índios; tratados com respeito e carinho pelos franceses, e recebeu, também, a contribuição dos nossos negros. Mas tarde, expulsos os invasores, a cultura portuguesa deixou, com seus azulejos, a marca de sua presença em São Luís.

Fundada em 8 de setembro de 1612, São Luís foi elevada a categoria de vila em 1621 e passou a cidade em 1677.

Dessa cidade de São Luís, de lá até então, chamada dos azulejos ou atenas brasileira, o importante é contar-se a contribuição que dela veio para a cultura do País e para as nossas tradições.

Da Ilha de São Luís a história do Brasil registra feitos heróicos de brava gente comprometida com o civismo e com a defesa da pátria.

Da Ilha de São Luís a cultura brasileira recebeu contribuições inestimáveis de historiadores, dramaturgos e poetas.

Da Ilha de São Luís o folclore brasileiro conta as lendas e tradições ricas de imaginação e relatos pitorescos.

É nessa cidade de São Luís que a cultura nacional, em seus elementos mais representativos — o índio e o negro — se revela forte e altaneira até os dias de hoje. Quer no artesanato, quer nas danças ou na culinária maranhense.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, homens e ideais fizeram essa cidade; desde seu nascimento até agora, em sua evolução histórica, e assim, acreditamos, será São Luís para sempre.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Affonso Camargo — Sr. Presidente, pelo a palavra para uma comunicação, como líder.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Affonso Camargo, como líder.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PTB — PR. Como Líder para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para não deixar sem registro nos Anais, vou ler um artigo publicado, hoje, na **Folha de S. Paulo** pelo jornalista Josias de Sousa, de um realismo que a mim impressionou, sob o título "Ingovernável ou desgobernado".

Brasília — sociedade dócil, Congresso de portas abertas, Judiciário de escaninhos cheios, empresas operando apesar do governo, militares nos quartéis... O

Brasil está longe de se parecer com o país ingovernável que foi pintado em Brasília, semana passada.

O problema brasileiro não atende pelo nome de ingovernabilidade. Seu verdadeiro nome é desgoverno. No comando de uma equipe que mescla a erudição de Marcílio com as construções gramaticais pouco ortodoxas de Magri, a sobriedade de Passarinho com o instrionismo de Lutzenberg, a visão cosmopolita de Goldemberg com o perfil paroquial de Margarida, Collor conseguiu a façanha de girar em círculos durante 18 meses.

Como cachorro que corre atrás do próprio rabo, o governo acabou por se afundar na própria trilha. Collor não precisou dos inimigos. Liquidou sozinho seu próprio governo.

Com o cadastro político pouco conhecido, Collor teve uma montanha de votos na eleição presidencial. Subiu a rampa do Planalto com o crédito no espaço. Nessa época, julgava-se capaz de gerenciar o País sozinho. Hoje, bate às portas dos partidos políticos, governadores e sindicatos. Isolado e desacreditado, procura avalistas políticos.

Collor não pode se queixar da vida. Baixou dois planos econômicos. Ambos foram aprovados pelo Congresso. Apesar de arranhar a Constituição, o confisco de cruzados durou o tempo que o governo julgou necessário. Sem vínculo com partidos o presidente retirou da própria cartola todos os seus ministros de Estado. Com a mesma liberdade, defenestrou os auxiliares que quis, no instante que julgou mais conveniente.

O País não é, portanto, ingovernável. Está apenas sendo administrado com incompetência. O Collor moderno da campanha eleitoral se perdeu nas entranhas da "República de Alagoas" que instaurou no País. O presidente paladino da moralidade foi sugado por um redemoinho de denúncias que cobriam de sombras até mesmo a Casa da Dinda.

Num ambiente assim, ou o país sabia Collor, ou Collor acaba com o País. O Brasil já amadureceu a ideia de que é preciso tecer um cordão de entendimento, para içar Collor do buraco em que se meteu. Resta saber se Collor está convencido de que entendimento pressupõe divisão de poder.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Está de volta ao primeiro plano das discussões políticas o tema do entendimento nacional. Quem, mais uma vez, o deflagra é o Presidente Fernando Collor de Mello. E o que o move é, agora como antes, o superior interesse público. Curiosamente, nesse círculo vicioso de repetições, tão comum na política brasileira dos últimos anos, a tese é novamente bombardeada pelos mesmos personagens, em nome dos mesmos interesses menores de sempre.

O Brasil está em crise — e em grave crise. Não há, seguramente, quem o ignore. Também não é preciso dizer que a crise que aí está não é conjuntural, de circunstância. Não foi produzida pelo Governo do Presidente Fernando Collor de Mello. Muito pelo contrário: deita suas raízes no passado deste País, sendo, inclusive, fruto da acumulação obstinada

de erros históricos — erros políticos, econômicos, administrativos e morais.

Vejamos, a propósito, alguns números eloquentes, colhidos pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais do Rio de Janeiro, em 1989, antes, pois, da posse do atual Governo. Ostentando o 10º PIB do mundo, o Brasil pula para o 52º lugar — abaixo de países como Argélia, Trindade e Tobago, Panamá e Malásia — quando esse PIB é dividido **per capita**.

Em termos educacionais, em dados que igualmente precedem o atual Governo, é o Brasil o 74º (septuagésimo quarto) colocado, na tabela do Banco Mundial, abaixo de países como Gana, Tunísia, Zaire ou Zimbábue.

Quanto à distribuição de renda, o Presidente Collor assumiu o poder encontrando o Brasil simplesmente no último lugar da classificação mundial. Os números são eloquentes: o 1º mais rico tem acesso a 13% da renda — mesma parcela que cabe aos 50% mais pobres. Os 10% mais ricos recebem 50,6% da renda enquanto os 20% mais pobres recebem 2%. São dados do mesmo Instituto de Estudos Políticos do Rio de Janeiro, colhidos no final do governo passado.

Vejamos, pois, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a crise vem de longe. Não foi fabricada pelo atual Governo. Ao contrário. O Presidente Fernando Collor de Mello elegeu-se porque demonstrou, nos dois turnos da eleição, que dispunha de um desenho e coerente programa contra a crise, capaz de, em prazo relativamente curto, reduzir desníveis e sanear a economia. Consiste, o seu programa, em modernizar a economia, reduzindo a ação do Estado àqueles setores em que é insubstituível — saneamento, saúde pública, segurança, meio-ambiente etc. —, retirando-o de setores onde a iniciativa privada, movida pela competitividade e pela **performance**, mostra-se mais eficaz.

O Presidente entende que tudo o mais, inclusive o velhíssimo problema da corrupção, decorre daí, dessa exacerbação do papel do Estado. Quanto mais Estado, mais corrupção — e menos eficiência. Se os exemplos domésticos são insuficientes, examinemos, com isenção, a trágica e recém-fimada experiência dos países que abraçaram o socialismo. Nenhum deles conseguiu ingressar no Primeiro Mundo, nem mesmo a União Soviética, cuja condição de potência refere-se apenas à sua pujança bélica. No mais, exhibe padrões de Terceiro e Quarto Mundo. E hoje, na obstinada determinação de corrigir esse desvio histórico de rota, busca abrir sua economia e adotar os pressupostos da livre iniciativa, que também atende pelo nome de capitalismo. Em nome dessa causa, o povo russo acaba de dar ao mundo exemplo de tenacidade e heroísmo, derrotando um golpe reacionário do *ancien régime*.

Mas voltemos ao Brasil.

A distorção que hoje temos é simples: o Estado brasileiro não está onde devia — na segurança e saúde pública, por exemplo. E está onde não deve — arbitrando salários, aluguéis, regulamentando a economia. Essas deformações, como já dissemos, não foram fabricadas da noite para o dia. Como já dizia, em seu genial sarcasmo, o escritor Nelson Rodrigues, "subdesenvolvimento não se improvisa: é obra de muitos séculos".

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Concedo o aparte ao nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Odacir Soares, estou — como toda a Casa — com a atenção voltada para o discurso que profere, e que significa, também, um gesto

da Bancada de V. Ex^a para com o Presidente da República. Na realidade, nobre Senador, o povo brasileiro não culpa o Presidente Fernando Collor pela situação em que se encontra o País. Todos sabemos que as nossas dificuldades já eram imensas antes da sua posse. O que o povo esperava do Presidente da República era que cumprisse as promessas feitas; que tornasse o Estado moderno; que governasse numa democracia, e não em um presidencialismo imperialista; era que os escândalos — dos quais Sua Excelência tanto se utilizou para denegrir o Governo anterior — parassem na sua administração; que o diálogo sugerido, realmente, se efetivasse, mas, o Presidente Fernando Collor se isolou, escolheu um Ministério do tamanho dos seus sonhos — que são muito pequenos, pelo que está parecendo ao País, e à percepção acurada do povo. Assim, respeito o pronunciamento de V. Ex^a. Acredito que, para todos que fazemos política e que temos assento nesta Casa, é chegado o momento da reflexão, de pensarmos neste País e na solução dos seus problemas.

Não acreditamos, Senador, com a devida vênia de V. Ex^a que de parte do Presidente Fernando Collor exista um mínimo de intenção de, realmente, encontrar esses caminhos que desejamos. Obrigada a V. Ex^a

O SR. ODACIR SOARES — Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, mas quero, apenas, dizer-lhe o seguinte: o Presidente tem procurado cumprir, com rigor, o seu programa de campanha. E, na forma das atribuições que tem o Poder Executivo, tão logo assumiu o Governo, baixou, no âmbito da sua competência originária, os atos que lhe cabiam para modernizar este País.

Em seguida, encaminhou ao Congresso Nacional uma série de projetos de lei, baixou uma série de medidas provisórias que foram transformadas em leis, com o objetivo único e exclusivo de modernizar o Brasil.

Agora V. Ex^a mesmo é testemunha das dificuldades encontradas no seio da sociedade, como um todo. Veja-se, por exemplo, o programa de privatização que o Governo definiu como sendo uma das metas prioritárias para essa modernização da sociedade e a retirada do Estado brasileiro da iniciativa privada, no caso específico.

Esse processo de privatização da Usiminas, por exemplo, e de duas outras empresas menores, uma em Petrópolis e outra não me lembro onde, vinha encontrando dificuldades em setores que ainda não se conscientizaram da importância que tem para o Brasil essa saída do Estado em relação à economia e daquelas atividades que podem ser desempenhadas com mais eficiência pela iniciativa privada.

Hoje, de manhã, eu conversava, por exemplo, com outro político, sobre essa série de atos que o Governo baixou o programa de desregulamentação da economia. O Governo procurou acabar com uma série de monopólios, o do gás, o de transporte de combustível, com o do cimento, inclusive procurando democratizar o seu transporte, por exemplo, que estava nas mãos dos produtores. Enfim, o fato é que a sociedade ainda tem muito arraigada em si mesmo esses hábitos e esses costumes.

Por outro lado, nós temos um empresariado, lamentavelmente feudal, que corresponde a 5% da sociedade brasileira, que detém 90% da riqueza nacional e que não quer abrir mão dos seus privilégios e dos negócios que vem fazendo neste País desde o seu descobrimento.

Penso que o entendimento nacional passa, necessariamente, por um processo de conscientização desses 5% do

povo brasileiro que detém 90% da riqueza e da renda nacional. Porque não adianta nós, Senadores e Deputados, sindicatos de empregados, por exemplo, chegarmos a uma mesa-redonda e acertarmos uma série de providências e de medidas, se os detentores da riqueza nacional não estiverem dispostos a abrir mão dos privilégios que possuem nem da riqueza que concentraram nos últimos anos, contra os interesses nacionais. Se isso não for feito, vamos chegar a nada, como tem acontecido nos últimos anos, pois essa não é a primeira vez que se fala em entendimento e em acordo nacional, com o objetivo de reduzir a inflação, os desníveis regionais e as diferenças pessoais. Penso que o Presidente vem cumprindo com os seus compromissos. A sociedade brasileira não poderia estar mais democratizada do que no presente, pois vem vivendo um processo de democratização e de transparência.

Essas discussões, esse contraditório que se introduziu na sociedade brasileira, no Governo Collor, resultantes, inclusive, da nova Constituição, é exemplo vivo de que o Brasil se abre para o debate, para a discussão e para a transparência, porque toda vez que se exacerba o contraditório, a sociedade se democratiza e se torna transparente. É a minha opinião acerca, inclusive, do aparte de V. Ex^a sob diversos ângulos.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Odacir Soares, antes que V. Ex^a retome o texto, e não querendo tumultuar o seu discurso, mas duas coisas me chamaram atenção no seu pronunciamento primeiro, quando V. Ex^a se referiu a determinadas forças que estavam contestando o entendimento, e não nominou que forças seriam essas. Diante do pronunciamento que estamos ouvindo, fico me perguntando quais seriam essas forças ocultas que estariam contestando essa vontade do entendimento manifestada por diversas forças políticas, por segmentos econômicos e sindicatos. Permita-me, com o devido respeito, mas creio que V. Ex^a está enveredando por um maniqueísmo debitando ao resto da Nação tudo o que está acontecendo de grave no País, preservando assim o Presidente da República de toda e qualquer culpa.

O SR. ODACIR SOARES — Eu não pretendi culpar a Nação; acho exatamente que a maioria dela tem que ficar de fora da perda generalizada que as elites brasileiras convencionalizaram dizer que a Nação tem que passar. Penso que 90% do povo brasileiro não pode ter perda alguma em qualquer processo, em qualquer projeto de entendimento nacional, quem tem que ganhar menos são as elites — e V. Ex^a sabe disso. Se V. Ex^a compulsar a revista *Exame* vai encontrar as 500 maiores empresas brasileiras de capital nacional e multinacional, e localizar exatamente aqueles que se opõem a qualquer acordo, porque o entendimento passaria pela redução da margem de sua lucratividade, que, ao contrário dos países do Primeiro Mundo, ostenta hoje os maiores índices de lucratividade do Mundo. Nos países do Primeiro Mundo, por exemplo, a lucratividade está em torno dos 15%, tendo, no custo final dos produtos, o salário como o insumo mais elevado. A lucratividade no Brasil está em torno de 50% acima. Enquanto o salário, no caso dos países do Primeiro Mundo, constitui a margem de custo do produto final mais elevada, no Brasil ela não atinge 1%.

Então, se V. Exª desejar saber que forças se opõem a qualquer entendimento, é só verificar, na revista **Exame**, a relação das 500 maiores empresas brasileiras de capital nacional ou multinacional.

Por outro lado, a meu ver — é uma opinião pessoal, posso estar sendo injusto neste momento —, aqueles políticos que fazem oposição ao Presidente Collor não desejam entendimento nenhum. Essa é a grande realidade, tudo o mais é uma grande farsa que se montou. A Oposição entende que, se houver acordo e isso der certo, será o Presidente Collor quem irá faturar os louros dos resultados positivos. E a oposição, maniqueístamente, para usar uma expressão de V. Exª, entende que, se não der certo, ela se beneficiará. Devo ressaltar que essa mesma oposição, recentemente, esteve durante cinco anos no Governo, e, parece-me, as taxas de inflação se elevaram astronômicamente nesse período.

A grande realidade, então, é esta: todos falam em acordos, mas, exceto o Presidente Collor, ninguém o deseja.

V. Exª desejava que eu nominasse essas forças ocultas, eu as estou nominando. A revista **Exame** publicou a relação das 500 maiores empresas brasileiras de capital nacional e multinacional que, a meu ver, não têm interesse em entendimento nenhum. Assim sendo, não vamos sacrificar a grande maioria do povo brasileiro que já vive sacrificada.

Temos que fazer com que esse empresariado feudal se conscientize de que é necessário ganhar menos, de que é necessário um congelamento de preços por iniciativa deles, pelo menos por um ano, para, dentro desse período, o Presidente Collor, o Governo Federal ou o Poder Executivo realizar aquela política mais consentânea com o interesse nacional.

Estamos brincando de gato e rato. A Oposição acena, de um lado e de outro, para sentar-se a grande mesa de entendimento, mas ninguém o faz porque ninguém está disposto a ajudar o Presidente — numa visão derrotista, lamentavelmente — a obter resultados satisfatórios na implementação de uma política que reduza a inflação a taxas suportáveis pela maioria do povo brasileiro e pela Nação.

O Sr. Magno Bacelar — Senador Odacir Soares, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Pois não.

O Sr. Magno Bacelar — Gostaria que V. Exª, com a sua benevolência, me permitisse apenas esclarecer que não é essa a intenção das oposições, ou de qualquer brasileiro que tenha responsabilidade. Quando eu disse que não acreditava na intenção do Presidente — V. Exª o nomina como o único interessado — é porque, logo após o Senhor Presidente da República ter tido uma conversa com o presidente de um partido, o porta-voz da Presidência o dinigre. Sua Excelência disse que o Governo não estava tratando de dar empregos a ninguém e mesmo de mudança de ministérios. Ora, nobre Senador, não gosto de citar problemas pessoais, em respeito, mas não é com atitudes como a do cunhado do Presidente, que atira em quem contesta o Governo, que chegaremos ao entendimento. De forma que, esteja certo que a minha intenção inicial foi prestigiar V. Exª, que abrilhanta o Senado nesta tarde, por seu discurso. Além disso, tentei demonstrar a nossa apreensão para que o Presidente realmente parta para o diálogo, ninguém, em sã consciência, neste País à beira do caos, tem interesse em que o Presidente se dê mal, ou que sejam frustradas as suas intenções para que alguém fature. Nesta altura, nobre Senador, difícil neste País é saber quem sobreviverá à crise.

O SR. ODACIR SOARES — Em nenhum momento pretendia desqualificar — vamos usar essa expressão — o aparte que V. Exª fez e, por outro lado, também não pretendia colocar de maneira radical essa desconfiança, que é totalmente minha. Penso que o Presidente da República está aberto a essa discussão e tem procurado todas as grandes Lideranças nacionais: esteve recentemente com o Deputado Ulysses Guimarães, com o ex-Governador Tasso Jereissati, hoje Presidente Nacional do PSDB; vai encontrar-se, nos próximos dias, com o ex-Governador Orestes Quércia, e tem conversado assiduamente com o Governador Leonel Brizola. De modo que o aprofundamento dessas discussões entre o Presidente da República e as Lideranças nacionais mais expressivas, a meu ver, tem-se realizado.

Acredito que todo esse entendimento passa, necessariamente, por uma redução dos lucros das grandes empresas brasileiras, das grandes empresas multinacionais e do sistema bancário. Não adianta a classe política acertar entendimentos e acordos se congelamos os salários, e as câmaras setoriais diariamente aumentam os preços dos produtos de primeira necessidade. Enquanto o salário do trabalhador é congelado, a câmara setorial aumenta o preço do leite em pó; a câmara setorial aumenta o preço do cimento, a pretexto de que esses preços, nós seus insumos, vêm tendo crescimento.

O entendimento político, que deve ser o coroamento do entendimento econômico, só vai dar certo na medida em que esses 5% do todo nacional, que concentram 90% da riqueza e da renda nacional, se dispuserem a reduzir as suas margens de lucros em benefício do trabalhador e da Nação.

Fora disso, estamos perdendo tempo, porque, lamentavelmente, o entendimento passa pela área econômica. Pretender-se que toda a sociedade brasileira se sacrifique é uma utopia, porque, segundo índices sociais e econômicos, 70 a 80 milhões de brasileiros vivem em estado de pobreza e miséria absoluta. Não é lícito exigir-se dessa parcela majoritária da sociedade brasileira maior sacrifício. É preciso que aqueles 5% a 10% de privilegiados da população brasileira, que concentraram riqueza nos últimos 20 anos às custas da fome do povo brasileiro, conscientizem-se que devem baixar a sua lucratividade, permitindo que o País atinja os níveis de desenvolvimento e de modernidade que todos desejamos.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Com prazer.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Senador Odacir Soares, espero realmente não estar tumultuando a Ordem do Dia e nem o discurso de V. Exª.

O SR. ODACIR SOARES — De modo nenhum, Exª.

O Sr. Garibaldi Alves Filho — Lembro o seguinte: o Presidente está atingindo o alvo errado, porque está exigindo no Emendão sacrifícios de camadas do funcionalismo público, fazendo com que aquelas conquistas obtidas na Constituição sejam revogadas, e V. Exª diz muito bem que, na verdade, o que estaria contribuindo para essa situação que o País atravessa seriam os setores econômicos que se privilegiaram ao longo dos anos. Assim, creio que V. Exª não comunga com muitos pontos que o Presidente propõe no Emendão.

O SR. ODACIR SOARES — A Oposição diz algo na televisão, mas a prática é outra no Congresso Nacional. Ontem, por exemplo, assisti a uma entrevista do ex-Governador

Tasso Jereissati, atual Presidente do PSDB, completamente favorável à extinção da estabilidade do servidor público. S. Ex^a entende que o caminho da modernização do Brasil passa pela extinção da estabilidade. No Congresso Nacional, entretanto, o PSDB pratica outro tipo de comportamento.

Na realidade, é o que ocorre: há um discurso para a televisão, outro para o povo, e aqui no Congresso Nacional atua-se diferentemente. É claro que a sociedade não se vai modernizar, atacando-se apenas esse ou aquele segmento do seu espectro econômico, social ou político. O Presidente da República está propondo um conjunto de modificações.

Outra coisa: o Emendão nada mais é, nada mais será, porque nem ser ele conseguiu ainda, porque não foi encaminhado ao Congresso Nacional. Foi bombardeado no seu nascedouro pelas "forças progressistas" deste País — essas forças progressistas que vão para a televisão e são a favor do fim da estabilidade do servidor público, são a favor da previdência privada e assim por diante — essas forças eliminaram, mataram de morte definitiva o Emendão no seu nascedouro.

Agora, veja bem, numa sociedade como a brasileira, que sai de um período de autoritarismo e que começa a viver o contraditório da democracia, quando o Presidente da República propõe, transparentemente ou corajosamente, ao debate da Nação medidas que, com a responsabilidade que tem, devem ser implementadas para a modernização desta sociedade, eu, como democrata, como Senador, acho que isso é bom para a oxigenação da democracia no nosso País. Mas há setores que acham que é ruim. Há setores que acham que o Presidente, ao fazer isso, está abusando do Congresso Nacional, está agredindo o Congresso Nacional, está agredindo as instituições. É difícil compatibilizar esse entendimento subjetivo dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Mas prossigo, Sr. Presidente. Eu pediria apenas a V. Ex^a um pouco de paciência, para que possa concluir o meu discurso.

O programa de modernização que o Presidente Collor concebeu tem, contra si, um obstáculo: algumas normas constitucionais, de inspiração obsoleta, que impedem a abertura da economia brasileira e a conseqüente reinserção do Brasil na chamada rota dos capitais. Impedem também uma reforma administrativa adequada, na medida em que consagram o instituto da estabilidade do servidor e criam áreas de monopólio da ação do Estado.

Não são, porém, esses os únicos inimigos. Reporto-me, aqui, ao livro "Livro para crescer", um conjunto de propostas modernizantes produzido pela Fiesp e recentemente entregue ao Presidente Collor, como a receita do empresariado nacional contra a crise. Diz, à página 235, o documento:

"A implementação de uma estratégia liberalizante para a economia brasileira choca-se com as centenárias tradições do espontaneísmo e que ainda subsistem em praticamente todos os segmentos da sociedade brasileira — que, como vimos, tem sua base cultural na figura do pai-governo. Por isso, um programa de liberalização que vise à universalização das regras no campo econômico e pretenda elevar o nível de competição e eficiência tende a contrariar os interesses de inúmeros grupos que continuam agarradas ao Estado, vivendo dele ou sonhando com isso.

Dentre esses grupos podem ser destacados:

1. Os empresários que ainda dependem dos mecanismos de proteção e vivem à sombra deles;
2. Os dirigentes de corporações sindicais de empregados ou empregadores, que entendem ter recebido um mandato

para defender — e até estender — a atual proteção às suas bases (...);

3. As próprias burocracias das agências estatais e paraestatais, que operam a regulamentação protecionista e vivem dela, incluindo os agentes das organizações intermediárias, que giram como satélites do aparelho protecionista — lobistas, despachantes, corretores, relações públicas e outros profissionais da "advocacia administrativa";

4. Os políticos que ainda se alimentam de favores clientelistas, assim como aqueles que ideologicamente defendem o ativismo do Estado."

Repito: Trata-se de documento da Fiesp, uma instituição que não tem sido exatamente amena em suas relações com o Governo.

Com tal soma obstáculos, a idéia da modernização reclama a mobilização do conjunto da sociedade. Mesmo que dispusesse maioria no Congresso — o que não é o caso — o Presidente teria enormes dificuldades em empreender sozinho tantas transformações no País. Por isso, quer o pacto, tal como, em circunstâncias diferentes — e, de certa forma, bem mais complexas —, ocorreu na Espanha pós-franquista de meados da década de 70. Lá, num país dividido em múltiplas etnias e com um saldo político de quase meio século de ditadura, de três milhões de mortos na guerra civil dos anos 30, que exilou mais de um milhão, foi possível reunir todas as facções em torno de um projeto comum.

Por que aqui, onde não há traumas de tal porte, não dará certo? O Presidente o deseja fervorosamente. Não propõe cooptação, nem se dispõe ao jogo clientelístico do "dando que se recebe". O entendimento nacional que busca está colocando em alto nível e se inspira na evidência de que é essa a maneira menos traumática e eficaz de proceder às difíceis transformações que a conjuntura brasileira reclama.

A propósito, socorro-me em mais uma citação, para reforçar a idéia do pacto. Seu autor: o cientista social Hélio Jaguaribe; no livro "alternativas para o Brasil"; publicado em 1990, ano da posse do Presidente Collor. Diz ele, a propósito das condições prévias para a modernização do Estado:

"O sistema público brasileiro atingiu limites críticos de deterioração, nas relações entre Estado e sociedade e entre Estado e sistema partidário. Ou o Estado se moderniza aceleradamente, em relação à sociedade civil, ou os setores modernos não terão condições de se expandir e, a relativamente curto prazo, de simplesmente subsistir."

E ainda:

"O conjunto de medidas requeridas para a modernização do Estado não é exequível se não se dispuser de amplo apoio da opinião pública, notadamente pelo fato de tais medidas implicarem profunda transformação do sistema público, com a decorrente exigência de uma correspondente remodelação dos quadros do funcionalismo."

Vejam, pois, que a receita do pacto, do entendimento nacional tem, a seu favor, os melhores autores. O mesmo Hélio Jaguaribe sustenta o pacto como único meio de impedir a ingovernabilidade. E, quanto a isso faz questão de isentar o Presidente Collor. Sua Excelência já assumiu o poder com a casa deteriorada. Seus esforços solitários e a popularidade que indiscutivelmente possui tem impedido que o pior aconteça. Mas, como é evidente, não é possível continuar a enxugar o chão com a torneira aberta. Os problemas brasileiros são

de natureza estrutural. Removê-los, pois, implica afrontar poderosos interesses corporativistas, incrustados na máquina do Estado, bem como enfreitar hábitos culturais arraigados. Não é fácil, mas é indispensável.

A idéia do pacto está presente desde o discurso de posse do Presidente, considerada uma expressiva peça literária em defesa da modernidade. Na introdução de seu Projeto de Reconstrução Nacional (p. 18), o Presidente afirma, com todas as letras:

“É preciso construir o entendimento nacional em torno de propostas globais, que compreendam o sentimento da Nação, evitando a prevalência de interesses corporativistas e concentrando os esforços necessários à reconstrução nacional.”

Ao Presidente Collor não faltam coragem e disposição para esses desafios. Falta-lhe, neste momento, sustentação política adequada. Não se dá um salto dessa altura no escuro. Por isso mais uma vez, ele estende a mão aos partidos, propõe que, em nome de interesse maiores, arquivem-se temporariamente as diferenças e convoca todos ao entendimento.

O emendão, tão bombardeado quanto pouco examinado, é apenas a pauta dos debates. O Govêno não o impôs. Apenas listou temas que julga relevantes e os submeteu aos políticos. E os temas são efetivamente relevantes e urgentes. É possível que um ou outro possam ter tratamento mais adequado ou mesmo devam ser excluídos. Tudo isso, porém, se verá no curso das conversações. O Presidente Collor não descartou nenhuma alternativa. Falou-se em antecipação do plebiscito, da revisão constitucional e, mesmo, da adoção do parlamentarismo. Pessoalmente, me oponho a todas essas teses, mas registro que o Governo Collor não fechou questão sobre tema algum, em seus contatos iniciais com os partidos, quer conversar, pactuar uma saída comum para a crise, de modo a evitar que o Brasil perca mais uma década e entre no Terceiro Milênio pela porta dos fundos.

Não se iludam, senhores: o Brasil vive instante decisivo em sua trajetória. Ou se fazem já as reformas estruturais ou o País se auto condena ao Quarto Mundo. Desafio desse porte nenhum governo, na história contemporânea brasileira, o enfrentou. Os jornais registraram há dias, declaração do veterano Dr. Ulysses Guimarães, de que a crise brasileira é a maior dos últimos 40 anos. E o eminente Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do PSDB ocupou esta tribuna, há alguns dias, para chegar a diagnóstico semelhante e apontar o entendimento como saída pacífica e Nacional para o País.

Este fim de semana, os jornais publicaram entrevista do ex-Governador Tasso Jereissati, Presidente Nacional do PSDB; sustentando igualmente a idéia do entendimento. Manifestações dessa natureza nos tranquilizam e mostram que, apesar de todos os pesares, não se está clamando solidariamente no deserto. A idéia do pacto, felizmente, vem ampliando seus adeptos, o que nos conforta imensamente, já que não resta outra alternativa civilizada para que o Brasil supere a crise e reencontre definitivamente sua vocação de riqueza e prosperidade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Eduardo Suplicy — Epitácio Cafeteira — Iram Saraiva — João Calmon — Júnia Marise — Levy Dias — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Odacir Soares.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 1991 — COMPLEMENTAR

Determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente, mediante permissão do Presidente da República, independente da autorização do Congresso Nacional, nos termos do disposto nos arts. 21, inciso IV, 49, inciso II e 84, inciso XXII, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Poderá o Presidente da República permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, independente da autorização do Congresso Nacional, nos seguintes casos:

I — para a execução de programas de adestramento ou aperfeiçoamento do interesse e sob a coordenação de instituição pública nacional;

II — em visita oficial programada pelos órgãos governamentais, inclusive as de finalidade científica ou tecnológica;

III — para atendimento técnico, nas situações de abastecimento, reparo ou manutenção de navios ou aeronaves estrangeiras;

IV — em missão de busca e salvamento.

Parágrafo único. À exceção dos casos previstos neste artigo, o Presidente da República dependerá da autorização do Congresso Nacional para permitir que forças estrangeiras transitem ou permaneçam no território nacional, quando será ouvido, sempre, o Conselho de Defesa Nacional.

Art. 2º Em qualquer caso, dependendo ou não da manifestação do Congresso Nacional, a permanência ou trânsito de forças estrangeiras no território nacional só poderá ocorrer observados os seguintes requisitos, à exceção dos casos previstos nos incisos III e IV do artigo anterior, quando caracterizada situação de emergência:

I — que o tempo de permanência ou o trecho a ser transitado tenha sido previamente estabelecido;

II — que o Brasil mantenha relações diplomáticas com o país a que pertençam as forças estrangeiras.

III — que a finalidade do trânsito ou da permanência no território nacional haja sido plenamente declarada;

IV — que o quantitativo do contingente ou grupamento, bem como os veículos e equipamentos bélicos integrantes da força hajam sido previamente especificados.

Parágrafo único. Implicará em crime de responsabilidade o ato de autorização do Presidente da República sem que tenham sido preenchidos os requisitos previstos nos incisos deste artigo, bem como quando a permissão não seja precedida da autorização do Congresso Nacional, nos casos em que se fizer necessária.

Art. 3º Verificada hipótese em que seja necessária a autorização do Congresso Nacional para o trânsito ou permanência de forças estrangeiras no território nacional, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

I — o Presidente da República encaminhará mensagem ao Congresso Nacional, que tramitará na forma do projeto de decreto legislativo, instruída com o conteúdo das informações de que tratam os incisos I a IV do artigo anterior.

II — a matéria tramitará em regime de urgência, com precedência sobre qualquer outra na Ordem do Dia que não tenha preferência constitucional.

Art. 4º Para os efeitos desta lei complementar, consideram-se forças estrangeiras o grupamento ou contingente representativo de força armada, militar ou não, bem como o navio, a aeronave e a viatura que pertençam ou estejam a serviço dessas forças.

Art. 5º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Constituição Federal, em seus arts. 21, inciso IV, 49, inciso II e 84, inciso XXII, admite que, em alguns casos, previstos em lei complementar pode o Presidente da República, sem a autorização do Congresso Nacional, permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

Esse preceito já integrou outros textos constitucionais pátrios anteriores, como a Emenda nº 1, de 1969 e as Cartas de 1967 e 1946. Contudo, até onde pesquisamos, o referido dispositivo não chegou a ser regulamentado em nenhuma oportunidade, o que não se justifica, pois se trata de matéria de maior relevância para a soberania e segurança nacional.

O projeto que ora submetemos à apreciação desta Casa, em primeiro lugar especifica as situações em que o Presidente da República pode permitir que forças estrangeiras no território nacional transitem ou permaneçam sem a autorização do Congresso Nacional.

O projeto não poderia deixar de mencionar a necessidade de que se ouça o Conselho de Defesa Nacional, nos termos em que se envolva questão relativa à soberania nacional, nos termos do que dispõe o **caput** do art. 91 da Constituição Federal.

Em seguida estabelece requisitos que, em qualquer caso, devam ser observados para que seja possível o trânsito ou permanência de forças estrangeiras no território nacional, ressaltados os casos de atendimento técnico, nas situações de abastecimento, reparo ou manutenção de navios ou aeronaves estrangeiras, ou em missões de busca e salvamento, quando, em ambos os casos, caracterizada situação emergencial.

A presente proposição define como crime de responsabilidade do Presidente da República a permissão para o trânsito e permanência de forças estrangeiras no território nacional pertencentes a país que não mantenha relações diplomáticas com o Brasil e sem que tenha sido previamente definido o seu tempo de permanência, o trecho a ser transitado, a finalidade do trânsito ou permanência, as especificações sobre o quantitativo do contingente ou grupamento dos veículos e equipamentos bélicos das forças, ou no caso da permissão do Presidente da República sem a autorização do Congresso Nacional, nas hipóteses em que haja necessidade legal dessa autorização.

Estabelece, ainda, os procedimentos a serem seguidos a fim de que o pedido de autorização em questão seja submetido à deliberação das duas Casas do Congresso Nacional, por intermédio de mensagem presidencial que será apreciada na forma do projeto de decreto legislativo, pois esta é a proposição apropriada para a tramitação das matérias da competência exclusiva do Congresso Nacional.

Por derradeiro, o projeto define o que se considera forças estrangeiras, de maneira a abranger, além das forças militares propriamente ditas, qualquer força armada, militar ou não.

A definição neste projeto estabelecida foi obtida a partir do estudo do Projeto de Lei nº 153, de 1989, do ilustre Deputado Dasso Coimbra, que ora tramita na Câmara dos Deputados, escoimando da conceituação nele contida imperfeições técnicas e jurídicas, como a que restringia forças estrangeiras a grupo ou contingente militar apenas, não considerando as forças não militares que caracterizam força armada.

Tais as razões do presente projeto de lei complementar, que esperamos seja aperfeiçoado no curso de sua tramitação e aprovado por ambas as Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1991. — Senador **Maurício Corrêa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 21. Compete à União:

I — manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II — declarar a guerra e celebrar a paz;

III — assegurar a defesa nacional;

IV — permitir nos casos previstos em lei complementar que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V — decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI — autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII — emitir moeda;

VIII — administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX — elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X — manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI — explorar, diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União;

XII — explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações;

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam as potências hidroenergéticas;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de estado ou território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

XIII — organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos territórios;

XIV — organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e a ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos territórios;

XV — organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI — exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII — conceder anistia;

XVIII — planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX — instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX — instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI — estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

XXII — executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira;

XXIII — explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de concessão ou permissão, e autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;

c) a responsabilidade civil por danos nucleares independente da existência de culpa;

XXIV — organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

XXV — estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando ausência exceder a quinze dias;

IV — aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V — sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI — mudar temporariamente sua sede;

VII — fixar idêntica remuneração para os Deputados Fe-

derais e os Senadores, em cada legislatura para a subsequente observado o que dispõe os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII — fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõe os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX — julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X — fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI — zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII — apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII — escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV — aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV — autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI — autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e à pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII — aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I — nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II — exercer com auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III — iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V — vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI — dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;

VII — manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII — celebrar tratados, convenções e atos internacionais sujeitos a referendo do Congresso nacional;

IX — decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X — decretar e executar a intervenção federal;

XI — remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII — conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII — exercer o comando supremo das Forças Armadas, promover seus oficiais-gerais e nomeá-los para os cargos que lhe são privativos;

XIV — nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-

Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores quando determinado em lei;

XV — nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI — nomear os magistrados nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII — nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII — convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX — declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas e nas mesmas condições, decretar, total parcialmente, a mobilização nacional;

XX — celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI — conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII — permitir nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou dele permaneçam temporariamente;

XXIII — enviar ao Congresso nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV — prestar, anualmente, ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV — prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI — editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62

XXVII — exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 296, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre Questão de Ordem formulada pelo Senador Maurício Corrêa sobre a possibilidade regimental de ser adiada a discussão de Proposta de Emenda à Constituição, nos termos dos arts. 274 e 279 do Regimento Interno, concluindo pela procedência da Questão de Ordem.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em obediência ao disposto no art. 168, do Regimento Interno, a matéria sairá da Ordem do Dia, devendo a ela retornar na sessão de terça-feira, já em fase de votação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1991, de autoria do Senador Ney Maranhão e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição Federal (quarta sessão de discussão).

Em discussão a proposta de emenda à Constituição, em primeiro turno. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na sessão de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não têm sido poucas as ocasiões em que desta tribuna venho abordando a questão da Ciência e Tecnologia. Em todas elas procurei destacar sua fundamental importância para a superação do atraso e a conquista do desenvolvimento integral.

As décadas que encerram o século vinte têm sido pródigas na confirmação da tese de que hoje, mais do que em qualquer outra época da História, o desenvolvimento socio-econômico depende, em larga medida, do avanço do conhecimento científico. Este, por sua vez, é decorrência de maciços investimentos, subordinados a uma política consistente e bem definida.

Um País como o nosso, de potencialidades tão amplas e vastas quanto seus problemas não resolvidos, não deve e não pode dar-se ao luxo de desconhecer essa realidade. Mesmo porque, como dizia Keynes, o problema político da humanidade consiste em “combinar a eficácia econômica, a justiça social e a liberdade individual”. E somente assim, portanto, se obtém o desenvolvimento integral. Investir em Ciência e Tecnologia é, pois, imperativo, condição primeira e incontornável para que possamos vislumbrar o futuro com mais otimismo.

Pensando assim, sinto-me na obrigação de endossar dois pleitos que estão sendo formulados pela comunidade científica de meu Estado. Reporto-me, inicialmente, à solicitação da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco — FACEPE, a mais antiga entre todas as fundações regionais congêneres, dirigida competentemente pelos Professores Roberto Aguiar (Presidente), Sérgio Rezende (Diretor-Científico) e Frederico Lafayette (Diretor-Administrativo).

A Facepe está solicitando à Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República — agora sob a Direção do Professor Edson Machado de Souza — a instalação, em suas dependências, de um Escritório Regional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. Dentre as muitas razões que justificam essa solicitação, pelo menos duas podem ser destacadas de imediato: a presença da Sudene no Recife, permitindo ao Escritório atuar dentro de uma verdadeira e necessária perspectiva regional e o estreitamento das relações entre a SCT e a Facete, agilizando o

acesso da comunidade científica a informações atualmente centralizadas em Brasília.

Essas aproximações mostra-se particularmente necessária quando se analisa o extraordinário Plano Plurianual da Facepe para o período 1992-1995. São cerca de 33 grandes Programas, orientados por dois objetivos essenciais: 1º) Incentivar a elaboração de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas nas diversas áreas do conhecimento; e, 2º) Induzir a elaboração de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas e a absorção de novas tecnologias em áreas estratégicas para o desenvolvimento socio-econômico do Estado.

Entre as ações atualmente desenvolvidas pela Facepe destaca a implementação de Programas de Indução. Um deles "Fontes Renováveis e Conservação de Energia" — é coordenado por Everaldo Feitosa, seguramente a maior autoridade brasileira em energia eólica e líder do melhor grupo de pesquisadores brasileiros sobre o assunto, sediado no Departamento de Mecânica da UFPE.

Para se ter idéia do significado desse projeto, basta dizer que ele apoiará a instalação de quatro aerogeradores, em Fernando de Noronha, os quais, quando em funcionamento, permitirão uma economia de 40% do diesel consumido, no arquipélago, para fins de produção de energia.

O "Projeto de Noronha" conta com o apoio da CELPE, que desembolsou trinta mil dólares, de entidades dinamarquesas, que desembolsaram trezentos mil dólares, e com o total apoio da FACEPE que, ao todo, deverá desembolsar perto de cem mil dólares. O Programa da FACEPE prevê a transferência de tecnologia e já conseguiu motivar uma companhia pernambucana, a Koblitz, para fabricar componentes para os gigantescos aerogeradores.

O objetivo final do Programa é capacitar Pernambuco — científica e industrialmente — a dominar as tecnologias de geração e consumo de energia eólica, instalando o que se convencionou chamar de primeira "fazenda eólica" do País. Como se sabe, após a construção de Xingó, o Nordeste terá esgotado suas fontes de geração de energia hidro-elétrica de grande porte. Estima-se que o potencial de geração eólica da região equivale a duas vezes a capacidade de Xingó e, afora a hidroelétrica, a eólica já é a mais barata das energias.

Lembro, ainda, que o apoio da FACEPE foi decisivo para que, nos últimos cinco meses, mais de 60 pesquisadores pernambucanos pudessem participar de seminários nacionais e internacionais. Nesse mesmo período, a Fundação ampliou em 5% o número de bolsistas, perfazendo o total de 140, em diversas categorias.

Apesar das dificuldades financeiras por que passa Pernambuco — quadro, aliás, nacional — o Governo Joaquim Francisco investiu cerca de 240 milhões de cruzeiros na FACEPE. Equipamentos para laboratórios e institutos foram importados, investiu-se na instalação do Centro Regional da Rede Nacional de Pesquisa — RNP —, e na melhoria de instalações do Departamento de Física da UFPE, além de proporcionar apoio à realização de vários encontros científicos.

O segundo pleito é formulado pelo Centro de Ciências Exatas e da Natureza — CCEN, uma das nove unidades de ensino e pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, dirigido pelo Professor Gilberto Fernandes de Sá. A exemplo do que já ocorre com o CTC/Pontifícia Universidade Católica e com a COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, pretende o CCEN ser também considerado uma unidade orçamentária da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República.

A propósito, é bom lembrar que o CCEN é um dos centros de excelência da UFPE, tido como uma das mais respeitadas instituições do País, no gênero. O ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, no último mês de fevereiro, identificou no Centro uma das poucas "ilhas de excelência" existentes no território nacional.

A razão do pedido, Sr. Presidente e Srs. Senadores, prende-se ao justo anseio do CCEN de se ver livre dos constantes atrasos na celebração de novos convênios e na liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT. O quadro atual caracteriza-se por imensas dificuldades operacionais, com graves reflexos no desenvolvimento dos projetos de pesquisa do Centro.

As sérias dificuldades financeiras por que passam os quatro departamentos acadêmicos do CCEN — Matemática, Física, Química Fundamental e Informática, dirigidos, respectivamente, pelos professores Israel Vainsencher, Sílvia Roberto Accioly Canuto, Walter Mendes de Azevedo e Décio Fonseca — levam-me a endossar o pedido feito pelo órgão à SCT/PR, no sentido da concessão, em caráter emergencial, de recursos destinados ao pagamento de despesas de custeio, na tentativa de se normalizarem as atividades do Centro, neste segundo semestre de 1991.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou convencido de que o atendimento a essas solicitações por parte do Governo Federal, através da SCT, configura, acima de tudo, sensibilidade e interesse na resolução de um programa que é vital para o desenvolvimento da ciência e tecnologia em Pernambuco e — certamente — no Nordeste, região que tanto necessita do apoio do Governo Federal. Confio, pois, no discernimento dos condutores da área de Ciência e Tecnologia. Enfim, o atendimento dos pleitos agora formulados, que vêm ao encontro das melhores causas de nossa terra, vai ajudar o País a se afirmar, cada vez mais, na área da Ciência e Tecnologia, a grande fronteira a ser ultrapassada para entrarmos no Primeiro Mundo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta data, quando o País comemora o "Dia do Administrador", é com prazer que faço o registro dessa efeméride, ensejo em que transmito meus cumprimentos a todos os integrantes dessa nobre profissão.

Na fase vivida pelo Brasil, com a busca de soluções para os nossos complexos problemas econômico-sociais, tornam-se indispensáveis a presença e a dedicação dos Administradores, com os quais a Nação sempre contou; testemunhando o patriotismo e o empenho que lhes são peculiares.

De fato, os Administradores desempenham relevantes funções, muitas vezes oferecendo a necessária infra-estrutura para o planejamento, seja na órbita governamental, seja na iniciativa privada. Sem essa infra-estrutura, como sabemos, seria bem mais intrincado estabelecer os fluxos que asseguram a execução das metas previamente estabelecidas e, em consequência, dificilmente seriam logrados os resultados da ação governamental ou a condução empresarial.

Numa área, como na outra, o pensamento dos dirigentes volta-se, evidentemente, para a eficiência, em cujo caminho se insere a ação dos Administradores.

Aliás, neste momento, ganha dimensão o debate sobre a atuação do Estado na economia e, neste quadro, preconizam os estudiosos uma presença mais efetiva da iniciativa privada. Neste contexto, desenvolvem-se muitas teses, na busca do que será mais conveniente para o Brasil, cujas populações reivindicam, cada vez com mais insistência, a certeza de dias melhores, com a necessária retomada do desenvolvimento.

É fácil concluir que, num quadro com essa moldura, o trabalho dos Administradores apresenta-se como meio indispensável, daí a importância desses profissionais, que hoje festejam sua data.

Honra-me sobremaneira integrar essa categoria, uma razão a mais para estender essa saudação aos Administradores e colegas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

OSR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, seria desnecessário, por tão óbvio, lembrar que a função primordial do Poder Legislativo é a de legislar. Mais desnecessário, ainda, seria sublinhar essa referência no início de um discurso que se profere numa das Casas do Congresso Nacional.

Entretanto, por incrível que possa parecer, essa desnecessidade se aplica mais ao senso do cidadão comum, daquele cujo conceito das coisas se forma pela lógica que não é a do absurdo. Aqui dentro, todos sabemos que a produção legislativa, originária do Poder teoricamente próprio para realizá-la, é muito pequena, a ponto de se duvidar de que essa é sua principal função.

Considera-se produto legislativo o ato normativo acabado, isto é, aquele que se conclui após o percurso regular nos trâmites do processo legislativo, nas duas Casas do Congresso. Mas é muito difícil vencer todo esse percurso, porque as barreiras internas, sobretudo as de ordem político-partidárias, impedem, na grande maioria dos casos, que um projeto de lei de qualquer parlamentar se transforme em lei.

Enfim, por tudo isso, embora desnecessário, não deve parecer estranha a lembrança, desta tribuna, de que a função essencial do Poder Legislativo é a de legislar.

A própria imprensa se interessa muito menos por noticiar as atividades parlamentares ligadas a essa função primordial do que divulgar subprodutos ocasionais do cotidiano do Congresso.

Frise-se, porém, que essa preferência da imprensa por assuntos parlamentares não propriamente legislativos se deve, em boa parcela, às nossas culpas no trato da matéria normativa. É que, como disse antes, em geral avalia-se mais, aqui, a produção legislativa em razão do produto acabado (a norma aprovada) — que é pequena — e não o inverso; ou seja, o produto acabado em relação ao trabalho realizado para se chegar a ele — que é grande —, não obstante nem sempre se consiga o produto final pelos motivos que já mencionei.

Assim é que muito pouco, ou nada, se sabe sobre o volume de projetos apresentados diariamente na Câmara dos Deputados e no Senado, sobre a quantidade e a qualidade de pareceres e estudos que são elaborados para cada projeto apresentado, ou sobre as discussões e deliberações havidas nos colegiados que formam as Comissões Técnicas. E tudo isso é parte substancial do exercício parlamentar da função legislativa e é parte essencial do processo de produção normativa no Congresso.

É um trabalho que não aparece, que não se divulga, mas é um trabalho que precisa ser valorizado, além de tudo porque exige esforço intelectual; participação de pessoal técnico em todas as fases do processo; avaliação e negociação política etc.

Quantos de nossos Deputados e Senadores, no decurso de tantas legislaturas, se dedicaram quase que exclusivamente às tarefas inerentes ao processo de elaboração legislativa, pouco aparecendo à opinião pública, mas muito fazendo pelo verdadeiro interesse público? Boa parte desses não se reelegeu, o que é uma injustiça, mas uma contingência de anonimato de homem público, o mais triste dos anonimatos.

Recordo, sobre isso, o genial Mário Quintana, que em poema lamenta certos nomes de ruas nas placas das vias públicas: "Ah, meu pobre Coronel Emerenciano quem sois vós? Quem sois vós, Dona Maurília, Fernando Ivo? Altamirando Barbosa da Silva? Quem sois vós, com todos esses inúteis cartões de visita deixados teimosamente em cada esquina? Que vergonha, velhinhos... Essa coisa de a gente virar rua é uma forma pública de anonimato".

Pois é isso, de certa forma, o que acontece conosco, fazedores de leis. Aliás, poucos são aqueles que emplacam a lei que propuseram e que tenha sido aprovada, sem substitutivos. Citam-se Etelvino Lins, Afonso Arinos e quase que podemos parar por aí.

É evidente que o parlamentar não costuma propor uma lei para nela projetar seu nome. Até porque, uma vez aprovada e sancionada, ela toma um número. Mas, a verdade é que um projeto, quando se transforma em norma jurídica, acaba sendo incorporado, com justo orgulho à biografia do seu autor. Não deixa de ser uma vitória. Primeiro, porque ele conseguiu vencer todas as dificuldades da tramitação legislativa. Segundo, porque é uma demonstração definitiva do cumprimento de suas atribuições de legislador, ínsitas no exercício de seu mandato eletivo. Finalmente, porque, dependendo da maior ou menor importância da lei, o projeto que a motivou terá sido, quase sempre, uma relevante contribuição ao aperfeiçoamento de nossa ordem jurídica.

Mas, essa atividade puramente legislativa, que deveria, por princípio, ocupar a maior parte do tempo produtivo, por assim dizer, do parlamentar, não lhe rende dividendos políticos. Isso talvez explique um certo desestímulo às verdadeiras vocações de legislador. Um discurso oportuno, ou a relatoria de matéria que tenha repercussão na imprensa, ou a participação ativa em negociações políticas, envolvendo assuntos que estejam na ordem do dia do noticiário, tudo isso é, politicamente, mais compensador do que a atividade legislativa enquanto tal.

Dir-se-á que nessas situações, em que o parlamentar visa mais ao efeito produzido na plateia, muitas vezes há o referencial legislativo. Portanto, não deixaria de ocorrer, nesses casos, uma forma de atividade legislativa.

Reconheço a pertinência parcial dessa contra-argumentação. Mas, no geral dessas ocorrências, o Legislativo age sempre sob o impacto de medidas concretas do Executivo, ou provocado pelo anúncio dessas por este.

O aspecto de que cogito, porém, é o da atividade legislativa interna corporis, intramuros. Aquela que nasce e se esgota no próprio Parlamento. É essa atividade, que eu qualificaria de típica, é ela à qual me refiro.

E volto a um ponto já abordado. Se tomarmos, como referência da produção legislativa, apenas o produto final lei (aprovada e sancionada) aí é que perceberemos bem esse

esvaziamento crescente da atividade legislativa que eu denomino típica, dado que a quantidade das normas jurídicas propostas nas Casas do Congresso e por elas aprovadas, no sistema de bicameralidade, é muito pequena.

Por isso mesmo eu imagino que se deva modificar o conceito corrente de produção legislativa, para que se passe a considerá-la como a série de atos pertinentes ao processo legislativo, o primeiro dos quais é o da proposição em si, ou seja, o projeto de lei, ou de resolução, enfim, o projeto da norma jurídica.

Não alimento qualquer pretensão de mudar o estado conceitual das coisas. Entretanto, com aquele entendimento, posso atribuir o devido valor aos projetos que tramitam nesta Casa passando a anunciá-los desta tribuna, a comentar sua importância, a cobrar celeridade na sua apreciação, tanto dos de autoria alheia, quanto, principalmente, dos meus próprios, no mínimo em louvor do meu esforço pessoal, do interesse público ao qual empenho minha atuação parlamentar, em última análise numa homenagem à minha própria biografia.

Por que razão devemos esperar que um projeto entre na Ordem do Dia para discuti-lo ou para simples audiência de pareceres, quando sabemos que na grande maioria das vezes isso é feito fria e superficialmente, mercê das limitações de tempo e de mais atropelos da atividade legislativa?

Por que, por exemplo, eu deveria permanecer calado, sem trazer ao conhecimento da Casa, seja pelo fato de eu supor que não haverá resultados práticos, seja pelo fato de a minha experiência me convencer de que essa é a rotina do Legislativo, mas por que eu não deveria anunciar que o Projeto de Lei nº 96, apresentado por mim em 1980, trata de matéria a meu ver de certa importância e que ainda está tramitando na Câmara dos Deputados, atualmente (11 anos após apresentado) aguardando parecer da Comissão de Serviço Público daquela Casa?

Não me motiva, aqui, dizer que isso é inadmissível, que um exemplo desse desmoraliza o Legislativo, que é esse o tratamento dispensado pela Câmara dos Deputados às proposições do Senado.

Interessa-me, sim, dizer que lamento essa incúria para com matéria de interesse público, do qual eu entendo revestir-se o meu projeto.

Os exemplos se multiplicam.

Sei, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que minha voz não terá ressonância. Mas ela estará registrada; passará da oralidade efêmera para a forma escrita; tornar-se-á pública, conquanto sem notoriedade, quando constar do *Diário do Congresso*.

Quero dizer, Sr. Presidente, em resumo e por fim, que doravante cada projeto meu, antigo ou recente, será anunciado em discurso. Mesmo que isto não tenha o poder de desgavetá-lo, mesmo que assim eu não consiga modificar o ritmo lento do processo legislativo, ao menos estarei dando conhecimento público de minha produção legislativa como autor de projetos, que estão aí vivos, em andamento, à espera de qualquer resultado, mas que eu cumpro a minha parte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos designado para a sessão ordinária da amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 1989 (COMPLEMENTAR)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 1989-Complementar, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que define, nos termos do inciso I do art. 161 da Constituição Federal, o valor adicional para fins de cálculo da participação dos municípios na Receita do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nº 428, de 1990, e 260, de 1991, das Comissões:

— de Assuntos Econômicos; e

— de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência).

2

PARECER Nº 296, DE 1991

Votação, em turno único do Parecer nº 296, de 1991, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre questão de ordem formulada pelo Senador Maurício Corrêa sobre a possibilidade regimental de ser adiada a discussão de Proposta de Emenda à Constituição, nos termos dos arts. 274 e 279 do Regimento Interno, concluindo pela procedência da questão de ordem.

3

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 1988

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1988 (nº 315/88, naquela Casa), de autoria do Senador Affonso Camargo, que altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos, tendo

PARECER, sob nº 250, de 1991, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, contrário.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 1991

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 1991 (nº 303/90, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, Acordo, sobre Transportes Aéreos, de 6 de julho de 1976, celebrado entre o Governo sobre Transportes Aéreos, de 6 de julho de 1976, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos, em Brasília, a 17 de agosto de 1989, tendo

PARECER FAVORÁVEL sob nº 317, de 1991, da Comissão

— de Relações Exteriores.

— de Relações Exteriores.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 1991, de autoria do Senador Ney

Maranhão e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 da Constituição Federal (quinta sessão de discussão).

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas.)

RETIFICAÇÃO

ATA DA 67ª SESSÃO, REALIZADA

EM 24 DE MAIO DE 1991

(Publicada no DCN — Seção II — de 25-5-91)

Na página nº 2596, 1ª coluna,

Onde se lê:

Ofício nº 45/91

Leia-se:

Ofício nº 145/91

ATOS DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 670, DE 1991

Altera os Quadros de Detalhamento de Despesa fixada nos Orçamentos do Senado Federal, Prodasen

e Fundos Especiais do Senado Federal e CEGRAF para o exercício de 1991.

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no artigo 54, § 4º, da Lei nº 8.074, de 31 de julho de 1990, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, na forma dos Anexos I a V, os Quadros de Detalhamento da Despesa fixada nos Orçamentos das Unidades a seguir relacionadas:

Código 02101 — Senado Federal

Código 02103 — Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

Código 02901 — Fundo Especial do Senado Federal

Código 02902 — Fundo Especial do Centro Gráfico do Senado Federal

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a esta data.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Senado Federal, 9 de setembro de 1991. Senador Mauro Benevides, Presidente.

ANEXO - I

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL			
E S P E C I F I C A Ç Ã O		NATUREZA	FONTES	DETALHADO	T O T A L
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos					
01.001.0001.2021/0002 - Funcionamento do Senado Federal		3.1.90.11	100	706.000	866.000
		3.4.90.30	100	160.000	
13.075.0428.2004 - Assistência Médica e Odontológica a Servidores					
13.075.0428.2004/0001 - Assistência Médico-Hospitalar a Parlamentares, Servidores e seus Dependentes		3.4.90.39	100	24.000	24.000

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	T O T A L
890.000	706.000	184.000	890.000

ANEXO - II

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	T O T A L
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos				
01.001.0001.2021/0002 - Funcionamento do Senado Federal	3.1.90.13	100	600.000	
	3.1.90.14	100	6.000	
	3.1.90.16	100	50.000	
	3.1.90.92	100	50.000	
	3.4.90.33	100	150.000	
	3.4.90.36	100	10.000	866.000
13.075.0428.2004 - Assistência Médica e Odontológica a Servidores				
13.075.0428.2004/0001 - Assistência Médico-Hospitalar a Parlamentares, Servidores e seus Dependentes	3.4.90.30	100	24.000	24.000

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E EN CARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	T O T A L
890.000	706.000	184.000	890.000

ANEXO - III

02.000 - SENADO FEDERAL

02.103 - CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL

Em Cr\$ 1.000,

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0024.2026 - Administração e Coordenação dos Serviços de Informática				
01.007.0024.2026/0001 - Manutenção do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal	3.1.90.11	100	2.500	
	3.4.90.30	100	22.000	24.500

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
24.500	2.500	22.000	24.500

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0024.2026 - Administração e Coordenação dos Serviços de Informática				
01.007.0024.2026/0001 - Manutenção do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal	3.1.90.10	100	2.500	
	3.4.90.33	100	20.000	
	3.4.90.35	100	2.000	24.500

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
24.500	2.500	22.000	24.500

02.000 - SENADO FEDERAL

ANEXO - IV

02.901 - FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL

Em Cr\$ 1.00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
E S P E C I F I C A Ç Ã O		NATUREZA	FONTE	D E T A L H A D O
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos				
01.001.0001.2021/0002 - Funcionamento do Senado Federal		3.4.90.39	150	20.000

RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	T O T A L
20.000	20.000	20.000	20.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
E S P E C I F I C A Ç Ã O		NATUREZA	FONTE	D E T A L H A D O
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos				
01.001.0001.2021/0002 - Funcionamento do Senado Federal		3.4.90.36	150	20.000

RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS VINCULADOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	T O T A L
20.000	20.000	20.000	20.000

ANEXO - V

02.000 - SENADO FEDERAL

02.902 - FUNDO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Em Cr\$ 1.000.

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL	
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0023.2025 - Administração e Coordenação dos Serviços Gráficos				
01.007.0023.2025/0001 - Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal	3.4.90.30	150	300.000	300.000

RECURSOS DO TESOURO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
300.000	300.000	300.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL	
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0023.2025 - Administração e Coordenação dos Serviços Gráficos				
01.007.0023.2025/0001 - Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal	3.4.90.36	150	100.000	300.000
	3.4.90.39	150	200.000	

RECURSOS DO TESOURO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL
300.000	300.000	300.000

ATO DO PRESIDENTE Nº 671, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora, nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo 012517/91-7, resolve aposentar, por invalidez, a servidora CELINA SASSI, Analista Legislativo, da Área Médico Odontológica, Classe Especial, Padrão III, do Quadro permanente do Senador Federal, nos termos do art. 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso I, § 1º, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, art. 1º da Lei nº 1.050, de 1950, bem assim com os arts. 490 e 492, § 2º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e art. 11 da Resolução SF nº 87 de 1989, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 9 de setembro de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 672, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006827/91-8, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 6, de 1986, publicado no DCN, Seção II, de 5-3-86, para manter aposentado, por invalidez, o servidor DURVAL DOS SANTOS, no cargo de Analista Legislativo, Área de Segurança, Classe "1ª", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso I, 250, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem como o disposto na Lei nº 1.050, de 1950, a partir de 19 de junho de 1991, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 9 de setembro de 1991. — Senador Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 673, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto

no art. 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013983/91-1, resolve nomear BENEDITO ESTEVAM DE MATOS, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código SF-DAS-102.3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador César Dias.

Senado Federal, 9 de setembro de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 674, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008493/91-0, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 83, de 1990, publicado no DCN, Seção II, 24-5-90, para, manter aposentado o servidor PAULO ROBERTO PENIDO AYRES, no cargo de Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim, com o art. 11, da Resolução SF nº 87, de 1989, com as vantagens da Resolução-SF nº 21, de 1980, a partir de 7-5-91, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, à razão de 33/35 (trinta e três trinta e cinco avos), observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 9 de setembro de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 675, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, resolve nomear JOSÉ TARCÍSIO SABOYA HOLLANDA para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Legislativo, Código SF-DAS-102-3, do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de setembro de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.